

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

ELIANE MARQUES DE MENEZES AMICUCCI

**ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL:
tempos atuais e velhos desafios**

**FRANCA
2011**

ELIANE MARQUES DE MENEZES AMICUCCI

**ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL:
tempos atuais e velhos desafios**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção do Título de Mestre em Serviço Social. Área de concentração: Trabalho e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Ubaldo Silveira

**FRANCA
2011**

Amicucci, Eliane Marques de Menezes

Estágio supervisionado em Serviço Social: tempos atuais e velhos desafios / Eliane Marques de Menezes Amicucci –Franca : [s.n.], 2011
210 f.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.
Orientador: Ubaldo Silveira

1.Serviço Social – Estudo e ensino. 2. Assistentes sociais - Formação profissional. 3. Estágio supervisionado. I. Título

CDD – 361.007

ELIANE MARQUES DE MENEZES AMICUCCI

**ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL:
tempos atuais e velhos desafios**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, para obtenção do Título de Mestre em Serviço Social. Área de concentração: Trabalho e Sociedade.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____
Prof. Dr. Ubaldo Silveira

1° Examinador:

2° Examinador:

Franca, ____ / ____ 2011

Dedico esse trabalho a toda minha família e em especial meu esposo Eliseu e minha filha Isadora que mais uma vez souberam compreender e respeitar os caminhos escolhidos, pois vocês compartilharam das minhas preocupações, angústias, da luta contra o tempo, dos empecilhos, mas souberam me apoiar e incentivar. Porém, o maravilhoso de tudo isso é que participaram principalmente dessa conquista. É um sonho que realizamos juntos.

Certas palavras podem dizer muitas coisas;
Certos olhares podem valer mais que mil palavras;
Certos momentos nos fazem esquecer que existe um mundo lá fora;
Certos gestos parecem sinais guiando-nos pelo caminho;
Certos detalhes nos dão a certeza de que existem pessoas especiais,
(autor desconhecido)
Assim como vocês, são pra mim.

Amo muito vocês!

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus, que me propiciou atravessar este caminho com perseverança, que me deu forças na hora do desespero e das angústias, foi Ele que segurou em minhas mãos nas horas mais difíceis e pôs serenidade em meu coração, pois: “Posso todas as coisas naquele que me fortalece” (Filipenses, 4:13)

Ao meu orientador prof. Dr. Ubaldo que me “acolheu” no curso de mestrado, obrigada por ter feito parte de minha trajetória profissional. É uma pessoa que aprendi a admirar. Obrigada pelos incentivos e compreensão ao cumprimento dessa etapa! Você soube utilizar suas sábias palavras nos momentos certos!

Aos amigos do mestrado: Fernanda Guelli, Gabriela, Roberta, Ariluce, Suelen, Mara, Paulo e Lívia. A troca de conhecimentos e experiências foi essencial para o meu amadurecimento pessoal e profissional. Ficam histórias pra contar. Esses trechos me fazem lembrar o percurso do mestrado o que engloba vocês:

A vida se repete na estação
Tem gente que chega pra ficar
Tem gente que vai pra nunca mais
Tem gente que vem e quer voltar
Tem gente que vai querer voltar
Tem gente que vai querer ficar
Tem gente que veio só olhar
Tem gente a sorrir e a chorar
E assim chegar e partir
São só dois lados da mesma viagem
O trem que chega
É o mesmo trem da partida
A hora do encontro é também despedida
A plataforma dessa estação
É a vida desse meu lugar
É a vida!
(Milton Nascimento).

Aos meus colegas de trabalho, Kleber Navas, Cleber Vergínio, Flávio, Fabíola, Lucimara, os quais muitos de vocês também estavam no mesmo processo, por isso, agradeço pelos momentos dos desabafos, das angústias e descobertas e pelo companheirismo na busca pelo conhecimento, por que:

Hoje me sinto mais forte, mais feliz quem sabe,
Só levo a certeza de que muito pouco eu sei, ou nada sei
Conhecer as manhas e as manhãs
O sabor das massas e das maçãs,
É preciso amor pra poder pulsar, é preciso paz
Pra poder sorrir, é preciso chuva para florir.
Todo mundo ama um dia, todo mundo chora,
Um dia a gente chega e o outro vai embora,
Cada um de nós compõe a sua história,
Cada ser em si
Carrega o dom de ser capaz e ser feliz...
(Almir Sater e Renato Teixeira).

Em especial à minha colega de trabalho e amiga Leslieane que também compartilhamos tantas idas à Franca/SP. Tenha certeza que muitas das reflexões apresentadas nessa dissertação têm a sua contribuição e é parcela de nossas inquietações acerca do estágio supervisionado em Serviço Social, tudo começou com você, lembra? Obrigada pelas “figurinhas trocadas” e pelo incentivo nos caminhos da formação profissional permanente.

A todos os meus familiares, em especial meus pais que dizem que se orgulham de mim, mas na verdade vocês é o meu orgulho, o meu pilar, que mesmo sem entenderem direito o processo do mestrado, estiveram sempre ao meu lado e torcendo por mim e pedindo a Deus pra dar tudo certo.

Nunca se esqueça nem um segundo
Que eu tenho o amor maior do mundo
Como é grande o meu amor por você...
(Roberto Carlos).

Não poderia deixar de mencionar uma pessoa que não está mais entre nós, mas preciso agradecer: vó Cida. Como eu gostaria de te dar a notícia que consegui cumprir essa etapa, mas não deu tempo. Perdi você há tão pouco tempo, mas fico feliz de lembrar que orava por mim, principalmente quando ia pedir sua benção pra viajar até Franca. Mas eu posso dizer: deu tudo certo, assim como me dizia. Saudade imensa da senhora!

À minha filhinha linda, Isadora que “aprendeu” a conviver com minha ausência, e ao mesmo tempo a necessidade da busca de novos conhecimentos. Obrigada por existir!

Ao meu esposo Eliseu, obrigada por me acompanhar nessa trajetória, no início parecia tudo muito confuso, mas compreendeu e me apoiou na realização desse sonho! Grata por ficar ao meu lado nesses últimos dias tão conturbados para a finalização dessa dissertação, pelo respeito, amizade, confiança e incentivo. Amo muito você.

A vida nos traz várias surpresas
A vida a dois tem vários sabores
Agradáveis e desagradáveis
Mas, acredito que viver no respeito,
Na sinceridade, na honestidade
Na amizade, nos faz melhores
Ajuda-nos a enfrentar
as situações mais difíceis
E a não desperdiçar as
oportunidades da vida
O tempo sucumbe de trazer
e depositar em nossas mãos
Os frutos da semente que plantamos em nossa vida
E não existe tempestade alguma,
Que vai tirar a beleza desses frutos
Pois foi você que me fez crescer
Amadurecer, enfrentar desafios

Me fez saborear este e muitos momentos da minha/nossa vida.
(Autor desconhecido)

Aos sujeitos da pesquisa, sem a contribuição de vocês o trabalho seria inviável:

No princípio era só um sonho,
Mas quando foi compartilhado
Com os demais, tornou-se realidade.
Nada se constrói sem o auxílio e a participação dos outros,
Nem nossas próprias vidas.
Educar para a vida não pode ser sonho,
Mas sim transformar a realidade existente,
Visando uma realização voltada não a si próprio, mas a tudo e a todos.
(Gelásio e Jorge Schneider)

Agradeço a todos que indiretamente colaboraram na construção desse trabalho!

*Tem de todas as coisas. Vivendo, se aprende; mais o que se aprende, mas é só a
fazer maiores perguntas.*

Guimarães Rosa

AMICUCCI, Eliane Marques de Menezes. **Estágio supervisionado em Serviço Social: tempos atuais e velhos desafios**. 2011. 209f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2011.

RESUMO

O presente estudo discute o tema estágio supervisionado na formação profissional do/a Assistente Social. Parte-se da concepção que o/a estudante vivencia a dimensão investigativa e interventiva da profissão quando realiza essa atividade, daí a importância da supervisão de campo e acadêmica nesse processo para propiciar a reflexão, análise crítica das condições objetivas e subjetivas que permeiam o trabalho profissional. Esse estudo tem por objetivo identificar os rebatimentos do estágio supervisionado na formação profissional do/a estudante do curso de Serviço Social da Fundação Educacional de Fernandópolis (FEF). A perspectiva metodológica para a apreensão do objeto de estudo está associada a uma visão de Homem e de Mundo fundamentada no Projeto Ético-Político do Serviço Social e a matriz teórico-metodológica refere-se ao pensamento social crítico. A pesquisa está teoricamente fundamentada nos marcos históricos da profissão enfatizando o processo de formação profissional do/a Assistente Social na contemporaneidade, analisando o estágio supervisionado a partir das Diretrizes Curriculares de 1996 e projeto ético-político da profissão. Para o alcance do objetivo desse estudo, utilizou-se a pesquisa bibliográfica, documental e de campo com abordagem quantitativa e qualitativa, tendo como sujeitos os/as supervisores/as de campo e acadêmicos/as. O estudo mostrou a necessidade dessa atividade ser sistematizada e amplamente discutida em tempos de precarização da educação e trabalho profissional para o fortalecimento dos sujeitos envolvidos nesse processo, visando o enfrentamento dessa realidade na direção de uma formação profissional competente, com qualidade, condicionada ao projeto ético-político profissional.

Palavras-chave: estágio supervisionado. supervisão de estágio. formação profissional. Serviço Social.

AMICUCCI, Eliane Marques de Menezes. **Supervised training in Social Work: modern times and old challenges**. 2011. 209f. Dissertation (Ms. in Social Service) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2011.

ABSTRACT

This study discusses the supervised training of a social worker. We started from the idea that a student experiences the investigative dimension of the profession and intervention when performing this activity, hence the importance of supervision in this academic field and process to promote reflection, critical analysis of objective and subjective conditions that permeate the professional work. This study aims to identify the repercussions of supervised training in professional formation of a student of Social Service of Educational Foundation of Fernandópolis (FEF), in São Paulo State (Brazil). The methodological approach to the apprehension of the object of study is associated with a vision of Man and the World based on the ethical-political project of social work of which theoretical-methodological matrix refers to critical social thought. The research is theoretically grounded in the historical landmarks of the profession by emphasizing the process of training of social worker in contemporary society, analyzing the supervised training from the Curriculum Guidelines of 1996 and ethical-political project of the profession. To reach the objective of this study, we use research literature, documentary and field research, with quantitative and qualitative approach, having as subject field supervisors and the academic students. The study showed the need for this activity is systematic and widely discussed in times of reduced quality of education and professional work for the strengthening of the subjects involved in this process in order to face this reality in the direction of a competent professional training, quality, submitted to ethical- political professional project.

Keywords: supervised training. training supervision. professional formation. social service.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Campos de estágio por área de atuação do Serviço Social em 2006.....	155
QUADRO 2 - Distribuição dos/as estudantes por campos de estágio/área de atuação do Serviço Social em 2006.....	156
QUADRO 3 - Quantidade de supervisores/as de campo por área de atuação do Serviço Social dos campos de estágio em 2006.....	156
QUADRO 4 - Campos de estágio por área de atuação do Serviço Social em 2007.....	158
QUADRO 5 - Distribuição dos/as estudantes por campos de estágio/área de atuação do Serviço Social em 2007.....	158
QUADRO 6 - Quantidade de supervisores/as de campo por área de atuação do Serviço Social dos campos de estágio em 2007.....	160
QUADRO 7 - Campos de estágio por área de atuação do Serviço Social em 2008.....	163
QUADRO 8 - Distribuição dos/as estudantes por campos de estágio/área de atuação do Serviço Social em 2008.....	163
QUADRO 9 - Quantidade de supervisores/as de campo por área de atuação do Serviço Social dos campos de estágio em 2008.....	164
QUADRO 10 - Campos de estágio por área de atuação do Serviço Social em 2009.....	166
QUADRO 11 Quantidade de supervisores/as de campo por área de atuação do Serviço Social dos campos de estágio em 2009.....	166
QUADRO 12 - Quantidade de supervisores/as de campo por área de atuação do Serviço Social dos campos de estágio em 2009.....	168
QUADRO 13 - Campos de estágio por área de atuação do Serviço Social em 2010.....	170
QUADRO 14- Quantidade de supervisores/as de campo por área de atuação do Serviço Social dos campos de estágio em 2010.....	170
QUADRO 15- Quantidade de supervisores/as de campo por área de atuação do Serviço Social dos campos de estágio em 2010.....	172

LISTA DE SIGLAS

ABESS	Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social
ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino Pesquisa em Serviço Social
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
BID	Banco Internacional de Desenvolvimento
CAEFA	Centro de Apoio a Educação e Formação ao Adolescente
CAPS	Centro de atenção Psicossocial
CEDEPSS	Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CIEE	Centro de Intercambio Empresa/Escola
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CREAS	Centro Especializado de Referência Especializado da Assistência Social
COFI	Comissão de Orientação e Fiscalização
DRADS	Diretoria Regional de Assistência e Desenvolvimento Social
ENESSO	Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social
EP	Instituto Nacional de Estudo e Pesquisa
FEF	Fundação Educacional de Fernandópolis
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FMI	Fundo Monetário Internacional
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação e Cultura
NOB	Norma Operacional Básica
ONG	Organização Não Governamental
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PIS	Programa de Integração Social
PNE	Política Nacional de Estágio
PPI	Projeto Pedagógico Institucional
REUNI	Reestruturação das Universidades Federais
SUAS	Sistema Único da Assistência Social
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso

TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFA	Unidade de Formação Acadêmica
UNILAGO	União das Faculdades dos Grandes Lagos
UNIP	Universidade Paulista

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
CAPÍTULO 1 SERVIÇO SOCIAL E O PROCESSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL NA CONTEMPORANEIDADE.....	29
1.1 Aspectos da Realidade Brasileira: Desafios à Formação e o Exercício Profissional.....	29
1.2 Desafios na Efetivação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 Frente à Mercantilização do Ensino Superior.....	41
1.3 Projeto Etico-Político e Formação Profissional: Articulação Necessária para a Materialização e Direção Social do Serviço Social Brasileiro.....	53
CAPÍTULO 2 O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO PROCESSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO/A ASSISTENTE SOCIAL.....	65
2.1 O Estágio Supervisionado em Serviço Social.....	65
2.2 Estágio Supervisionado em Serviço Social: Tempos Atuais, Velhos Desafios?.....	78
2.3 Aspectos Legais do Estágio Supervisionado.....	106
CAPÍTULO 3 NO CAMINHO DA INVESTIGAÇÃO: DESVELANDO O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE FERNANDÓPOLIS (FEF).....	115
3.1 Conhecendo o Campo Empírico da Pesquisa: a Fundação Educacional de Fernandópolis (FEF).....	115
3.2 O curso de Serviço Social na FEF.....	121
<i>3.2.1 Apresentação e Justificativa do PPPC do Curso de Serviço Social da FEF.....</i>	<i>124</i>
<i>3.2.2 Objetivos e Diretrizes da formação profissional.....</i>	<i>126</i>
<i>3.2.3 Avaliação do processo de ensino-aprendizagem.....</i>	<i>129</i>
<i>3.2.4 Organização Curricular.....</i>	<i>130</i>
3.3 O Estágio Supervisionado no Curso de Serviço Social da FEF.....	134
<i>3.3.1 Aproximações à Realidade do Estágio Supervisionado do Curso de Serviço Social da FEF.....</i>	<i>151</i>

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	174
REFERÊNCIAS.....	181

APÊNDICES

APÊNDICE A - FORMULÁRIO – PESQUISA DE CAMPO: SUJEITO – SUPERVISOR/A DE CAMPO.....	190
APÊNDICE B - FORMULÁRIO – PESQUISA DE CAMPO: SUJEITO – SUPERVISOR/A ACADÊMICO/A.....	192

ANEXOS

ANEXO A - AUTORIZAÇÃO DA FEF PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA DE CAMPO.....	195
ANEXO B - APROVAÇÃO CONSELHO DE ÉTICA EM PESQUISA.....	196
ANEXO C - MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA FEF DE 2005.....	197
ANEXO D - MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA FEF DE 2007.....	199
ANEXO E - MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA FEF DE 2008.....	202
ANEXO F - MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA FEF DE 2010.....	206

INTRODUÇÃO

A coisa mais bela que podemos experimentar é o mistério. Essa é a fonte de toda a arte e ciências verdadeiras (ALBERT EINSTEIN).

A busca pelo conhecimento é uma tarefa árdua e desafiante que envolve múltiplas determinações colocadas pela dinâmica da realidade. Significa o olhar sobre o simples, sobre o que está posto, mas com a intencionalidade de desvelar esse simples que oculta elementos concretos que só se revelam em um processo de investigação. Com este pensamento tem-se o desafio de escrever essa dissertação.

A escolha pelo tema: o estágio supervisionado na formação profissional do/a assistente social surgiu a partir das inquietações como estudante do curso de Serviço Social¹ no desenvolvimento do estágio supervisionado durante o 3º semestre do curso, sendo esse tema também discutido no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentando indicativos de que o caminho para outras descobertas seria necessário.

Essas inquietações continuaram a acompanhar a pesquisadora quando da inserção no quadro de docentes da Fundação Educacional de Fernandópolis (FEF) em 2009 ministrando disciplina específica de estágio e exercendo a atribuição de coordenadora de estágio do curso.

Esses espaços proporcionaram a percepção de como os/as estudantes, supervisores/as de estágio (campo e acadêmicos/as) atribuíam significado ao estágio supervisionado na formação profissional do/a Assistente Social. A discussão dessa atividade não era tão atrativa para os/as mesmos comparando aos debates em torno da política de assistência social, saúde, criança e adolescente, etc. que estavam voltados ao exercício profissional.

Claro está que o estágio supervisionado e o processo de supervisão são intrínsecos ao cotidiano do trabalho profissional, quando o/a Assistente Social exerce essa atribuição, mas suas particularidades, problematizações fica relegada à Unidade de Formação Acadêmica (UFA) e àqueles que se dedicam a essa temática.

Essa não é uma preocupação do tempo presente, muitos/as autores/as como Iamamoto (1998) Buriolla (2003), Oliveira (2003) tem apresentado essa

¹ Curso realizado na Fundação Educacional de Fernandópolis-FEF no período de 2005 a 2008.

preocupação, que ocorre num equívoco, pois a formação profissional do/a estudante através do estágio supervisionado tem que ser pensada, refletida, sistematizada, planejada no conjunto, nos espaços em que se concretiza essa formação profissional, tanto nos campos de estágio como nas UFAS.

Destaca-se que diferentemente das demais décadas, o estágio e supervisão tem ganhado visibilidade no âmbito das discussões da categoria profissional, bem como nas produções científicas. Ainda há pouca publicação sobre esse tema, mas há artigos, dissertação de mestrado, tese de doutorado que abordam essa temática, além das leis pertinentes a essa atividade e a recente Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), que serviram de parâmetros e reflexões na construção dessa dissertação.

Abordar o tema constituiu-se numa tarefa desafiante frente às mudanças que se processam rapidamente tanto nos aspectos sociais, econômicos, políticos, culturais, situando o processo de formação profissional do/a assistente social frente uma realidade dinâmica e permeada por contradições.

Para compreender a formação profissional nos tempos atuais é preciso considerar essas transformações societárias que tem como pano de fundo o capitalismo imperante, é preciso fazer leitura crítica dessa realidade e seus rebatimentos no Serviço Social.

É uma necessidade que demanda dos/as profissionais a compreensão da formação profissional através de suas particularidades que estão engendradas por uma política de Educação Superior atrelada aos interesses neoliberais “[...] exigindo, portanto, a produção/reprodução de subjetividades adequadas à renovada organização social do projeto capitalista” (ABESS, 1997, p. 11).

Há premência de resistência a essa concepção a partir da vontade política, esforço coletivo da categoria profissional para o enfrentamento dessa realidade, tendo como baliza o projeto ético-político profissional, e como horizonte o significado social da profissão para que forme profissionais comprometidos com a profissão e a classe trabalhadora.

O estágio supervisionado nessa dimensão constitui-se primordial para o conhecimento e análise crítica da realidade social, é propício à produção de conhecimentos pelas situações cotidianas de vida e de trabalho que se apresentam junto aos segmentos sociais e populares.

O estágio é indispensável ao/a estudante sendo de fundamental importância na formação profissional calcado no processo de ensino-aprendizagem, porque os estágios “[...] constituem-se em espaços onde emergem questões que lhe são especialmente particulares, por estarem situados na esfera das relações entre instituições de ensino e as organizações” (BARBOSA, 2004, p. 2).

No momento conjuntural permeado pela mercadorização da educação, o estágio passa a ser visto pelas instituições empregadoras como estratégia para suprir a mão-de-obra do/a Assistente Social, assume a condição de atender as necessidades do mercado de trabalho. São situações alarmantes que condicionam a formação profissional dos/a estudantes e dificulta o alcance do perfil proposto pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996.

Essas situações devem ser (re) pensadas cotidianamente e no âmbito da supervisão de estágio (campo e acadêmica), haja vista que o trabalho profissional deve ser realizado na perspectiva da práxis: deve-se compreender o que fazer, como e para que fazer para que não recaia no tecnicismo e atenda somente aos interesses desse mercado de trabalho.

Instaura-se dessa maneira, um momento de interação, privilegiando as dúvidas, as contradições, questionamentos presentes no trabalho profissional baseado num processo participativo que envolve o planejamento, compromisso e avaliação das atividades desenvolvidas no campo de estágio.

A supervisão de estágio é canal de ligação entre as disciplinas e os campos de estágio, na medida em que privilegia a análise conjuntural de processos sociais em curso na sociedade geradora das múltiplas expressões da questão social; ela possibilita a elaboração e reelaboração do objeto de intervenção e a criação de estratégias comprometidas com a dimensão ético-política do projeto profissional em suas particularidades socioinstitucionais (LEWGOY, 2009, p.167).

A supervisão de estágio em Serviço Social consiste num acompanhamento direto e sistemático do/a estudante, envolvendo o/a supervisor/a de campo e acadêmico/a visando a formação profissional do/a Assistente Social através da apreensão dos conhecimentos teórico-metodológicos, ético-políticos, técnico-operacionais que orientam o exercício profissional.

Ela está imbricada no processo de ensino-aprendizagem, tendo esses/as supervisores/as como facilitadores/as desse processo, buscando desenvolver no/a

estudante a criticidade, a reflexão, o olhar investigativo em torno das situações, da dinâmica das relações sociais, enfim, da totalidade que envolve a profissão, o que requer a apropriação do projeto ético-político profissional.

O estágio supervisionado é uma atividade que propicia o ensino-aprendizagem com a apreensão de fundamentos teórico-metodológicos, ético-político e técnico-operacional onde o/a estudante tem condições de desenvolver habilidades, potencialidades e conhecimentos específicos ao trabalho profissional e a totalidade da profissão.

É no âmbito dessas considerações que delimitamos o nosso objeto de estudo: o estágio supervisionado no curso de Serviço Social da Fundação Educacional de Fernandópolis (FEF) e como objetivo: identificar os rebatimentos do estágio supervisionado na formação profissional do/a estudante do curso de Serviço Social da FEF.

Busca-se com a pesquisa realizada instigar o debate em torno dessa atividade para que seja condizente com o projeto de formação profissional em Serviço Social que busca contemplar uma base teórica e metodológica, ética-política e técnico-operativa, reflexiva do fazer profissional e não somente como uma atividade curricular obrigatória.

O processo Metodológico da Pesquisa

A perspectiva metodológica para a apreensão do objeto de estudo está associada a uma visão de Homem e de Mundo fundamentada no Projeto Ético-Político do Serviço Social e a matriz teórico-metodológica refere-se ao pensamento social crítico, ou seja, ao marxismo, porque fornece subsídios para a leitura crítica da realidade social, a compreensão do homem enquanto ser social e histórico do real e as contradições da sociedade capitalista.

Nesse sentido, é através do pensamento marxiano, uma vez que, “[...] seus enunciados sempre se colocam diante de certo tipo de ser e se apóiam no próprio movimento das categorias da realidade [...]” (PONTES, 2000, p.38), que se busca a compreensão do que é o ser social e do que é necessário para que o homem se constitua como tal, ou seja, estuda como são as relações sociais que os homens estabelecem em sociedade.

Essa teoria materialista afirma que o homem se define pelo seu caráter histórico, ou seja, através de sua ação ocorre a transformação do mundo social, da natureza e sua auto-transformação a partir da posição que o ser social ocupa e atua na realidade social, que ao mesmo tempo sofre influências, pois, “[...] não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência” (MARX; ENGELS, 1998, p. 37).

Considera-se que as teorias servem para explicar os fenômenos dados na realidade facilitando a compreensão dos mesmos, sendo compreendidas como “[...] um conjunto de princípios e definições que servem para dar organização lógica a aspectos selecionados da realidade empírica” (GOLDENBERG, 2002, p.106).

Dessa forma, há aproximação entre teoria e realidade, o que pressupõe que é à luz de uma teoria que trará o desvelamento de uma dada realidade, e essa teoria irá fornecer subsídios para a compreensão do objeto de estudo ora proposto.

A relação dialética entre teoria e realidade empírica se expressa no fato de que a realidade informa a teoria que por sua vez a antecede, permite percebê-la, formulá-la, dar conta dela, fazendo-a distinta, num processo sem fim de distanciamento e aproximação. A teoria domina a construção do conhecimento através de conceitos gerais provenientes do momento anterior. Seu aprofundamento, de forma crítica, permite desvendar dimensões não pensadas a respeito da realidade que não é evidente e que não se dá: ela se revela a partir de interrogações elaboradas no processo de construção teórica (MINAYO, 2004, p.92)

Para o desenvolvimento desse estudo foi realizada pesquisa bibliográfica que respaldou o conhecimento acerca do objeto pesquisado, consistindo na leitura de livros, artigos de revistas, Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) dissertação de mestrado, tese de doutorado, pois as diferentes referências embasaram a pesquisa, propiciando o “[...] exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras” (MARCONI; LAKATOS, 2007, p. 71).

No processo de estudo, realizou-se a pesquisa documental, que consistiu na leitura do Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social da FEF, Regulamento de Estágio Supervisionado em Serviço Social da FEF, documentos de estágio, instrumentos de controle e lançamento de documentos de estágio, relatórios do setor de estágio, bem como as leis gerais e específicas que normatizam essa atividade.

Esse tipo de pesquisa possibilitou identificar os campos de estágio que mantêm convênio com o setor de estágio da faculdade, além de conhecer e traçar as principais áreas de atuação dos/as supervisores/as de estágio e respectiva quantidade dos mesmos, bem como a quantidade de estudantes que realizavam essa atividade.

Delimitou-se como recorte temporal para esse estudo o período de 2006 a 2010 porque é nesse processo histórico que se buscou apreender os rebatimentos da atividade de estágio na formação profissional do/a estudante do curso de Serviço Social da FEF.

Dessa maneira optou-se pela pesquisa de campo, concebida por Minayo (2004, p. 53) como a representação de “[...] uma realidade empírica a ser estudada a partir das concepções teóricas que fundamentam o objeto da investigação.”

A pesquisa empírica foi desenvolvida na FEF pelo fato de ser o espaço em que foi realizado o curso de graduação em Serviço Social, fazer parte do corpo docente e exercer a coordenação de estágio do curso.

O estreito vínculo com a coordenação do curso e direção acadêmica não se eximiu da formalidade, dessa maneira, foi encaminhado pedido de autorização via ofício² para realização da pesquisa à direção acadêmica sendo autorizado sem restrições.

Utilizou-se a abordagem qualitativa nesse estudo permitindo compreender como os sujeitos da pesquisa concebem a atividade de estágio na formação profissional do/a Assistente Social através da opinião dos/as mesmos/as em relação ao tema proposto.

Concorda-se com Minayo (2004, p. 21), que a pesquisa qualitativa “[...] trabalha com os significados de uma realidade social a partir da realidade vivida pelo ser humano”. O aspecto qualitativo de uma pesquisa:

[...] implica considerar sujeito de estudo: gente, em determinada condição social, pertencente a determinado grupo social ou classe com suas crenças, valores e significados. Implica também considerar que o objeto das ciências sociais é complexo, contraditório, inacabado, e, em permanente transformação (MINAYO, 2004, p. 23).

² Segue em anexo.

Complementando a pesquisa foram utilizados dados quantitativos do setor de estágio, uma vez que os “[...] métodos quantitativos pressupõem uma população de objetos de estudo comparáveis, que fornecerão dados que podem ser generalizáveis.” (GOLDENBERG, 2002, p. 63). A integração de dados quantitativos e qualitativos permitiu conhecer e compreender a realidade do tema estudado.

Definiu-se como sujeitos da pesquisa os/as supervisores/as de estágio, incluindo supervisor/a acadêmico/a e de campo, sendo 03 supervisores/as acadêmicos/as e 02 supervisores/as de campo, totalizando 05 sujeitos. A escolha e delimitação desses sujeitos se deram a partir do recorte temporal escolhido para a pesquisa e participaram efetivamente do processo da atividade de estágio supervisionado do curso de Serviço Social da FEF, assim, tem-se:

- ✓ 02 supervisoras acadêmicas que exercem essa atribuição desde o ano de 2006;
- ✓ 01 supervisor acadêmico que exerce essa atribuição desde 2008.

A escolha dos/as supervisores de campo se deu da seguinte forma:

- ✓ 02 supervisores/as de campo que participaram assiduamente das reuniões de supervisores de estágio,

A seleção desses sujeitos deu-se através de uma amostragem, considerando que a “[...] amostragem boa é aquela que possibilita abranger a totalidade do problema investigado em suas múltiplas dimensões” (MINAYO, 1992 apud DESLANDES, 1994, p. 43). Considerando ainda que amostragem qualitativa:

a) privilegia os sujeitos sociais que detêm os atributos que o investigador pretende conhecer; b) considera-os em número suficiente para permitir uma certa reincidência das informações, porém não despreza informações ímpares cujo potencial explicativo tem que ser levado em conta; c) entende que sua homogeneidade fundamental relativa aos atributos, o conjunto de informantes possa ser diversificado para possibilitar a apreensão de semelhanças e diferenças; d) esforça-se para que a escolha do lócus e do grupo de observação e informação contenham o conjunto das experiências e expressões que se pretende objetivar com a pesquisa (MINAYO, 2004, p.102).

Vale esclarecer que os/as estudantes, embora sejam sujeitos envolvidos no processo da atividade de estágio supervisionado não foi eleito como sujeitos da pesquisa, porque foram sujeitos da pesquisa realizada pela autora em 2008 e os resultados apresentaram elementos acerca do estágio e supervisão, o que instigou a

necessidade de conhecer sobre essas categorias a partir da visão dos/as demais atores/as do processo dessa atividade, ou seja, supervisores /as de campo e acadêmico/a.

Para a pesquisa de campo construiu-se formulário³ para cada categoria de sujeito, isto é, um formulário para os/as supervisores/as de campo e outro para os/as supervisores/as acadêmicos/as, sendo este, “[...] um dos instrumentos essenciais para a investigação social cujo sistema de coleta de dados consiste em obter informações diretamente do entrevistado.” (MARCONI; LAKATOS, 2007, p.112)

O formulário abarcou perguntas estruturadas capazes de explorar o objeto de estudo em debate, utilizando a técnica da entrevista, buscou-se “[...] obter os informes contidos nas falas dos atores sociais [...] que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada” (PAULO NETO, 1994, p. 57). A entrevista pode ser assim definida:

Conversa a dois, feita por iniciativa do entrevistador, destinada a fornecer informações pertinentes a um objeto de pesquisa, e entrada (pelo entrevistador) em temas igualmente pertinentes com vistas a este objetivo (KAHAN & CANNELL, 1962, p. 52 apud MINAYO, 2004, p.106).

A técnica da entrevista foi conduzida pela pesquisadora, e utilizou-se o gravador para registro das respostas após a autorização dos sujeitos entrevistados. A “[...] gravação permite contar com todo material fornecido pelo informante, o que não ocorre seguindo outro meio” (TRIVIÑOS, 2006, p.148) Acreditou-se que através da técnica da entrevista, “[...] o pesquisador pode levar o entrevistado a uma penetração maior em sua própria experiência, explorando áreas importantes [...]” (MARCONI; LAKATOS, 2007, p.96). Após gravação de cada entrevista era transcrita na íntegra e submetida à análise.

É importante mencionar que anteriormente à realização das entrevistas foi realizado contato telefônico com os/as supervisores/as de campo, sujeitos da pesquisa a fim de apresentar a proposta da mesma, esclarecendo quanto ao tema, objeto de estudo, os objetivos, a técnica que seria utilizada, o estabelecimento do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), e foi solicitada a participação, colaboração dos/as mesmos/as nesse estudo.

³ Os formulários estão nos apêndices A e B.

Após a aceitação desses sujeitos foi agendada data e horário com esses sujeitos de acordo com disponibilidade de cada um/uma, elucidando que as entrevistas aconteceram no próprio campo de trabalho de cada supervisor/a de campo. As entrevistas com tais sujeitos aconteceram no mês de outubro de 2010 e teve a duração de uma hora cada uma. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foi assinado pelos/as supervisores/as nessas entrevistas.

O contato com os/as supervisores/as acadêmicos aconteceu pessoalmente, porque compartilha-se do mesmo espaço de trabalho, o que facilitou esse contato e a realização do convite. O procedimento para o esclarecimento da pesquisa se deu da mesma forma com os/as supervisores /as de campo.

Após a aceitação do convite agendou-se data e horário para a realização das entrevistas que aconteceram nas dependências da Fundação Educacional de Fernandópolis (FEF), em sala de aula. As entrevistas aconteceram nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2010, duas dessas entrevistas tiveram a duração e 30 minutos e a outra a duração de 1:30h. Nessas entrevistas também foi estabelecido o TCLE.

Para a análise dos dados obtidos na pesquisa de campo, elencou-se categorias de análises, sendo que as categorias agregam “[...] elementos ou aspectos com características comuns ou que se relacionam entre si” (GOMES, 1994, p. 70). Assim, as categorias foram:

- 1- Estágio supervisionado
- 2- Supervisão de estágio
- 3- Unidade teoria-prática

Essas categorias subsidiaram o conhecimento da realidade vivenciada pelos sujeitos da pesquisa expressa através de suas próprias falas, uma vez que as mesmas estão interligadas.

[...] as categorias manifestam as diferentes determinações constitutivas do ser, ou seja, totalidades parciais que só conseguem reconhecimento e compreensão científica, pelo menos no plano do materialismo histórico-dialético, quando são visualizadas dentro de totalidades mais abrangentes. Não se quer dizer com isso que essa restrição elimine a ‘peculiaridade’ ontológica da categoria enquanto ‘formas do ser’, mas impede, pelo o que nos parece, a possibilidade de generalizações calcadas em apenas aspectos singulares do ser, e, por conseguinte, deslocados da totalidade. Por meio das categorias podemos então fazer uma viagem do singular ao universal, mediatizados pelo particular (MARTINELLI, 1999, p. 80).

É importante destacar que para o desenvolvimento da pesquisa foi encaminhado para análise no Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais UNESP – Campus Franca (CEP/UNESP/FRANCA) sob o protocolo 069/2009⁴ para que a pesquisa proposta fosse desenvolvida dentro dos padrões éticos, sendo aprovado sem restrições. Nesse sentido, esse estudo foi realizado de acordo com as normas que regem as pesquisas envolvendo seres humanos.

A Apresentação dos Resultados

Essa dissertação é composta por três capítulos.

No 1º capítulo enfatizou-se o processo de formação profissional na contemporaneidade a partir das Diretrizes Curriculares de 1996 da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e nesta análise o estágio supervisionado no processo de formação nessa lógica curricular.

Foram abordados aspectos da realidade brasileira e do Ensino Superior e seu reatamento na formação profissional do/a Assistente Social, enfatizando a apropriação do projeto ético político profissional para o enfrentamento dessa realidade.

Nos capítulos 2 e 3, estabeleceu-se interlocução com as falas dos sujeitos da pesquisa, os quais receberam nomes fictícios⁵ a fim de assegurar-lhes o anonimato. Os relatos citados nessa dissertação não estão corrigidos de acordo com a gramática da língua portuguesa, porque buscou-se manter na íntegra a fala dos sujeitos da pesquisa.

Foi traçado brevemente o perfil desses sujeitos, qual seja: Gabriela, supervisora acadêmica, é do sexo feminino e tem 31 anos. Concluiu a graduação em Serviço Social no ano de 2001, é mestre em Serviço Social e doutoranda em Serviço Social. Gabriela é docente do curso de Serviço Social da FEF e da União das Faculdades dos Grandes Lagos (UNILAGO) de São José do Rio Preto/SP, exerce a docência desde 2003, ministra as disciplinas de Seminários Temáticos,

⁴ Encontra-se em anexo.

⁵ Esses nomes fictícios referem-se a nome de pessoas que tiveram presença marcante durante a realização do curso de mestrado.

Serviço Social e Processos de Trabalho, Fundamentos, Históricos, Teóricos, Metodológicos do Serviço Social III.

Em relação à supervisão acadêmica, Gabriela relatou que exerce essa atribuição desde 2004 e como capacitação para o exercício dessa atribuição relata que tem participado das reuniões de supervisores/as, fóruns de estágio, discussões da Política Nacional de Estágio (PNE) e elaborou a dissertação do mestrado tendo o estágio supervisionado como seu objeto de estudo.

Fernanda é supervisora acadêmica, do sexo feminino, tem 49 anos, concluiu a graduação em Serviço Social no ano de 1983, é mestre em Sociologia, docente do curso de Serviço Social da FEF e UNILAGO de São José do Rio Preto/SP, exerce a docência há 13 anos, ministra as disciplinas de Administração e Planejamento, Direito e Legislação, Política Social, Antropologia e Sociologia.

Em relação ao exercício da supervisão acadêmica, Fernanda relata que é supervisora há 09 anos, mas menciona que não participou especificamente de capacitação para exercer tal atribuição, somente as reuniões de supervisores/as.

Outro sujeito da pesquisa, Nilson, supervisor acadêmico apresenta o perfil: é do sexo masculino e tem 29 anos, concluiu a graduação em Serviço Social em 2003, é especialista em Política Social e mestrando em Serviço Social.

Nilson é docente na FEF, UNILAGO e na Universidade Paulista (UNIP) de São José do Rio Preto/SP nos cursos de Serviço Social, exerce a docência há 03 anos, ministra as disciplinas de Ética I, Economia Política, Relações de Gênero e Serviço Social, Processos de Trabalho e Serviço Social III e Fundamentos Históricos, Teóricos, Metodológicos do Serviço Social III.

Em relação ao exercício da supervisão acadêmica relata que exerce a supervisão há 03 anos e em relação a capacitação para o exercício dessa atribuição menciona que tem participado das reuniões de supervisores/as, fórum de supervisores e faz uma observação que faltam eventos sobre a supervisão acadêmica.

Apresentados os/as supervisores/as acadêmicos/as, é preciso a conhecer o perfil dos/as supervisores/as de campo: Cláudio do sexo masculino tem 30 anos, concluiu a graduação em Serviço Social em 2002, é especialista em Políticas Públicas e trabalha no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) no município de Ouroeste/SP há 09 anos e é coordenador, trabalha também na FEF como docente do curso de Serviço Social há 08 meses.

Enquanto supervisor de campo exerce essa atribuição há 03 anos e relata que não houve capacitação específica para o exercício dessa supervisão, mas menciona que tem participado das reuniões de supervisores/as.

Outra supervisora de campo, Célia, do sexo feminino tem 35 anos, concluiu a graduação em Serviço Social em 2004 e possui somente a graduação e trabalha no Centro de Apoio a Educação e Formação do Adolescente (CAEFA) há 01 ano e 09 meses, tempo esse que também é supervisora de campo.

Em relação à capacitação para o exercício da supervisão de campo, Célia relata que não participou especificamente de capacitação, mas tem participado das reuniões de supervisores/as de estágio.

Dada a apresentação dos sujeitos dessa pesquisa, tem-se continuidade à apresentação dos resultados da dissertação.

No 2º capítulo discutiu-se sobre o estágio supervisionado em Serviço Social, trazendo concepções do estágio, os desafios, bem como os aspectos legais inerentes a essa atividade na atualidade e sua contribuição no processo de formação profissional.

No 3º capítulo foram apresentados os aspectos do curso de Serviço Social da FEF, estabelecendo aproximações ao campo empírico da pesquisa e a realidade da atividade do estágio supervisionado no curso, com base em dados quantitativos dos campos de estágio legalmente conveniados ao setor de estágio da faculdade.

As considerações finais são apresentadas com base no estudo realizado, reflexões a partir da contribuição dos sujeitos na pesquisa e dos resultados obtidos sendo apresentados indicativos para (re)pensar o processo da atividade de estágio supervisionado que perpassa pela opção individual de cada sujeito envolvido nesse processo, mas pautada na construção coletiva no sentido de aprimorar a formação profissional do/a Assistente Social.

CAPÍTULO 1 SERVIÇO SOCIAL E O PROCESSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL NA CONTEMPORANEIDADE

A existência concreta e objetiva de uma possibilidade não equivale, necessariamente, a sua conversão em efetividade, à passagem de uma possibilidade à efetividade demanda a complexa intervenção da atividade organizada dos homens (PAULO NETTO, 1999).

1.1 Aspectos da Realidade Brasileira: Desafios à Formação e o Exercício Profissional

Procurou-se neste capítulo trazer as discussões acerca da formação profissional em Serviço Social a partir da década de 1990, embora considerando que a formação profissional, bem como a profissão de Serviço Social só pode ser apreendida a partir de seu processo histórico, pois a história é a mola propulsora para compreensão de como esta se legitima na sociedade brasileira hoje, tal como seu significado e direção social.

A formação profissional compreendida como educação continuada e não simplesmente como uma qualificação adquirida e acabada durante o período de um determinado curso necessita ser estudada contextualizando-se a realidade social expressa pelos aspectos estruturais e conjunturais e pelo sistema educativo, que refletem o movimento histórico da sociedade.

A trajetória do Serviço Social no Brasil revela como, ao longo de setenta anos, o campo da formação dos assistentes sociais passou por mudanças marcantes, que carecem ainda de estudos aprofundados acerca da relação entre a dinâmica interna à profissão e os processos sócio-históricos, particularizadas, nesse período, pelas políticas públicas, pela esfera da cultura e pela educação superior (ALMEIDA, 2009, p. 638).

O Serviço Social é uma profissão de caráter interventivo e investigativo inserida na divisão sócio-técnica do trabalho tendo como objeto de intervenção as manifestações da questão social, considera-se que a “[...] investigação e a intervenção [...] compreendem a dialética do modo de ser da profissão.” (GUERRA; BRAGA, 2009, p. 703).

Segundo Guerra; Braga (2009) a dimensão investigativa e interventiva está expressa nas competências/atribuições profissionais e ressalta-se a importância da

dimensão investigativa para o desvelamento de uma dada realidade social, pois para se intervir é preciso antes de tudo conhecê-la.

Sobre essa questão percebe-se a importância da articulação dessas duas dimensões no exercício profissional do/a Assistente Social, permitindo-o pensar e analisar o contexto de seu objeto de intervenção, identificar os limites e possibilidades de sua ação profissional e propor estratégias de intervenção, tal como menciona Battini (2009, p.73):

Com base na ação investigativa, o trabalho profissional poderá transcender o objeto real, configurando-o em objeto científico, o que propiciará a indicação de mecanismos para novas articulações nos processos que determinam a mudança do limite para além do imediatamente dado; possibilitará ainda a construção de um marco teórico representativo de intervenção, abrindo caminhos estratégicos viabilizadores da transformação social.

É a partir dessas reflexões que se buscam subsídios teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operacionais para o trabalho profissional, o que requer a articulação entre o trabalho intelectual e o exercício profissional, pressupondo o conhecimento da realidade social, uma vez que ela é dinâmica e passa por transformações constantemente.

Por isso deve-se acompanhar todo esse movimento, uma vez que “[...] a forma de conhecer o modo de ser dos fenômenos sociais que compõem o real processa-se mediante aproximações sucessivas ao movimento do objeto (real).” (PONTES, 2000, p. 39)

O conhecimento da realidade, que para Lukács é ontológica porque tem sua própria existência, tem seu próprio sentido de constituir-se, se apresenta como desafio ao Serviço Social.

É desafiante porque é preciso apreender a totalidade para compreender a realidade e desvendá-la, uma vez que pode ser “[...] feito de interações reais e concretas entre os elementos, dentro do contexto da atuação ativa ou passiva da totalidade complexa” (LUKÁCS, 1979, p. 38), o que significa pensar além da imediatez, ou seja, compreender as mediações, os determinantes de dado fenômeno, compreender a essência do fenômeno, que esse não se evidencia de forma imediata.

[...] em todas as verificações de fatos singulares, em toda reprodução ideal de uma conexão concreta, tem sempre em vista a totalidade do ser social e utiliza essa como metro para avaliar a realidade e o significado de cada fenômeno singular; uma consideração ontológico-filosófica da realidade em – si que não se põe acima dos fenômenos considerados, coagulando-os em abstrações, mas se coloca, ao contrário – crítica e autocriticamente -, no máximo nível de consciência, como o único objetivo de poder captar todo ente na plena concreticidade da forma de ser que lhe é própria [...]. (LUKÁCS, 1979, p. 27)

A partir das afirmações acima, considera-se que a posição que o ser social ocupa na realidade social que faz a teoria marxiana ser uma teoria ímpar. Para Marx, o ser social é sujeito histórico do real, é partir das ações humanas, do trabalho humano que a transformação social torna-se possível.

Porém, isso não significa que o homem é independente da sociedade, independente da demanda que a história lhe coloca, da mesma forma que o movimento social também não é independente da ação humana.

À luz dessas considerações que o Serviço Social tem procurado se direcionar nos tempos atuais, com a apreensão de uma teoria crítica que fornece a reflexão da contraditoriedade presente na sociedade capitalista que condiciona a vida de todos os homens.

Pensar o Serviço Social na contemporaneidade requer situá-lo, conforme Iamamoto (1998), às transformações societárias, as quais vivenciam a sociedade brasileira, mudanças essas econômicas, sociais, culturais.

Essas transformações também dizem respeito ao projeto neoliberal, instalado na sociedade brasileira na década de 1990, propondo a reestruturação das funções do Estado e de sua relação com a sociedade, preconizando um Estado mínimo, com imposição da sociedade de mercado.

As mudanças citadas redefinem o mercado de trabalho para os/as Assistentes Sociais, bem como ocasionam as desigualdades sociais, agravando a questão social⁶, sendo suas expressões o objeto de intervenção do/a Assistente Social, que:

⁶ Iamamoto refere-se à questão social “[...] como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade” (IAMAMOTO, 2000, p. 27).

Na atual conjuntura de precarização e subalternização do trabalho à ordem do mercado, de erosão das bases da ação social do Estado e desmontagem de direitos sociais, civis, econômicos, a questão social, matéria-prima da intervenção dos assistentes sociais, assume novas configurações e expressões entre as quais destacamos a insegurança, a vulnerabilidade do trabalho e a penalização dos trabalhadores, o desemprego, o achatamento assalarial [...] questões de saúde pública, de violência, da droga, da ignorância, da fadiga [...] (YAZBEK, 1998, p.97).

Na década de 1990 o Brasil passa da repressão, autoritarismo à democratização, porém a prioridade é o Estado mínimo para o social e máximo para o capital, priorizando a questão econômica, com liberação de importações e privatizações, desregulamentação, reestruturação produtiva, descentralização, ocasionando o desmonte das políticas sociais.

Com a redução intervencionista do Estado frente às políticas sociais para o enfrentamento da questão social, repercute o crescimento das ações no campo da filantropia e do trabalho voluntário, surgindo o denominado Terceiro Setor, que segundo Kameyama (1999, p. 204), “[...] trata-se de instituições sem fins lucrativos que, a partir do âmbito privado, perseguem os propósitos de atender o interesse público.”

Cria-se também com a Reforma do Estado a filantropia empresarial (KAMEYAMA, 1999), a responsabilidade social, gerando o bem-estar aos empregados e seus familiares, comunidades, etc., pois a empresa “doa” para a sociedade o seu lucro.

A Reforma do Estado emerge no Brasil a partir da década de 1990, sendo conduzida por governos neoliberais, como Fernando Collor de Mello, Fernando Henrique Cardoso, tendo continuidade nos dois governos de Luis Inácio Lula da Silva objetivando a acumulação do capital conciliado aos interesses e orientações internacionais, gerando a flexibilização da acumulação do capital em que se alteram as funções e papel do Estado “[...] reduzindo os direitos sociais e políticos em oposição à maximização em relação ao capital e liberdade de mercado” (DUARTE, 2005, p.7).

Esse processo de alterações nas funções do Estado gera mudanças para o seu enfrentamento frente à questão social que atinge expressivamente todos os campos da vida social da classe trabalhadora.

A Reforma do Estado vai de encontro aos objetivos do projeto neoliberal instalado no país na década de 1990, bem como se instaura o processo de inserir o país “[...] no mundo globalizado, pré-requisito para o desenvolvimento” (DUARTE, 2005, p.08).

Assim, a proposta da Reforma do Estado, é a própria condução do Estado brasileiro para o seu desmonte e desregulamentação. O governo FHC traçou uma programação política de abertura da economia aos capitais internacionais, uma agenda de privatização do patrimônio público, uma proposta de reforma previdenciária, além da reforma administrativa, pautada na justificativa neoliberal de que o social, ou melhor, as políticas sociais são muito onerosas para o Estado, iniciando o processo de desmonte e descaso com o social (DUARTE, 2005, p.08).

O quadro econômico, político e social configurado na década de 1990 e tendo continuidade nos governos do presidente Luis Inácio Lula da Silva, através da reforma previdenciária, sindical e universitária trazem importantes repercussões para a atuação dos/as Assistentes Sociais na sociedade permeadas pelas exigências relacionadas ao mundo do trabalho.

Com esse quadro necessita-se que o trabalho profissional esteja voltado à compreensão crítica da expansão do sistema capitalista que repercutem nas atribuições dos/as profissionais e conseqüentemente, atingem diretamente nas condições de vida e trabalho da população usuária dos serviços sociais.

Segundo Dallago (2010), as transformações no mundo do trabalho diz respeito à flexibilização da produção oriunda da substituição dos padrões taylorista/fordista para os padrões mais flexíveis como o toyotismo que atende com mais rapidez o mercado, porém atinge diretamente a classe trabalhadora que tem seus direitos trabalhistas suprimidos, além da exploração da mão-de-obra.

Nesse contexto tem-se a precarização das relações de trabalho, aumenta-se o trabalho temporário, regimes de trabalho mais flexíveis, terceirização de serviços. Por outro lado, exigem-se trabalhadores/as com mão-de-obra qualificada e polivalente, assim como:

Transformam-se em conseqüência, as formas de gestão do trabalho, com a defesa da ‘autonomia’ dos trabalhadores na execução de tarefas, o estímulo à participação, o trabalho em equipe e a conseqüente mobilização da adesão às metas de produção de qualidade, acentuando a competitividade entre os trabalhadores. Por

outro lado, introduz-se a jornada de trabalho modular, exigindo-se que o trabalhador cumpra uma jornada mais flexível definida consoante as exigências da empresa, de acordo com as oscilações de produção [...] (IAMAMOTO, 1998, p.179).

Essa realidade apresentada pela autora proporciona a reflexão acerca do processo de acumulação capitalista que amplia as desigualdades sociais e altera de forma significativa o mercado de trabalho, produz-se o excedente de força de trabalho, porque não tem mais lugar no processo de produção, que inegavelmente se constitui num desafio para a profissão, e logicamente para o processo de formação profissional.

O processo de transformações, que vem ocorrendo no “mundo do trabalho” altera substancialmente a demanda de qualificação de profissionais de Serviço Social, tornando necessário que adquiram uma centralidade no processo de formação profissional, porque tem uma centralidade na contemporaneidade da vida social. (IAMAMOTO, 1998, p.180)

As alterações no mundo do trabalho também atingem as condições de relações de trabalho do/a Assistente Social, destacando a polivalência, terceirização dos serviços, subcontratação, ampliação de contratos temporários, dessa maneira atinge diretamente os espaços de trabalho do/a Assistente Social.

Além disso, determina mudanças no perfil profissional, uma vez que se exigem profissionais qualificados, propositivos para que consiga “dar conta” das demandas e respostas do Serviço Social voltadas as configurações no campo do trabalho, tais como os programas de melhoria da qualidade de vida no trabalho, gestão de recursos humanos, prevenção de riscos sociais, organização de processo produtivos (AMARAL; CESAR, 2009).

Pode-se afirmar que a segunda metade dos anos 1980 e década de 1990 também foi um período de grandes avanços para o Serviço Social no que se refere aos rumos político-profissionais, como a promulgação da Constituição Federal de 1988, ampliando os espaços de trabalho do/a Assistente Social no âmbito da Seguridade Social (saúde, previdência e assistência social).

Ampliaram-se outros espaços no âmbito do poder local através da formulação, gestão e avaliação das políticas sociais através da descentralização político-administrativa e a municipalização das mesmas, o que demanda

profissionais com capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para operacionalização desses serviços.

Nesse período há a Lei nº8069 de 13 de julho de 1990 que cria o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e quanto à dimensão ética, há o Código de Ética aprovado em 1993 que constitui democraticamente os direitos e deveres dos/as Assistentes Sociais embasados em princípios e valores alicerçados no compromisso ético-político da profissão.

Outro grande avanço da profissão foi a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8662/93), que substitui a Lei de Regulamentação de 1957, representando a defesa da profissão na sociedade, bem como a direção para a formação acadêmica e profissional. Em 1993 também foi criada a lei Orgânica da Assistência Social-LOAS (Lei nº 8742 de 07 de dezembro de 1993).

Neste âmbito requerem-se profissionais que estejam em “[...] sintonia com as mudanças e atenção à qualificação contínua” (KOIKE et al., 1997, p. 81) ao mesmo tempo em que o trabalho profissional cotidiano deve estar voltado a consolidação do projeto ético-político profissional e, sobretudo, reconhecimento do homem como ser social (PAULO NETTO, 1999. p. 91-110).

Com a apropriação da vertente marxiana pelo Serviço Social, a partir do Movimento de Reconceituação⁷, parte-se do pressuposto que a teoria social crítica reserva subsídios para dar “[...] conta do modo de ser e reproduzir-se do ser social” (PAULO NETTO; CARVALHO, 2005, p. 65).

Ela implica a construção de uma imagem rigorosa do homem como ser prático e social, produzindo-se a si mesmo através de suas objetivações (a práxis, de que o processo de trabalho é o modo privilegiado) e organizando as suas relações com os outros homens e com a natureza conforme o nível de desenvolvimento dos meios pelos quais se mantém e reproduz enquanto homem. Isto é: há aqui uma antropologia cuja ontologia é a matéria da história (PAULO NETTO; CARVALHO, 2005, p.75).

⁷ Este movimento deu-se no contexto de mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais que expressaram nos anos 1960, configurações que caracterizaram a expansão do capitalismo mundial e que impôs à América Latina um estilo de desenvolvimento excludente e subordinado, fazendo com que o Serviço Social assume as inquietações e insatisfações deste momento histórico e direciona seus questionamentos ao Serviço Social tradicional através de um amplo movimento, de um processo de revisão global, tanto no seu exercício profissional como aos seus fundamentos teórico-metodológico, técnico-operativo, ético-político, “[...] abrindo espaços para o debate, para a reflexão e para a crítica [...]” (MARTINELLI, 2009, p.143).

Ao longo da história, observa-se o homem em busca do conhecimento, do desenvolvimento e da realização de suas potencialidades, porém, é apenas enquanto ser social, interagindo com outros homens em sociedade, transformando a natureza, a sociedade, e nesse processo se auto-transformando, que o ser humano tem a possibilidade de desenvolver sua essência humana⁸ (formada por componentes como trabalho, sociabilidade, universalidade, consciência, liberdade).

Este desenvolvimento ocorre no âmbito do cotidiano, é através dele que podemos agir transformando a realidade que é ofertada, e concomitantemente, ao pensar, ao planejar, realizar a autotransformação.

É através do pensamento marxiano que se busca a compreensão do que é o ser social e do que é necessário para que o homem se constitua como tal, ou seja, estuda como são as relações sociais que os homens estabelecem em sociedade, o trabalho⁹ (através do qual o homem transforma e se auto-transforma), a liberdade, a consciência e a universalidade, enfim, a essência humana e a forma como ela se manifesta no sistema de produção capitalista.

A história é imprescindível para a compreensão e conhecimento da realidade, que pode ser realmente compreendida através da perspectiva da totalidade e sua relação com a complexidade social, considerando que “[...] a totalidade não é um fato formal do pensamento, mas constitui a reprodução mental do realmente existente” (LUKÁCS, 1979, p. 28).

Realizar uma análise a partir da perspectiva da totalidade significa procurar compreender que o real é formado por inúmeros fatores que se entrelaçam, se auto-determinam e influenciam para que a realidade se apresente como é hoje.

Fatores, por exemplo, como o fato da sociedade estar fundada no sistema de produção capitalista, que não é apenas um sistema econômico, ele, na verdade, tem todo um aparato social, ideológico e político necessário a sua manutenção.

O resultado disso é que o capitalismo estabelece um modelo societário, que é o modelo vigente, no qual há uma série de determinantes que aparecem sintetizados no real.

⁸ A essência humana se caracteriza pela realização das possibilidades humanas e a liberdade face aos obstáculos a essa realização. Paulo Netto, 2005, p. 75, diz que “[...] a essência humana - atributos que o ser social produz na sua história ao se desenvolver - é uma estrutura dinâmica de possibilidades que se dão no desenrolar da história.”

⁹ Para Marx, o trabalho é uma categoria central, é o fundamento ontológico social do ser social, é a relação homem-natureza, dando ao homem o caráter universal e sócio-histórico. O trabalho é um processo de cooperação entre os homens.

Estes elementos (considerados pilares da dominação social existente) estabelecem mediações nos mais diversos âmbitos da vida: trabalho, escola, instituições religiosas, meios de comunicação, formando o contexto no qual se desenrola o cotidiano. Portanto, essas mediações acabam por se expressar na singularidade do indivíduo.

Partindo dessa análise, pode-se compreender porque Lukács se apropriando do pensamento marxiano, explicitou que aquilo que o ser social apreende de forma imediata, como um todo desorganizado são aparências, representações.

É no cotidiano, que se impõe “[...] aos indivíduos um padrão de comportamento que apresenta modos típicos de realização, [...] requisita dos indivíduos respostas funcionais às situações.” (PAULO NETTO; CARVALHO, 2005, p.68).

A realidade só é dada ao homem e permite conhecê-la através de sua práxis, da ação transformadora que ultrapassa o imediato, a aparência, considerando a historicidade e a concretude do real, uma vez que:

[...] estabelecida essa relação entre praxis e consciência nos fatos elementares da vida cotidiana, os fenômenos de reificação, do fetichismo, da alienação – enquanto cópias feitas pelo homem de uma realidade incompreendida – apresentam-se não mais como expressões arcanas de forças desconhecidas e inconscientes no interior e no exterior do homem, mas antes como mediações, por vezes bastante amplas, que surgem na própria praxis elementar (LUKÁCS, 1979, p. 52).

É no cotidiano, este espaço considerado restrito que o homem pode se afirmar todos os dias, em cada atitude, enquanto tal. O cotidiano que é vivenciado, porém, não está desvinculado do contexto histórico, político, econômico e social da época que se presencia, não está deslocado do real.

Assim como ele influencia o contexto, também é fatalmente influenciado por este. Logo, como resultado do modo de produção capitalista na qual produz e reproduz a vida, permeado de ideologias, valores, normas, que tem como função consolidar tal sistema, consolidarem o domínio do capital sobre o trabalho, tem-se a criação de um cotidiano alienado, também instrumentalizado para a reprodução capitalista.

A realidade no sistema capitalista apresenta outras características além de um cotidiano alienado. A essência humana, por exemplo, citada anteriormente, sofre mutações: a sociabilidade fica relegada a um plano inferior em detrimento da individualidade; o trabalho como parte fundamental do cotidiano, também se encontra alienado; a liberdade tem seu significado restrito à liberdade de mercado, a universalidade¹⁰, que já aparece de forma velada num cotidiano sem alienação, encontra-se oculta pela dimensão da singularidade; e a consciência se apresenta reificada. A reificação que caracteriza a organização social capitalista é um processo no qual se mascara:

[...] as relações sociais entre os homens e as realidades espirituais e psíquicas, dando-lhes o aspecto de atributos naturais das coisas ou leis naturais [...] assim, as relações de troca entre os diferentes membros da sociedade – transparentes e claras em todas as demais formas de organização social - tomam aqui a forma de um atributo de coisas mortas: o preço (GOLDMANN, 1979, p. 122).

A consciência reificada não consegue ver que em qualquer produto resultante do trabalho humano, há a síntese de múltiplas relações sociais. Como consequência desse processo tem-se a distorção do real, tornando-se os homens apenas elementos passivos a estabelecerem entre relações coisificadas diante de uma realidade, na qual as mercadorias, os produtos inertes são atuantes e dotados de vida.

Com isso, a característica humana de sujeito histórico, detentor da potência necessária à transformação da realidade, é sufocada pelo capital, contribuindo com a reprodução do atual modelo produtivo e societário, e, dificultando que as ações dos homens se constituam enquanto práxis, que possui “[...] função de guia e de controle em relação à consciência [...] visto que é sempre um ato teleológico, no qual

¹⁰ A respeito da dimensão da universalidade, José P. Netto (2005, p. 69) esclarece: “Ele é indivíduo na cotidianidade, opera como um todo: atua, nas suas objetivações cotidianas, como um homem inteiro – mas sempre no âmbito da singularidade. Ora, o acesso consciência humano genérica não se realiza neste comportamento: só se dá quando o indivíduo pode superar a singularidade, quando ascende o comportamento no qual joga não toas as suas forças, mas toda a sua força numa objetivação duradoura (menos instrumental, menos imediata); trata-se, então, de uma mobilização anímica que suspende a heterogeneidade da vida cotidiana – que homogeneiza todas as faculdades do indivíduo e as direciona num projeto em que ele transcende a sua singularidade numa objetivação na qual se reconhece como portador da consciência humano-genérica. Nesta suspensão [...] da cotidianidade, o indivíduo se instaura como particularidade, espaço de mediação entre singular e o universal , e comporta-se como inteiramente homem.”

a posição da finalidade precede, objetiva e cronologicamente, a realização”. (LUKÁCS, 1979, p, 52).

Através da práxis o homem cria produtos materiais, mas também formas de pensar a realidade, formas que a consolidam, materializando-se em normas, valores, representações e ideologias. Diversas são as formas de pensar criadas pelo homem no decorrer da história com a finalidade de conhecer o real.

Conceber ou não o real enquanto totalidade, não altera o fato dele se constituir de tal forma, ou seja, não determina a sua existência. Para Kosík (1997) a realidade é unidade do fenômeno e da essência, sendo que o fenômeno se apresenta imediatamente primeiro e com maior frequência. A essência não se manifesta diretamente, é o fundamento oculto das coisas e deve ser descoberta através da ciência e da filosofia. Porém, tanto o fenômeno quanto a essência são realidade.

O mundo fenomênico não é simplesmente determinado pelo sujeito cognoscente, ele não é independente e absoluto, ao contrário, o fenômeno se constitui enquanto tal em relação com a essência; ela aparece mediada através dele, o fenômeno a indica e, ao mesmo tempo, a oculta, pois “[...] quando se trata do ser social, assume um papel ontológico da diferença, da oposição e da conexão entre fenômeno e essência”. (LUKÁCS, 1979, p.25).

O que gera, no entanto, a impressão dos fenômenos serem independentes e naturais é justamente o desaparecimento da diferença entre eles e a essência nas análises sobre o real, como se os fenômenos fossem a essência mesma, sendo que a realidade social é “[...] critério último do ser ou não ser social de um fenômeno [...]” (LUKÁCS, 1979, p.13).

Assim, esta se manifesta como se fosse constituída por comportamentos ideológicos espirituais, delegando a um plano inferior a existência real.

Para compreender melhor a realidade social sobre a qual o ser social atua e, ao mesmo tempo sofre influências, que de acordo com a teoria marxiana, as condições materiais de vida numa sociedade capitalista determinam o pensamento e a consciência, como ditos anteriormente, é importante refletir mais detidamente sobre a concepção do real enquanto totalidade.

Na realidade social, do ponto de vista da totalidade, cada fenômeno deve ser compreendido como um momento do todo, tomá-lo separadamente do complexo é torná-lo uma abstração. Tal como afirma Lukács (1979, p. 46):

Com efeito, o caminho que Marx pretende percorrer – do abstrato até a totalidade concreta e finalmente tornada completamente visível – não pode partir de uma abstração qualquer. [...] E isso porque, considerado isoladamente, qualquer fenômeno pode – uma vez transformado em elemento por meio da abstração – ser tomado como ponto de partida; só que em tal caminho não levaria jamais à compreensão da totalidade.

O mesmo ocorre ao falar do real sem se remeter aos fatos, consciências, relações que os constituem. Considerar realidade enquanto totalidade implica compreendê-la como um complexo formado pelos níveis do singular, do particular e do universal, níveis nos qual o real se movimenta: o que é singular pode se tornar particular, este pode se tornar universal e assim sucessivamente. É exatamente esse movimento dialético da realidade social entre os níveis que se denomina totalidade.

Considera-se pertinente apresentar essas breves discussões trazidas principalmente por Lukács acerca da realidade por compreender que o exercício profissional do/a Assistente Social não se realiza isolado do mesmo que está imbricado na sua complexidade e contraditoriedade, pois está inserido numa sociedade capitalista, bem como o homem é sujeito histórico do real, e assim sendo, o/a profissional necessita, “[...] além de conhecer a realidade na sua complexidade, criar meios para transformá-la na direção de determinado projeto socioprofissional”. (PONTES, 2000, p.43).

O grande desafio posto ao/a profissional de Serviço Social é desenvolver a capacidade de decifrar a realidade e construir propostas criativas e efetivar direitos, se apropriando de aportes teórico-metodológicos, ético-políticos, que norteiam seu trabalho, possibilitando a transformação da realidade social, ou seja, na perspectiva da práxis.

Nessa dimensão é imprescindível mencionar sobre a formação profissional que deve estar articulada ao exercício profissional, uma vez que ela está presente na contraditoriedade da sociedade capitalista e requer a apreensão dessa dimensão para que se construa uma prática voltada à sociedade civil, “[...] mas também a visão de mundo dos subalternos, decifrando seus códigos, suas maneiras particulares de expressão de sua vida social em formas culturais”. (IAMAMOTO, 1998, p.196).

1.2 Desafios na Efetivação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 Frente à Mercantilização do Ensino Superior

A apreensão das mudanças e suas repercussões na sociedade, em especial na profissão citadas anteriormente, torna-se fundamental para a permanente construção da identidade profissional do/a Assistente Social que, redesenhada cotidianamente, passa a ser presente nas reflexões desses/as profissionais na atualidade.

Concorde (MARTINELLI, 2009, p.157) “[...] os modos de produção da identidade, como categoria histórica, social e política, estão relacionados com o movimento da história, pois ela pulsa o tempo e o movimento.” Esse movimento de construção da identidade profissional configura-se como um dos desdobramentos do processo de formação profissional.

É nessa conjuntura permeada pelas profundas mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais que vão refletir diretamente no processo de formação profissional do/a assistente social, exigindo daí a premência de uma revisão curricular, alicerçada no projeto ético-político da profissão, sendo que:

A reformulação do projeto de formação profissional não poderá ignorar as demandas do mercado de trabalho e deverá estar atenta às transformações nos padrões de acumulação capitalista: as mudanças observadas no mundo trabalho, na esfera do Estado e no campo da cultura (OLIVEIRA, 2003, p. 35).

Quando se pensa num novo currículo, consideram-se as tendências da categoria profissional referenciada pelas exigências do mercado de trabalho, as alterações dos espaços ocupacionais dos/as Assistentes Sociais, as competências profissionais, etc.

Questiona-se como preparar efetivamente profissionais que atuem de forma competente no plano teórico, político e operativo, assegurando a compreensão do próprio significado social da profissão, na sociedade brasileira hoje.

Entende-se que a formação profissional em Serviço Social busca contemplar uma base teórica e metodológica, reflexiva do fazer profissional, propiciando o conhecimento crítico da realidade, bem como possibilita a criação de

estratégias de ações, ou seja, permite uma visão crítica da dinâmica das relações sociais.

Assim, a formação profissional em Serviço Social pode ser entendida como um conjunto de experiências que incluem a transmissão de conhecimentos, a possibilidade de oferecer ao aluno um campo de ação – vivência de situação concreta relacionada à revisão e ao questionamento de seus conhecimentos, habilidades, valores etc., e que possam levá-lo a uma inserção crítica e criativa na área profissional e no mundo mais amplo (BURIOLLA, 2003, p.16).

A formação profissional do/a Assistente Social tem que ter uma capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnica-operativa pautada na perspectiva crítica, permitindo a leitura da realidade social a partir do seu movimento estrutural e conjuntural.

Com base na compreensão de que uma revisão curricular supõe uma sistemática avaliação no processo de formação profissional frente às exigências da contemporaneidade, a Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS)¹¹ junto ao Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social (CEDEPSS), com o apoio do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO), promove um processo de mobilização conduzindo a nova proposta nacional de currículo mínimo para o Curso de Serviço Social.

Esta proposta foi estabelecida na II Oficina de Formação Profissional e aprovada na assembléia da ABESS, realizadas no Rio de Janeiro em novembro de 1996.

A formação profissional em Serviço Social é estruturada nas Diretrizes Curriculares de 1996 numa perspectiva de totalidade organizadas basicamente, em dois momentos: um, com o objetivo de romper com a fragmentação apresentada no conjunto das disciplinas e matérias dispostas no currículo de 1982¹²; outro,

¹¹ A ABESS foi criada em 1946, então denominada Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social, uma década após a instalação do primeiro curso de Serviço Social no Brasil. A partir da segunda metade da década de 1990 houve a mudança de seu nome para Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social por compreender que não poderia haver a indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão e articulação da graduação com a pós-graduação.

¹² A dimensão ético-política, a articulação do Serviço Social com os movimentos populares, a compreensão da própria profissão como parte constituinte da classe trabalhadora, e a compreensão da atuação profissional na contradição entre capital e trabalho, são elementos constituintes no currículo mínimo de 1982. Esse currículo apresenta a inserção concreta do conteúdo da teoria social de Marx como parte dos conteúdos básicos da formação profissional, as disciplinas Teoria, História e

orientando a compreensão da própria realidade com base na perspectiva de totalidade, dotada de múltiplas determinações que só podem ser compreendidas mediante uma articulação dos fatores que a engendram.

Em dezembro do mesmo ano, foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/96), oportunizando as novas diretrizes do curso de Serviço Social.

Na lógica curricular de 1996, a formação profissional do/a Assistente Social expressa uma concepção de ensino-aprendizagem calcada na dinâmica da vida social, estabelecendo parâmetros para inserção profissional na realidade sócio-institucional.

O pressuposto central das diretrizes curriculares constitui basicamente na construção de conteúdos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos para:

1. Apreensão crítica do processo histórico como totalidade;
2. Investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira, no sentido de apreender as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no país;
3. Apreensão do significado social da profissão desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;
4. Apreensão das demandas – consolidadas e emergentes – postas ao Serviço Social via mercado de trabalho, visando formular respostas profissionais que potenciem o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre público e privado;
5. Exercício profissional cumprindo as competências e atribuições previstas na Legislação Profissional em vigor (ABESS, 1997, p. 62).

O projeto de formação profissional em Serviço Social encontra-se estruturado em pressupostos, princípios e diretrizes, construídas em conjunto de conhecimentos indissociáveis.

Indica que diante das necessidades postas hoje à profissão é preciso estar atento ao reordenamento do padrão de acumulação capitalista, bem como de regulação da vida social, exigindo do/a profissional o redimensionamento na sua forma de pensar e agir.

Metodologia passaram a compor o currículo substituindo as vertentes do Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade, porém, essas disciplinas foram pensadas e estruturadas separadamente, cabendo a cada uma delas papéis que separadamente deslocariam o eixo de análise e compreensão, fragmentando a realidade histórica.

Apresenta que a inserção dos/as profissionais, nos diversos espaços sócio-ocupacionais, deve ser compreendida com olhar crítico e investigativo, pautado em referencial teórico-metodológico, que embase a sua postura ético-política ao mesmo tempo em que ofereça condições para que ele/ela lance mão de um arsenal técnico-operativo que ultrapasse o campo da imediatividade, e lhe permita construir ações que promovam a emancipação dos sujeitos usuários dos serviços (ABESS, 1997).

De acordo com as Diretrizes Curriculares de 1996 o projeto para a formação profissional se materializa em três núcleos de fundamentação:

1- núcleo de fundamentação teórico-metodológicos da vida social

Este núcleo é responsável pelo tratamento do ser social enquanto totalidade histórica, fornecendo os componentes fundamentais da vida social, reconhecendo o homem como ser social, histórico, bem como reconhece o trabalho como eixo central de reprodução da vida social.

2- núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira:

Este núcleo remete ao conhecimento da constituição econômica, social, política e cultural da sociedade brasileira, tendo o direcionamento para a apreensão dos movimentos que permitiram os padrões de desenvolvimento capitalista do país, analisando os padrões de produção capitalista, a constituição do Estado brasileiro, o significado do Serviço Social no seu caráter contraditório expresso no confronto das classes vigentes e presentes nas instituições,

Além disso, os diferentes projetos políticos existentes na sociedade brasileira, análise da constituição em suas dimensões econômicas, políticas, culturais e conhecimento do movimento das classes subalternas.

3- núcleo de fundamentos do trabalho profissional:

O conteúdo deste núcleo considera a profissionalização do Serviço Social como especialização do trabalho coletivo, tendo como especificidade do seu trabalho e intervenção as múltiplas expressões da questão social.

Articula o conjunto de conhecimentos e habilidades voltadas à ação transformadora, considerando as condições e relações sociais historicamente estabelecidas, bem como a dimensão que condiciona o trabalho profissional e a compreensão da profissão como historicamente determinada.

Além da utilização de técnicas e instrumentos que implicam formas de agir para compreender o cotidiano de vida dos/as usuários/as.

Os três núcleos reúnem os conteúdos que fundamentam o trabalho profissional, constituindo assim em eixos articuladores da atual formação profissional.

Agregam um conjunto de fundamentos que se desdobram em matérias e estas em disciplinas presentes nos currículos plenos de Serviço Social nas unidades de formação acadêmicas.

Essas matérias, ainda como trazem as Diretrizes curriculares de 1996, são expressões da área de conhecimento necessárias à formação profissional e se desdobram em: disciplinas, seminários temáticos, oficinas, atividades complementares.

Como matérias básicas são propostas as seguintes: Sociologia, Ciência Política, Economia Política, Filosofia, Psicologia, Antropologia, Formação Sócio – Histórica do Brasil, Direito, Política Social, Acumulação Capitalista e Desigualdades Sociais, Fundamentos Históricos Teóricos Metodológicos do Serviço Social, Administração e Planejamento em Serviço Social, Pesquisa em Serviço Social, Ética Profissional.

Há demais atividades que integram o currículo que são indispensáveis à formação profissional: Estágio Supervisionado e Trabalho de Conclusão de Curso que devem ser desenvolvidos ao longo do curso e a partir dos desdobramentos das matérias e seus componentes curriculares.

O Estágio Supervisionado em Serviço Social é parte integrante no processo de formação profissional e pode propiciar a construção da identidade profissional sendo concebido pelas Diretrizes Curriculares de 1996, da seguinte maneira:

É uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio-institucional objetivando capacitá-lo para o exercício do trabalho profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Essa supervisão será feita pelo professor supervisor e pelo profissional do campo, através da reflexão, acompanhamento e sistematização com base em planos de estágio, elaborados em conjunto entre Unidade de Ensino e Unidade Campo de Estágio, tendo como referência a Lei 8662/93 (Lei de Regulamentação da Profissão) e o Código de Ética Profissional (1993). O estágio supervisionado é concomitante ao período letivo escolar (ABESS, 1997, p. 71).

O estágio supervisionado propicia o ensino-aprendizagem, através da capacitação teórico-metodológica, ético política e técnico-operativa, devendo ser dinamizado de acordo com a realidade social.

O curso de Serviço Social tem uma carga horária mínima obrigatória de 3000 horas com a aprovação do MEC em 2004, com duração de quatro anos.

Dada a importância do estágio supervisionado na formação profissional do/a Assistente Social, nas Diretrizes Curriculares tem-se para essa atividade, uma carga horária mínima de 15% da carga horária total do curso, a qual deve ser ministrada conforme a particularidade de cada Unidade de Formação Acadêmica (UFA).

Em relação às questões inerentes ao estágio supervisionado, objeto de estudo da presente dissertação, serão tecidas no próximo capítulo.

Após discorrer sobre as Diretrizes Curriculares de 1996 que norteiam a construção dos projetos pedagógicos dos cursos de Serviço Social, é necessário analisar o contexto o qual está inserido o Serviço Social nos anos 2000, bem como os desafios postos à formação profissional, pois se tem nesse período a “[...] aceleração do processo de privatização com o empresariamento do ensino, crescente desobrigação do Estado com o funcionamento das universidades [...]”. (ARANHA, 2007, p.13).

Nos anos 2000 a conjuntura brasileira conduzida pelo projeto neoliberal retoma as bases para o desenvolvimento do país, através da mercantilização, competitividade e para a “[...] recuperação parcial do papel estatal como garantidor/financiador dos espaços de acumulação de capital no país” (BRAZ, 2007, p.51).

Provocam-se novas disputas em torno do papel a ser cumprido pelas políticas sociais que passam pela “[...] privatização, focalização e descentralização” (OLIVEIRA, 2008, p. 119), como acontece com as políticas de saúde, previdência e educação com ampla abertura para a exploração mercadológica de tais necessidades sociais.

A saúde, previdência, educação passaram a ser concebida como serviços, “[...] sob a responsabilidade das organizações públicas não-estatais competitivas” (OLIVEIRA, 2008, p. 111), cujos objetivos pautam-se na lógica mercantil e tem como finalidade o lucro. Essa conjuntura provoca também o agravamento já existente da questão social:

Como se explica a questão social e sua renovada reposição? Explica-se cabalmente pela lei geral da acumulação capitalista, que reponde pela dinâmica da produção potenciada de riqueza social simultânea e necessariamente acompanhada pela produção de pauperização relativa (e às vezes, não necessariamente, absoluta) (PAULO NETTO, 2003, p. 25 apud BRAZ, 2007, p.53).

É nesse contexto que o trabalho profissional se materializa, utilizando-se das políticas sociais para o enfrentamento da questão social nos espaços sócio-ocupacionais.

O exercício profissional está ligado à lógica do mercado e também sofre mutações, exigindo alterações no perfil profissional, como um/uma Assistente Social qualificado/a, apto/a a fazer leitura crítica da realidade social, que seja compromissado/a com a efetivação dos direitos da população usuária nos espaços de sua atuação profissional.

O aumento do desemprego, do subemprego, da precarização do trabalho, as novas formas de contratação – por tempo determinado, por projeto, por hora, por tempo parcial, e outras – incidem na qualidade das demandas – engendradas por interesses diferentes e/ou divergentes – de segmentos da classe dominante, dos usuários, das instituições, da profissão – que, por meio de muitas mediações chegam ao profissional e lhes exige novas competências e qualidade na intervenção profissional (GUERRA, 2007, p.07).

A dinâmica da sociedade brasileira conduzida pelas transformações das ações do Estado vinculadas ao aprofundamento do projeto neoliberal perpassa à formação profissional que deve ser conciliada com essas peculiaridades, em que há alterações significativas no campo educacional, e, especificamente no ensino superior através da mercantilização.

Existe a proliferação de cursos de graduação de baixa qualidade, cursos seqüenciais, cursos técnicos, implementação do ensino de graduação e pós-graduação à distância, prejudicando o ensino presencial, sendo que todos esses cursos têm legitimação, tendo respaldo na Lei de Diretrizes e Bases da Educação-nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 (LDB).

No seu artigo 80 trata da questão do ensino à distância, onde: “[...] o poder público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino à distância, em todos os níveis e modalidades de ensino [...]” (LEGISLAÇÃO, 2006, p.

407). Além disso, há a possibilidade de utilização de recursos públicos para garantir o financiamento da educação privada.

A partir da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 estão inscritas e garantidas as diferentes formas de organização do ensino, como: educação básica, profissional, superior e especial.

A LDB foi elaborada num período histórico em que as perspectivas e propostas do projeto neoliberal começaram a se impor com forças. Esse contexto histórico interferiu nas políticas educacionais da década de 1990, sobretudo na forma de uma abertura ainda maior ao ensino privado.

Essa dimensão acarreta conseqüências na formação profissional do/a estudante, porque “[...] a subordinação da educação à acumulação de capital compromete a qualidade do ensino superior e sua função pública [...] desvaloriza e desqualifica a docência universitária [...]” (IAMAMOTO, 2008, p. 436-437).

Nesse sentido, a LDB vem para legitimar os ditames da lucratividade, sendo “[...] estabelecidas às bases para a disseminação de um projeto de universidade consoante às ‘leis de mercado’ [...]” (IAMAMOTO, 2008, p. 448).

O ensino superior no Brasil está vinculado às necessidades do mundo do trabalho, sendo que esse passa a ser regulado pelas modalidades que são legitimadas pela LDB: cursos de educação profissional, cursos seqüenciais, educação profissional tecnológica, o que “[...] pode favorecer a expansão do mercado universitário” (MACIEL, 2007, p.07), e crescimento significativo de instituições privadas de educação superior.

Isso ocasiona a precarização do ensino trazendo conseqüências na formação profissional do/a estudante, priorizando uma formação técnica em detrimento de uma dimensão crítica e reflexiva para o futuro exercício profissional.

Essas transformações no ensino superior são direcionadas por organismos internacionais como o Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), que realizam empréstimos aos países periféricos, entre eles os países da América Latina. (MACIEL, 2007).

É importante enfatizar esta realidade pelo fato de que as transformações que estão sendo desenvolvidas no ensino superior brasileiro são condizentes à intencionalidade desses organismos internacionais (que representam os interesses dos países de capitalismo avançado), que estão associadas ao desenvolvimento

econômico desses países periféricos, tal como o Brasil. As ações desses organismos internacionais dizem respeito:

[...] a garantia, através de financiamentos diretos e da reorientação de recursos públicos internos, da inserção do Brasil, como também dos demais países periféricos, na nova ordem mundial como países aptos aos novos padrões de consumo, sobretudo os de bens culturais, e produtores de mão-de-obra minimamente qualificada para atender aos deslocamentos contínuos das unidades produtivas em busca de custos menores para atender a nova forma de produção globalizada (ALMEIDA, 1999, p.157).

A expansão de abertura de cursos de ensino superior no âmbito privado cresce gradativamente, bem como a modalidade do ensino à distância, inclusive cursos de graduação e pós-graduação em Serviço Social.

As universidades estão direcionando a formação profissional principalmente à comercialização, logo, a educação acaba se transformando em mercadoria.

No período de 2003 a 2006 (1º governo Lula), conforme nos informa Pereira (2007), houve a abertura de 193 cursos de graduação em Serviço Social em instituições privadas e na modalidade de ensino à distância, sendo que em junho de 2008¹³ há cadastrado no INEP 287 cursos de Serviço Social, destes, 236 se encontram em Instituições de Ensino Superior privadas, provocando uma deterioração na formação profissional do/a Assistente Social, pois:

Uma formação aligeirada, atravessada pela lógica mercantil, com turmas abarrotadas de alunos, professores horistas em precárias condições do exercício docente e sem a possibilidade concreta de realizarem a valiosa dimensão da pesquisa, tais condições por si só esvaziam a possibilidade de formação de profissionais críticos, capazes de desvelar a realidade, sob a ótica e interesses da classe trabalhadora. (PEREIRA, 2007, p.21)

O que é evidente aqui são as transformações no mundo do trabalho e na cultura atingindo o campo educacional, o que tende a uma formação mais qualificada, voltada ao atendimento das necessidades de mercado, em que se presenciam avanços nos processos produtivos alicerçados no desenvolvimento científico e tecnológico.

¹³ Os dados sobre a educação no ensino superior e dos cursos de graduação em Serviço Social se encontram disponíveis em (BRASIL, 2008).

Essas transformações na esfera da produção e da cultura impõem dois desafios para a educação, vinculados exatamente às suas funções econômicas e ideológicas, estratégias no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo: a garantia de uma formação técnica flexível, adequada às exigências dos novos padrões de produção e consumo e as variações do mercado de compra e venda da força de trabalho, assim como a garantia de uma formação ideologicamente funcional ao paradigma da empregabilidade (ALMEIDA, 1999, p.156).

Os condicionamentos postos à formação profissional em Serviço Social têm respaldos do Ministério da Educação e Cultura(MEC), sendo que compete a ele credenciar, autorizar, reconhecer os cursos de graduação, porém o que se vê é o aumento gradativo dos cursos, sem o oferecimento da qualidade necessária à formação profissional.

Desde as últimas décadas, o MEC “[...] tem induzido uma profunda reforma do campo educacional sem o estabelecimento de qualquer diálogo com a sociedade civil organizada [...] e trabalhadores do campo educacional” (ALMEIDA, 1999, p.157).

Os aspectos que redimensionam a educação são o mercado e os avanços tecnológicos tidos como possibilidades de acesso à educação, assegurando a inserção social (KOIKE, 2009).

Para a expansão do acesso à Universidade houve a criação de decreto, medidas provisórias, leis, resoluções, uma vez que a partir do Plano Nacional de Educação de 2001 foi estabelecido que em 2011 o país deveria contar com 30% dos jovens advindos do ensino médio inseridos no ensino superior.

Dentre os decretos que abarcam a base mercantil da educação pode ser destacado o Decreto n.5622 de 19/12/2005 que institui a Educação à Distância (EAD) e o Decreto n.6096 de 24/04/2007 que estabelece o Programa de Reestruturação das Universidades Federais (REUNI).

O que chama atenção é que a formação profissional revestida por uma política de educação superior lograda na lógica privatista torna essa formação voltada à tecnificação, nos moldes do padrão de acumulação do capital.

Essa formação profissional passa a ser voltada somente para atender as demandas do mercado de trabalho e se, não ater a essa problemática pode-se retroceder aos primórdios da história do Serviço Social quando se visava à formação de profissionais que respondessem às necessidades sociais dos sujeitos para o melhoramento das condições de vida dessa população, bem como para o

desenvolvimento do país, atendendo dessa forma aos interesses de uma classe burguesa.

Faz-se necessária essa reflexão porque é diante desta realidade que está sendo desenvolvida a formação dos/as profissionais de Serviço Social, porém é importante ressaltar a resistência da categoria profissional a este cenário em que predomina a ideologia neoliberal, a reestruturação do capital e a mercantilização do ensino superior, gerando a necessidade do fortalecimento do projeto ético-político profissional, sendo preciso:

[...] ênfase numa formação acadêmica qualificada, alicerçada em concepções teórico-metodológicas críticas e sólidas capaz de viabilizar uma análise concreta da realidade social-formação que deve abrir o passo à preocupação com a (auto) firmação permanente e estimular uma constante postura investigativa (PAULO NETTO, 1999, p.105).

Na contramão busca-se formar profissionais dotados/as de competência, com perfil crítico, capacidade teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para o conhecimento e transformação da realidade social, perfil esse parametrado nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996:

Portadoras de uma direção intelectual e ideopolítica, componente imperativo do projeto profissional [...] estão pautadas em princípios que na quadra histórica indicam os fundamentos para uma formação profissional desenvolvida com flexibilidade; rigor teórico, histórico e metodológico no trato da realidade e do Serviço Social (KOIKE, 2009, p. 212).

Pensar o Serviço Social na contemporaneidade, diante da atual conjuntura e das exigências profissionais também remete mencionar os avanços, conquistas, debates e lutas inerentes à profissão que tanto envolve o exercício profissional quanto o processo de formação profissional.

No ano de 2004 no tocante aos rumos político-profissionais para o Serviço Social, foi aprovada a Política Nacional da Assistência Social (PNAS) através da Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004.

No ano seguinte tem-se a aprovação da Norma Operacional Básica do Sistema Único da Assistência Social (NOB/SUAS) (Resolução nº 130, de 15 de julho de 2005), trata-se “de uma forma de operacionalização da Lei Orgânica da

assistência Social (LOAS), que viabiliza o sistema descentralizado e participativo e a sua regulação em todo o território nacional” (NOB/SUAS, 2005, p.81), deliberando a implantação do SUAS.

Este sistema está sendo construído por meio de uma lógica de organização das ações: com a definição de níveis de complexidade, na área da proteção social básica, cabendo aos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) que são “[...] equipamentos estatais em territórios de vulnerabilidade e risco social” (LOPES, 2006, p. 88) e a área de proteção social especial, em dois níveis de complexidade: média e alta, sendo de responsabilidade dos Centros de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), que segundo Lopes (2006, p. 89) “[...] são equipamentos que articulam uma importante rede de organismos e entidades integradas” com o objetivo de prestar atendimento às pessoas que se encontra em situação de risco pessoal e social.

O SUAS tem referência no território, considerando regiões e portes de municípios, com a centralidade na família.

Os CRAS e os CREAS se apresentam como mercado de trabalho para os/as Assistentes Sociais, o que propõe o conhecimento da realidade social pelos/as profissionais no âmbito do SUAS, bem como coloca desafios à profissão e à formação profissional, considerando que é preciso possuir:

[...] a capacidade de conhecer a realidade social sem sucumbir aos recortes e fragmentos das problemáticas sociais, posto que a multiplicidade das refrações da ‘questão social’ invoca uma complexidade que não permite submetê-la aos modelos formal-abstratos de conhecimento e intervenção. Trata-se pois de partir da singularidade daqueles fenômenos para remetê-los à totalidade, apanhando no real as determinações concretas como meio heurístico mais qualificado para apreender particularidades históricas sobre as quais incidirá a política pública de Assistência Social (MOTA, 1998, p.173).

Nesse contexto, é preciso que os/as Assistentes Sociais desenvolvam habilidades, competências voltadas a “[...] formulação, o planejamento, monitoramento e avaliação da política de Assistência Social” (MOTA, 1998, p.174).

Com isso, exigem-se profissionais investigativos, propositivos, críticos, reflexivos, conhecedores da realidade social, capazes de desenvolver pesquisas, ter noção de informática, desenvolver nos espaços sócio-ocupacionais a

interdisciplinaridade para que garantam os direitos da população usuária dos serviços prestados nas instituições.

A formação profissional também requer conhecimentos específicos da Assistência Social e o desvelamento da realidade social, sendo necessário “[...] instrumentalizar os profissionais a empreenderem a grande tarefa de superar a aparência dos fenômenos identificando as múltiplas determinações do real” (MOTA, 1998, p. 176).

É através de toda essa dimensão que envolve o Serviço Social, que também coloca desafios à formação profissional tanto na necessidade de efetivação de um projeto ético político, quanto na construção de perfis profissionais intencionados à luta de garantias para o pleno exercício profissional, numa luta que envolve a coletividade, voltados aos interesses comuns.

[...] uma qualidade de formação que, sendo culta e atenta ao nosso tempo, seja capaz de antecipar problemáticas concernentes à prática profissional e de fomentar a formulação de propostas profissionais, que vislumbrem alternativas de políticas calcadas no protagonismo dos sujeitos sociais, porque atenta à vida presente e a seus desdobramentos. Um projeto de formação profissional que aposte nas lutas sociais, na capacidade dos agentes históricos de construir novos padrões de sociabilidade para a vida social. (IAMAMOTO, 1998, p.195).

As mudanças que vêm ocorrendo no mundo do trabalho na contemporaneidade, como já discorridas nessa dissertação, transcendem à articulação do projeto de formação profissional com tal realidade já apresentada (desafios e exigências ao trabalho profissional).

Necessita-se da reflexão constante da consolidação desse projeto, pois como afirma Iamamoto (1998, p. 195), este tem que “[...] atualizar-se nos vários momentos conjunturais” para que se tenha um direcionamento no cotidiano do trabalho profissional, bem como o fortalecimento do projeto ético-político da profissão.

1.3 Projeto Ético-Político e Formação Profissional: Articulação Necessária para a Materialização e Direção Social do Serviço Social Brasileiro

O Serviço Social tem na sua origem a marca profunda do capitalismo e do conteúdo de variáveis subjacentes, assim, ela nasce articulada com um projeto de hegemonia do poder burguês com forte influência da igreja católica e exerce extremo controle sob a classe trabalhadora.

É nesse processo pelo qual o Serviço Social incorpora e elabora análises sobre a realidade em que se insere e explica sua própria intervenção.

É com diversas inquietações na categoria profissional que essa realidade é mudada, com diversos questionamentos acerca dos fundamentos teórico-metodológicos, técnico-operativos e ético-políticos que desembocam no amplo movimento de Reconceituação, bem como, impõe aos/as Assistentes Sociais a necessidade da construção de um projeto comprometido com as classes subalternas, ou seja, o projeto ético-político.

É no bojo dessas transformações que o Serviço Social passa a se apropriar da matriz teórica: a teoria social de Marx, pois ela passa a dar subsídios para a leitura crítica da realidade social, a compreensão do homem enquanto ser social e histórico do real e as contradições da sociedade capitalista.

Com tais afirmações, é que se torna compreensível a importância de se conhecer a história, que aqui pode ser relacionada à história da profissão para que se possa apreender seu significado social, seu público alvo, seus objetivos, rumos e desafios no âmbito da sociedade capitalista vigente.

Segundo Lukács (1979) se apropriando das idéias de Marx, apresenta que a história é o motor da realidade, não há verdades que se constituam como tais em todos os lugares do mundo e em todas as épocas e nem aquelas que não sofram transformações.

É nessa linha de pensamento, que se compreende a necessidade da efetivação do projeto ético-político do Serviço Social, pois se constitui como um projeto de ruptura, de superação da ordem social burguesa e justamente por isso já nasce em conflito com a ordem social vigente.

Torna-se imprescindível mencionar que o projeto ético-político profissional é socialmente necessário para a recuperação de uma ética e princípios humanistas que estão se perdendo na sociedade contemporânea, bem como a apropriação da teoria marxiana para subsidiar o exercício profissional, a compreensão e acompanhamento do movimento e transformação contínua da sociedade.

Os fenômenos econômicos ou sociais, todas as chamadas leis da economia e da sociedade, são produtos da ação humana e, portanto, podem ser transformadas por essa ação, uma vez que não existem princípios eternos, nem verdades absolutas, todas as teorias, doutrinas e interpretações da realidade têm que ser vistas na sua limitação histórica.

É a partir de tal consideração, que a perspectiva crítica deve direcionar as ações dos/as profissionais, embora o conservadorismo ainda se faça presente no pensamento e ação profissional, assim, não se pode desprezá-lo ou mesmo negá-lo, porque o mesmo faz parte da historicidade da profissão, bem como de sua legitimação na sociedade brasileira, sendo:

[...] entendida como uma tendência constitutiva dessa profissionalidade, o conservadorismo permanece tencionando as finalidades profissionais no espaço ocupacional, embora não de modo absoluto (SANTOS, 2006, p. 47).

Vale ressaltar que mesmo no interior da categoria profissional há a presença do pragmatismo, do pensamento conservador, do “sincretismo para o exercício manipulador” como afirma Iamamoto (2008, p. 266).

Faz-se necessário a garantia do pluralismo presente no atual Código de Ética Profissional (1993), respeitando as correntes teóricas existentes, uma vez que não pode descartar o debate plural, sem o qual a ciência perderia esse caráter e poderia transformar-se em doutrina.

A pluralidade, enquanto debate de diferentes correntes teóricas sempre estiveram presentes na profissão e isso contribui sobremaneira para o aprimoramento intelectual dos/as profissionais e para o amadurecimento e aperfeiçoamento das produções científicas.

As concepções sobre o pluralismo estão presentes na discussão de Coutinho (1991), ele nos apresenta sobre duas abordagens acerca do pluralismo. A primeira diz respeito ao pluralismo enquanto fenômeno social e político e está relacionado à visão individualista do homem estabelecida através do pensamento liberal.

A segunda está relacionada ao pluralismo na construção do conhecimento o que engloba aqui as diferentes idéias sobre algo, sobre determinado assunto,

havendo o debate dessas idéias num confronto em que as verdades se consolidem, fazendo com que haja a aproximação da teoria com a realidade.

Nesse sentido, o pluralismo não pode ser confundido com ecletismo e o debate de idéias, realizada por posturas diferentes é necessária para que se aproxime de uma verdade mais ampla, mais abrangente segundo Coutinho (1991):

Pluralismo, no terreno da ciência natural ou social, não é assim sinônimo de ecletismo. É sinônimo de abertura para o diferente, de respeito pela posição alheia, considerando que essa posição, ao nos advertir para os nossos erros e limites, e ao fornecer sugestões, é necessária ao próprio desenvolvimento da nossa posição e, de modo geral, da ciência (COUTINHO, 1991, p. 14).

No Serviço Social estas questões também se colocam na atualidade apesar do marxismo se caracterizar como paradigma de análise e compreensão da realidade, bem como da manutenção da hegemonia do projeto profissional caracterizado pela ruptura com o conservadorismo que caracterizou a trajetória do Serviço Social no país.

Na historicidade da profissão o modo como se configurou o processo de conhecimento e intervenção sobre a realidade foram conduzidos por diferentes matrizes do conhecimento, haja vista as transformações sociais advindas do avanço do capitalismo na sociedade brasileira, assim, todo esse processo se faz na interlocução com o próprio movimento da sociedade.

Realiza-se aqui um breve retrocesso das primeiras matrizes do conhecimento que embasaram o trabalho profissional dos/as Assistentes Sociais durante a profissionalização e institucionalização do Serviço Social nos espaços sócio-ocupacionais.

O primeiro suporte teórico-metodológico que respaldou as ações dos/as Assistentes Sociais brasileiros/as foi a matriz positivista que trabalha com “[...] as relações aparentes dos fatos, evolui dentro do já contido e busca a regularidade, as abstrações e as relações invariáveis”. (YAZBEK, 2009, p.147).

Este método analisa as relações sociais através do aparente, na imediaticidade, tal como os fatos se apresentam e não tem perspectivas de mudanças, procura manter a ordem vigente, bem como procura ajustar os sujeitos a mesma.

Assim, o Serviço Social apresentava “[...] propostas de trabalho ajustadoras e um perfil manipulatório, voltado para o aperfeiçoamento dos instrumentos e técnicas para a intervenção”. (YAZBEK, 2009, p.148).

O questionamento no Serviço Social acerca dessa matriz teórica tem início a partir da década de 1960, período esse em que a sociedade latino-americana passa por mudanças referentes à expansão do capitalismo mundial estabelecendo um desenvolvimento permeado pela agudização das desigualdades sociais.

Nesse aspecto, a profissão apresenta indagações sobre essa realidade através de um amplo movimento, um debate sobre o questionamento em torno das especificidades do Serviço Social, bem como dos aportes teórico-metodológicos, técnico-operativos e políticos da prática profissional. Tratava-se da crítica ao Serviço Social Tradicional, relacionada aos processos de luta das classes populares por mudanças sociais.

Esse movimento denominado Movimento de Reconceituação surgiu no período de 1965 a 1975, buscando a revisão da profissão voltada para a América Latina, não se limitando mais às teorias importadas, pois até esse período os/as Assistentes Sociais eram formados pela literatura européia e norte-americana.

[...] o Movimento de Reconceituação do Serviço Social, a partir da perspectiva hegemônica, no contexto da América Latina, impõe aos assistentes sociais a necessidade de ruptura com o caráter conservador que deu origem à profissão, calcado no atrelamento às demandas e interesses institucionais, e se coloca como exigência à necessidade de construção de uma nova proposta de ação profissional, tendo em vista as demandas e interesses dos setores populares que constituem majoritariamente, a clientela do Serviço Social (SILVA, 2007, p.72).

O Movimento de Reconceituação no Brasil foi importante à medida que proporcionou aos/as Assistentes Sociais a percepção de suas práticas político-ideológicas, buscando a partir de então, a construção de um compromisso voltado aos interesses dos setores populares e o processo de perspectiva da transformação social. Através de toda essa dinâmica, se inicia a interlocução com a teoria marxista.

O debate acerca da sistematização teórico-prática do Serviço Social ganha relevância nos encontros realizados em Araxá/MG (1967), Teresópolis/RJ (1970), Sumaré/SP (1978), Alto da Boa Vista/ RJ (1984) e Rio de Janeiro (1989).

Porém, é na realização do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais em 1979 (conhecido como o ano da virada), que há a reorganização política dos/as assistentes sociais, quando a “[...] direção conservadora é questionada e os convidados especiais representados pelas autoridades do regime militar, são substituídos por dirigentes de organizações populares” (SILVA, 2007, p.40).

Vale lembrar que é no Movimento de Reconceituação que surgem algumas vertentes de análise da realidade, como mostra Paulo Netto (2007) sendo a vertente modernizadora que englobava as abordagens funcionalistas, estruturalistas e sistêmicas voltadas a uma modernização conservadora e a melhoria do sistema vigente para o seu desenvolvimento, bem como a promoção da integração social através do enfrentamento da pobreza e da marginalidade.

Outra vertente é embasada na fenomenologia e o Serviço Social preconizava as vivências das pessoas, sua transformação social (PAULO NETTO, 2007).

Nesse movimento também surge como já mencionado, a vertente marxista que segundo alguns autores como Yazbek (2009), Iamamoto e Raul de Carvalho (1990), Silva (2007) é uma aproximação ao marxismo sem recorrer ao pensamento propriamente dito de Marx. Dessa maneira, essas tendências:

[...] que configuram para a profissão linhas diferenciadas de fundamentação teórico-metodológica tenderão a acompanhar a trajetória do pensamento e da ação profissional nos anos subseqüentes ao movimento de Reconceituação e se conservarão presentes até os anos recentes, apesar de seus movimentos, redefinições e da emergência de novos referenciais nesta transição de milênio (YAZBEK, 2009, p.150).

Quando se fala num projeto profissional crítico, remete-se ao projeto ético-político do Serviço Social que fora amplamente discutido e construído coletivamente ao longo das últimas décadas, constituindo-se a base social da reorientação profissional do Serviço Social, bem como a ruptura com o pensamento conservador.

Esse projeto é “[...] a configuração de um novo ethos profissional que amadurece teórica, acadêmica, política e eticamente, de forma coletiva [...]” (ABRAMIDES, 2006, p. 29).

Vale dizer que o projeto ético-político surge como um desdobramento de todo o processo de mudanças acrescidas na profissão, tal como o movimento de

Reconceituação, reformulação das suas entidades (CRESS, CFESS, ABEPSS.), da revisão do Código de Ética Profissional em 1986 e 1993 e com as novas Diretrizes Curriculares em 1996.

Tende-se restringir o projeto ético-político geralmente ao entendimento acerca da ética e da moral ao código de ética. A ética como apreensão teórica da moral, diz respeito aos seus fundamentos e a busca do significado histórico dado aos valores: às raízes dos problemas, a busca da essência, ou seja, é um modo peculiar de olhar determinada dimensão da realidade.

Um código de ética representa uma exigência legal de regulamentação formal da profissão, e como tal, é um instrumento específico de explicitação de deveres e direitos profissionais, ou seja, refere-se a uma necessidade formal de legislar sobre o comportamento dos/as profissionais.

O fato da questão da ética somente ser colocada nos debates em relação ao código, mostra também que a categoria tem uma visão legalista de moral, isto é, restrita à norma.

Assim, quando se fala em projeto, este se encontra no âmbito da práxis que envolve tanto o ato de projetar idealmente determinadas finalidades como o produto final da ação prática.

A intencionalidade por si só não garante a realização prática de um projeto, além disso, o produto final da práxis pode tomar uma direção muitas vezes oposta a desejada na projeção ideal.

Isto porque o produto da prática recebe determinações que não se esgotam na intencionalidade dos sujeitos, determinações que compõem o conjunto de circunstâncias históricas onde os projetos tornam-se realidade. A teoria marxiana esclarece que:

Os membros da sociedade, homens e mulheres, sempre agem teleologicamente, isto é: as ações humanas sempre são orientadas por objetivos, metas e fins [...] A ação humana, seja individual, seja coletiva, tendo em sua base necessidades e interesses, implica sempre um projeto, que é, em poucas palavras, uma antecipação ideal da finalidade que se quer alcançar, com a invocação dos valores que legitimam a escolha dos meios para atingi-las (PAULO NETTO, 1999, p.93).

Não se pode falar de projeto sem que se indague sobre valores, finalidades, escolha, compromisso, responsabilidade diante das opções realizadas, questões

vinculadas à consciência e liberdade, é necessário trazer a discussão do projeto profissional para o campo da complexa relação entre intencionalidade e possibilidades práticas concretas.

A ação do sujeito profissional, hoje, requer uma ruptura com as práticas tradicionais e burocráticas para dar conta da realidade, ir além das rotinas institucionais e buscar apreender o movimento cotidiano para possibilitar a ação crítica sem perder de vista que a vontade política deve ser confrontada com os limites e possibilidades da realidade social (ESPÍNOLA et al., 2006, p.65).

Nessa perspectiva, Paulo Netto (1999, p. 95), apresenta que os projetos profissionais dizem respeito:

[...] a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas, públicas (entre estas, também e destacadamente com o Estado, ao qual coube, historicamente, o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais).

É relevante ressaltar que o projeto ético-político do Serviço Social está colocado na ótica daqueles/as que estão vivendo a história como vítimas do processo de criminalização da questão social e desigualdade social.

Cabe lembrar que o crescimento das desigualdades sociais afeta segmentos majoritários da sociedade brasileira e o compromisso do/a Assistente Social é com esses segmentos.

As conseqüências trazidas pelo capitalismo refletem diretamente nas condições de vida da população brasileira, demandando do/a profissional de Serviço Social a leitura crítica da realidade que está inserido, pressupondo uma ação competente e ao mesmo tempo exigem profissionais qualificados, propositivos, éticos.

As ações dos/as profissionais devem estar voltadas ao atendimento da população usuária dos serviços sociais, fundamentadas no projeto ético-político, bem como compromissada com essa população:

[...] nossa atuação profissional deve estar atenta à impunidade e ao encobrimento da corrupção, ao descaso com a injustiça social, com o desrespeito pelos direitos humanos, com a marginalização de crianças, adolescentes e idosos, com a precariedade dos serviços públicos (SILVEIRA, 1999, p.98).

O projeto ético-político, sem dúvida traz desafios ao trabalho profissional. É preciso avançar no processo de luta pelos direitos e democratização da política, da cultura, da economia, que exige participação de toda a sociedade, mas, é o/a Assistente Social que participa da particularidade do seu exercício profissional.

O enraizamento desse projeto defendido pelos/as Assistentes Sociais, mas não por todos/as, como já elucidado, não depende apenas do/a profissional, mas da evolução da política brasileira, porque o/a Assistente Social luta na contramão do projeto neoliberal que aprofunda as desigualdades sociais e banaliza a vida humana, logo:

[...] a reafirmação das bases teóricas do projeto ético-político, teórico-metodológico e operativo, centrada na tradição marxista, não pode implicar na ausência de diálogo com outras matrizes de pensamento social, nem significa que as respostas profissionais aos desafios desse novo cenário de transformações possam ou devam ser homogênea. Embora possam e devam ser criativas e competentes (YAZBEK, 2009, p. 161).

As discussões apresentadas até aqui perpassam o trabalho profissional que anteriormente devem ser consolidadas no processo de formação profissional, uma vez que os princípios, valores do projeto ético-político profissional devem se fazer presentes também no direcionamento da formação dos/as Assistentes Sociais.

Considera-se que as Diretrizes Curriculares de 1996 constituem uma das mais expressivas materialização do projeto ético-político, assim, é preciso pensar que o contexto adverso do capitalismo rebate sobre a formação profissional, principalmente no que diz respeito ao ensino superior, a universidade brasileira, as condições de trabalho docente, como discorrido anteriormente.

O cenário apresentado sobre o ensino superior, especificamente que envolve os cursos de Serviço Social descaracteriza o perfil profissional preconizado nas Diretrizes Curriculares de 1996.

Eis, os princípios e pressupostos do projeto de formação profissional indicativos para os cursos de Serviço Social, segundo a Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (1996):

- exercício do pluralismo e da interdisciplinaridade, como condições essenciais da vida acadêmica e profissional;
- qualificação de uma formação generalista e abrangente assegurada pelo rigor teórico, metodológico e técnico na apreensão dos conhecimentos e pelos padrões de competência técnica profissional, através da articulação dos conhecimentos básicos e dos conhecimentos específicos de cada área;
- ensino que assegure elevados padrões de competência profissional pelo domínio do instrumental técnico, operativo e das habilidades de cada área de formação, capacitando para a atuação nas diversas realidades e âmbitos de pesquisa e exercício profissional;
- compromisso ético-social como princípio formativo perpassando o conjunto da formação curricular;
- articulação entre ensino, pesquisa e extensão não apenas como princípio, mas efetiva realidade na condução dos projetos acadêmicos;
- articulação das dimensões investigativas e interventivas próprias das áreas de formação profissional, como expressão da relação teoria, realidade, através da constituição de um espaço de pensar crítico, da dúvida, da autonomia, da investigação e da busca de soluções;
- indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e profissional;
- padrões de desempenho e qualidade idênticos para os cursos diurnos e noturnos (formação universitária com um período mínimo de 4 anos);
- ensino organizado na observância dos Códigos de Ética e na observância das competências e atribuições previstas na Legislação Profissional de cada área específica de formação;
- dinamismo na organização dos currículos plenos de cada curso, possibilitando a definição e organização de vários componentes curriculares - disciplinas, oficinas, estágios supervisionados, núcleos

temáticos, atividades complementares, como forma de garantir o acompanhamento das transformações sociais, culturais, científicas e tecnológicas.

A recorrência dos princípios nas Diretrizes Curriculares se fez necessária para demonstrar e refletir que a formação profissional propiciada nos moldes da mercadorização da educação também existente nos cursos de Serviço Social nem sempre estão acordadas com os mesmos.

Dessa maneira, questiona-se: será que o/a estudante adquirirá habilidade necessária para o atendimento aos/as usuários/as do Serviço Social? Adquirirá habilidades para investigar a realidade social e propor projetos de intervenção? Terá competência e habilidades para articular a dimensão investigativa e interventiva para o enfrentamento das expressões da questão social?

Por isso, quando se trata de formação profissional, está se falando do tipo, da qualidade e da direção que o ensino tem ou deveria ter, para que a formação profissional se constitua em um processo de contínua construção através do exercício do trabalho profissional, o qual adquire consistência na medida em que o/a Assistente Social reconhece e se aceita como membro efetivo da categoria e, ao mesmo tempo, apropria-se do significado sócio-histórico da profissão.

Formação profissional é um processo contínuo e inacabado de auto-qualificação, de educação permanente, de construção e reconstrução de saberes mediatizados pela prática social e profissional de sujeitos. Neste sentido, formação profissional está no âmbito da educação. Educação é um processo mais amplo,

[...] é uma prática humana direcionada por uma determinada concepção teórica. A educação é um típico 'que fazer' humano, ou seja, um tipo de atividade que se caracteriza fundamentalmente por uma preocupação, por uma finalidade a ser atingida (LUCKESI, 1993, p 21).

O processo educacional envolve, não apenas a transmissão de conhecimentos e informações para o/a outro/a, mas valores, conceitos, significados e finalidades que norteiam a vida em sociedade.

Ao processo educacional deve estar articulado uma prática pedagógica, uma prática de ensino que propicie, ou melhor, desencadeie a formação profissional de sujeitos Assistentes Sociais.

Como os/as Assistentes Sociais também ocupam os quadros universitários, tanto no ensino superior privado ou público enquanto docentes é preciso que tenham um posicionamento ético e crítico, pois num quadro tão adverso como a mercantilização da educação não se pode obscurecer a realidade, muito menos ignorar os princípios e os compromissos ético-políticos que conformam a formação e o exercício profissional na atualidade.

Articular a formação profissional e exercício profissional referenciados pelo projeto ético político profissional são primordiais para o direcionamento da profissão, bem como são importantes para a materialização do processo de construção da identidade do Serviço Social com a transformação da sociedade.

Esse contexto permeia todo âmbito da formação profissional e logicamente a atividade de estágio supervisionado em Serviço Social, como se tem a ciência da expansão do ensino privado, tem-se nestas instituições um perfil de estudantes majoritariamente trabalhadores/as que obrigatoriamente precisam conciliar o estágio com o trabalho.

Essa consiste numa das problemáticas, desafios ao Serviço Social. Nessa dimensão, faz-se necessário pensar sobre o estágio supervisionado na formação profissional, que se trata de uma atividade que propicia o desenvolvimento do conhecimento, das habilidades, competências, valores que são imprescindíveis à formação profissional.

O estágio supervisionado em Serviço Social, tal como seu significado, sua problematização como parte integrante do processo de formação profissional do/a Assistente Social será apresentada no capítulo a seguir.

CAPÍTULO 2 O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO PROCESSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO/A ASSISTENTE SOCIAL

Aprender para nós é construir, reconstruir, constatar para mudar, o que não se faz sem abertura ao risco e à aventura do espírito. (Paulo FREIRE, 1997).

2.1 O Estágio Supervisionado em Serviço Social

Antes de discorrer sobre a atividade de estágio supervisionado em Serviço Social é necessário salientar que essa atividade é inerente às profissões, bem como pode ser realizada em todas as modalidades de ensino: tanto no ensino público como no particular, no ensino médio, na educação profissional, na educação superior e na educação especial.

Como o estágio faz parte das profissões, encontra-se no artigo 1º da Lei Federal 11788 de 25 de setembro de 2008¹⁴ que normatizam os estágios supervisionados a definição dessa atividade como o “[...] ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos”.

Os estágios podem se configurar como obrigatório e não obrigatório¹⁵. Na modalidade obrigatória o/a estudante tem que cumprir a carga horária específica prevista no Projeto Pedagógico do Curso da Unidade de Formação Acadêmica (UFA) para aprovação e obtenção do diploma.

O estágio não-obrigatório é de caráter opcional e pode ser integralizado como uma das atividades complementares, bem como exige acompanhamento, supervisão direta tal como o estágio obrigatório.

Essa modalidade também deve constar no Projeto Pedagógico do Curso e no caso específico do curso de Serviço Social as duas modalidades também devem constar na Política de Estágio do curso.

¹⁴ Essa lei altera a redação do artigo 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5452 de 1º de maio de 1943 e a Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nº. 6494 de 07 de dezembro de 1977 e 8859 de 23 de março de 1994, o parágrafo único do artigo 82 da Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996 e o artigo 6º da Medida Provisória nº 2164-41 de 24 de agosto de 2001.

¹⁵ Estas definições também se encontram na Lei 11778 de 25 de setembro de 2008, respectivamente nos parágrafos 1º e 2º do 2º artigo presente no capítulo I – Da definição, classificação e relações de estágio, bem como, o estágio obrigatório pode ser remunerado ou não, enquanto na modalidade não-obrigatória implica a garantia de auxílio transporte e de remuneração ou outra forma de contraprestação.

Sobre a existência desses dois tipos de estágio serão problematizados mais adiante, porém, no âmbito do Serviço Social será enfatizado o estágio-obrigatório, como elucidado na introdução dessa dissertação.

A atividade de estágio supervisionado em Serviço Social pressupõe o olhar crítico, investigativo e reflexivo do cotidiano profissional, capaz de propiciar o enfrentamento das situações que são colocadas à profissão e não somente no âmbito do aprendizado das competências e habilidades profissionais, isto é, na execução das atividades profissionais que restringe a formação ao treinamento e adestramento desse/a estudante às dinâmicas institucionais.

O que contradiz o objetivo do estágio supervisionado preconizado pelas Diretrizes Curriculares de 1996 que é capacitá-lo/a para o exercício do trabalho profissional e essa capacitação envolve a dimensão investigativa, reflexiva e interventiva da profissão.

Essa idéia também é compartilhada por um dos/as supervisores/as acadêmicos/as, sujeito da pesquisa quando relata sobre o significado do estágio supervisionado na formação profissional do/a estudante:

Quando a gente discute estágio no bojo das Diretrizes Curriculares aos núcleos de fundamentos da nossa formação profissional que são os três núcleos e a discussão do estágio está no núcleo do trabalho profissional cotidiano do assistente social, é pensar o processo, o objeto da nossa profissão [...] que é um espaço, é uma atividade para está conhecendo, poder investigar, interpretar a realidade cotidiana do trabalho do assistente social (Gabriela).

Gabriela atribui o significado da atividade de estágio supervisionado ao conhecimento do trabalho profissional, é um momento em que o/a estudante pode experimentá-lo através da dimensão investigativa da profissão, desvelando o objeto de intervenção profissional, que são as manifestações da questão social e interpretando a realidade na qual concretiza o trabalho profissional.

Percebe-se através de sua fala que formação profissional e exercício profissional são intrínsecos, por isso, a atividade de estágio supervisionado propicia a capacitação do/a estudante para o exercício profissional.

Ao elaborar a reflexão sobre estágio supervisionado, esta deve ser feita no contexto da formação profissional alicerçada no projeto ético-político da profissão, o que leva a concebê-lo como atividade integrante do processo de

formação, destacando o seu significado e as questões que emergem de suas particularidades.

A formação profissional deve ser compreendida como educação permanente, ou seja, não é adquirida somente durante a realização do curso, mas também após o seu término, é um processo contínuo que possibilita o aprimoramento de seus conhecimentos.

Esse processo deve ser contextualizado de acordo com a realidade social, deve acompanhar todo o movimento histórico da sociedade, à medida que concordamos com (OLIVEIRA, 2003, p. 60) quando diz que: “[...] a formação profissional não se completa na conclusão do curso, pelo contrário, o curso é seu desencadeador”.

A formação profissional em Serviço Social busca contemplar uma base teórico-metodológica pautada na perspectiva crítica capaz de propiciar a reflexão dialética do modo de pensar e agir profissional, isto é, análise das relações sociais na sua totalidade, logo, ela “[...] é entendida como processo dialético, portanto aberto, dinâmico e permanente, incorporando concepções decorrentes da inserção da profissão [...]” (SILVA, 2007, p. 73).

O estágio supervisionado é uma atividade curricular obrigatória, que a partir das Diretrizes Curriculares de 1996 do curso de Serviço Social propõem “[...] a capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa”, devendo ser dinamizada de acordo com a realidade social, a partir do contexto político-econômico-cultural das relações sociais.

O estágio, como espaço de aprendizagem profissional, significa o momento de apreensão da realidade profissional em seus aspectos difusos, tensos, contraditórios, os quais possam favorecer a relação na dimensão da prática profissional e na prática social dos sujeitos (OLIVEIRA, 2003, p. 50).

Essa atividade curricular se caracteriza pela inserção dos/as estudantes de Serviço Social nos espaços sócio-organizacionais objetivando além da capacitação para o exercício profissional a produção de conhecimentos pelas situações cotidianas que se apresentam junto à população usuária dos serviços dessas instituições.

É nesse momento, através da inserção dos/as estudantes nos espaços sócio-ocupacionais que a atividade de estágio propicia o contato direto com a

população e a identificação das manifestações da questão social que permeiam as relações desses sujeitos, conhecendo a atuação cotidiana do Assistente Social e suas estratégias de intervenção, apreendendo os conhecimentos teórico-metodológicos, ético-políticos, técnico-operacionais que orientam o exercício profissional, permitindo-os experimentar o trabalho profissional.

O estágio é o momento da vida acadêmica do aluno em que se põe face a face com a prática profissional do Serviço Social. É ele que permite ao aluno aproximações sucessivas com a realidade institucional, com a realidade da demanda e com os desafios que se colocam ao trabalho do Assistente Social na sua relação com a sociedade. É ele também que confere ao ensino do Serviço Social uma dimensão teórico-prática (ALBIERO, 2000, p.44).

Através do contato com os sujeitos atendidos pelo Serviço Social que os/as estudantes, do ponto de vista ético-político, emanam o compromisso com os mesmos na perspectiva de efetivar os direitos consolidando uma ação competente através de “[...] um conjunto de saberes e conhecimentos na realização dos direitos coletivos de uma sociedade” (LEWGOY, 2009, p.49).

É um momento que também se vinculam aos ditames do Código de Ética de 1993 e Lei de Regulamentação da Profissão de 1993 propiciando a qualidade dos atendimentos à população, o que instiga que essa atividade deve ser sistematizada pela Unidade de Formação Acadêmica (UFA) e respectivo campo de estágio.

Dada a natureza interventiva e investigativa da profissão, o estágio propicia ao/a estudante desenvolver habilidades, responsabilidades, compromisso, permitindo a construção da identidade profissional, pois se identifica com suas especificidades e a totalidade que a envolve no âmbito da dinâmica das relações sociais.

Segundo Oliveira (2003) exige uma ação reflexiva, crítica, alicerçada nos conhecimentos teórico-metodológicos do Serviço Social conectada ao projeto ético-político que é intrínseco à formação profissional.

Nesse contexto, que envolve o aluno em suas pré-concepções sobre a profissão e as relações de ensino-aprendizagem ocorridas no ambiente interno da faculdade e nos campos de estágio, é que se constrói a identidade profissional. Identidade que incorpora e expressa a relação da profissão com os valores vigentes em cada momento histórico a partir das características da realidade social brasileira [...] (BARBOSA, 2004, p.07).

Entretanto, não se deve remeter somente à atividade de estágio como locus da construção da identidade profissional, porque através da apropriação dos conteúdos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operacionais absorvidos em sala de aula e demais espaços da dimensão da formação profissional, o/a estudante pode também se identificar com a profissão.

O estágio pode ser o espaço onde o/a estudante conhece os diferentes instrumentos e técnicas de intervenção do trabalho cotidiano profissional que “[...] comporta um conteúdo que é guiado por uma intencionalidade, com vistas a um resultado” (FÁVERO, 2007, p. 23), essa ação profissional deve ser realizada na perspectiva da práxis, onde:

O estágio devidamente supervisionado, como componente curricular favorecendo a unidade teoria-prática, mais do que aprendizagem, compreende uma vivência, não podendo ser reduzido a um treinamento para aprender o ‘como fazer’ sem que o entendimento acompanhe o porquê e o para quê da ação. Daí entendermos que, no estágio, o aluno vivencia a práxis profissional e ao vivenciá-la aprende a utilizar o instrumental e a interagir numa rede institucional e pessoal, em situações concretas e desafiadoras (BARBOSA, 2004, p. 3).

A instrumentalidade no Serviço Social é inerente ao conjunto de instrumentos, técnicas e métodos pelo qual o/a assistente social tem conhecimento para trabalhar na perspectiva da práxis profissional, mas também “[...] a uma determinada capacidade ou propriedade constitutiva da profissão, construída e reconstruída no processo sócio-histórico” (GUERRA, 2000, p. 53).

A instrumentalidade é um campo de mediações com capacidade de articular as dimensões técnico-instrumental, teórico intelectual, ético-política e formativa (GUERRA, 2000) que resultam em ações profissionais, em estratégias, em instrumentos técnico-operativos que norteiam o trabalho profissional cotidiano.

A instrumentalidade “[...] permite que os sujeitos, em face de sua intencionalidade, invistam na criação e articulação dos meios e instrumentos necessários à consecução das suas finalidades profissionais” (GUERRA, 2000, p.60).

Ela perpassa a especificidade da atuação profissional, o que pressupõe o reconhecimento de suas formas de operacionalizar suas ações, a partir da realidade cotidiana que as mesmas se concretizam, considerando o movimento que se

estabelece a cada dia, às mudanças estabelecidas no âmbito institucional e na sociedade, enfim, à totalidade social.

[...] a instrumentalidade é uma propriedade e/ou capacidade que a profissão vai adquirindo na medida em que concretiza objetivos. Ela possibilita que os profissionais objetivem sua intencionalidade em repostas profissionais. É por meio da instrumentalidade que os assistentes sociais modificam, transformam, alteram as condições objetivas e subjetivas e as relações interpessoais e sociais existentes num determinado nível da realidade social: no nível do cotidiano (GUERRA, 2000, p. 53).

Compreende-se que o instrumental caracterizado como conjunto articulado de instrumentos e técnicas no tocante ao desenvolvimento do trabalho profissional é indispensável porque lhe dá possibilidades de construir as mediações inerentes ao contexto vivenciado, “[...] envolvendo a totalidade dos fenômenos que este pressupõe” (SANT’ANA, 1995, p. 133).

O instrumental deve ser construído a partir da realidade vivenciada, conforme necessidade apresentada no cotidiano profissional e de acordo com a habilidade técnica¹⁶, criatividade do/a Assistente Social, devendo ser dinamizado e articulado de forma dialética.

Os instrumentos contribuem para o processo do conhecer, refletir, avaliar, intervir na realidade vivenciada dos/as usuários do Serviço Social, sendo os instrumentos de trabalho do/a Assistente Social: plantão social, visita domiciliar, visita institucional, entrevista, estudo social, atendimento grupal e/ou individual, pesquisa social, relatório social, etc.

Entende-se que o instrumental deve ser construído a partir da demanda apresentada no cotidiano profissional, atendo-se de conhecimentos teórico-metodológicos, ético-políticos, técnico-operacionais na perspectiva de viabilizar a garantia dos direitos da população usuária dos serviços sociais.

Não existe modelo, não existe instrumental específico para esta ou aquela realidade, tendo em vista que a construção das mediações tem que ser realizada a partir de cada realidade e das relações que a compõem como totalidade complexa [...] como auxilia a prática

¹⁶ Consideramos que a habilidade técnica é “[...] um elemento que desenvolvemos na medida em que repensamos constantemente o nosso modo de atuar, abrindo assim a possibilidade de criarmos e recriarmos novas habilidades de acordo com a nossa necessidade profissional” (BENATTI; MUSTAFA, 2000, p. 4).

específica do assistente social nos diversos locais de atuação [...] (SANT'ANA, 1995, p. 129-130).

É via os instrumentos que se processa a operacionalização do trabalho profissional, devendo ser realizadas reflexões constantes de como, por que e para que fazer, se apropriando do raciocínio dialético, acompanhando o movimento, a complexidade, as contradições que compõem a totalidade social.

O exercício da profissão exige na contemporaneidade, profissionais competentes no sentido de propor e operacionalizar programas, projetos de intervenção, o que vai além das rotinas institucionais, através da utilização dos instrumentos para buscar apreender, no movimento da realidade, as tendências e a criação de possibilidades de transformação.

Vale ressaltar que as reflexões apresentadas sobre a instrumentalidade e instrumentos e técnicas próprios do exercício profissional não podem limitar a responder as requisições técnico-instrumentais da profissão que apenas vêm para reforçar o projeto de sociedade burguesa, bem como deve ultrapassar a formação de profissionais cuja concepção de:

[...] competência é o saber-fazer, que nem sempre se questiona sobre as implicações deste fazer, dos resultados das ações. É um fazer que não se pergunta pelos seus fins. Menos ainda pelas conseqüências prático-políticas das ações [...] (GUERRA, 2000, p.156).

A competência profissional¹⁷ está relacionada às perspectivas de transformação social, de superação do contexto desfigurado¹⁸ que envolve a formação profissional e conseqüentemente o desenvolvimento da atividade de estágio supervisionado.

Dessa maneira, a competência profissional do/a profissional supervisor/a de campo e do/a professor/a supervisor/a acadêmico/a (profissionais imprescindíveis e

¹⁷ Compreende-se que a competência profissional “[...] constitui-se pelo domínio dos conteúdos de sua área específica de conhecimento, pela sua operacionalização e pela sua dimensão política, quando atenta à finalidade da ação e ao compromisso profissional” (LEWGOY, 2009, p. 49).

¹⁸ Este contexto refere-se à mercantilização da educação superior e que afeta diretamente os cursos de Serviço Social objetivando apenas o perfil profissional utilitarista o que descaracteriza o perfil profissional preconizado pelas Diretrizes Curriculares de 1996, além disso, tem-se as conseqüências do sistema vigente, o acirramento do neoliberalismo e seus rebatimentos no trabalho profissional dos/as assistentes sociais que passam a ser vivenciados pelos/as estudantes ao inserirem nos espaços sócio-ocupacionais para a realização do estágio supervisionado. Este contexto foi explicitado no Capítulo I dessa dissertação.

que fazem parte do processo de supervisão de estágio¹⁹) precisa estar direcionada a formação acompanhada das indagações: o por que fazer, para quem e como fazer.

É o que foi presenciado na fala de um/a dos/as supervisores/as de campo, sujeito da pesquisa quando questionado sobre as competências e habilidades adquiridas pelo/a estudante para o exercício profissional:

[...] pro aluno do 6° semestre eu procuro colocá-los pra fazer coisas mais burocráticas e internas, eu os coloco mais próximos disso, então eu sempre to com eles, até procuro colocar eles na minha sala porque ao vou fazendo determinadas coisas e chamo eles pra colaborar comigo, mas coloco pra eles todo o contexto daquilo dentro da instituição né, então por que disso? O porquê daquilo? [...] Agora o outro, o 8° semestre, eu já coloco, eu vejo até por conta do embasamento né que eles tem, eles vão até fazer coisas práticas, tem uma estagiária por exemplo, que comigo presente na sala ela fez uma reunião de acolhida... e eu achei assim, muito interessante pela garra da estagiária, que ela teve assim, a idéia de fazer um panfletinho pra entregar, assim, achei muito criativo, satisfatório (Cláudio).

Pode ser observado na fala de Cláudio que há uma preocupação em dividir as atividades entre os/as estudantes de diferentes semestres, considerando que nem todos/as têm apreendido conteúdos necessários ao desenvolvimento das mesmas.

Porém, a realidade não se processa de forma fragmentada o que se torna um desafio para esse/a supervisor/a que precisa apresentar o todo do trabalho profissional. Daí a necessidade do reconhecimento da dimensão pedagógica da supervisão de campo, não basta a divisão de tarefas entre esses/as estudantes.

É um processo educativo que se faz a partir do real, pois é nele que se encontram as possibilidades de ações competentes, uma vez que se

[...] existem no real como possibilidade, podem vir a se tornar no futuro, na prática concreta dos profissionais. Assim vamos tornando competentes, realizando o ideal que atende as exigências históricas, sempre do contexto em que atuamos (RIOS, 2008, p. 79).

¹⁹ A supervisão de estágio em Serviço Social envolve duas dimensões de acompanhamento e orientação: uma supervisão acadêmica realizada necessariamente por um/uma docente que compõe o quadro de funcionários da Unidade de Formação Acadêmica e a supervisão de campo realizada por um/uma assistente social devidamente inscrito no CRESS que orienta e acompanha diretamente o processo de aprendizagem do/a estudante no contexto do campo de estágio.

A visão crítica da realidade social nesse contexto está imbricada no desenvolvimento e/ou aquisição dessa competência profissional que está alicerçada em projetos de transformação social cujos princípios estão vinculados à liberdade, equidade, democracia, bem como os/as Assistentes Sociais desenvolvem suas atividades em condições e relações de trabalho concretas e dinâmicas, tendo como respaldo a legislação profissional e os fundamentos construídos na formação e no aprimoramento permanente.

O reconhecimento da imprescindível reafirmação de valores, princípios e prerrogativas legais que circunscrevem a atuação dos/as Assistentes Sociais deve considerar a relação entre as determinações mais gerais, particularizadas no cotidiano de trabalho, e as possibilidades concretas de interferência nos processos sociais, pela conformação de um campo de mediações.

Essas serão mais consistentes na realização dos princípios da profissão, a depender da dimensão político pedagógica, tendo como finalidade o aprofundamento e a consolidação do projeto ético-político profissional.

Não se pode deixar de mencionar sobre as competências do/a Assistente Social contidas na Lei que regulamenta a profissão, a Lei 8662 de 07 de junho de 1993, uma vez que os aspectos legais da profissão embasam o trabalho profissional e é de responsabilidade do/a Assistente Social saber, conhecer essas competências²⁰.

Essas prerrogativas fazem parte do acervo de conhecimentos necessários aos/as estudantes de Serviço Social quando iniciam os estágios e como futuros profissionais, o que às vezes podem confundi-los com as atribuições privativas presentes no artigo 5º da mesma lei.

Compreende-se que o legislador, ao regulamentar a matéria, fez uma clara diferenciação entre as atividades profissionais que são exclusivas do/a Assistente Social, especificadas no artigo 5º, ao designá-las, expressamente, como atribuições privativas.

Por outro lado, com aquelas que designaram como competências, reconhecendo, conseqüentemente, como atividades do/a Assistente Social, porém

²⁰ Para o conhecimento das competências profissionais e atribuições privativas do assistente social contidas respectivamente no artigo 4º e 5º da Lei 8662 de 07 de junho de 1993, consultar: (CRESS-SP 9ª Região, 2006).

de execução não exclusiva deste, eis que podem, também ser exercidas, por profissionais de outras áreas do conhecimento.

É importante reiterar que a dimensão técnico-operativa não pode ultrapassar as demais dimensões para que não se tenha uma formação ou exercício apenas instrumental do trabalho profissional.

Entretanto, pode ser identificado na fala de um/a dos/as supervisores/as de campo, que a dimensão técnico-operativa se faz dissociada das demais dimensões em relação às competências e habilidades adquiridas pelo/a estudante durante a atividade de estágio:

O estagiário participa na Visita Domiciliar com meu acompanhamento, orientação à população atendida, nas reuniões também no CMDCA, das entrevistas junto aos adolescentes, levantamento socioeconômico, reuniões com as famílias e outras atividades desenvolvidas na entidade (Célia).

É preciso que a aquisição de competências profissionais acompanhe o porquê, como e para que da ação como mencionado linhas acima, num constante processo reflexivo o que também propiciará a construção de um perfil profissional dotado de competências e habilidades preconizadas pelas Diretrizes Curriculares de 1996.

Nesta configuração da formação profissional preconizada pelas Diretrizes Curriculares, a atividade estágio, insere-se no núcleo de fundamentos do trabalho profissional, no qual o trabalho é tratado como categoria dialética, como práxis, e, essa concepção deve perpassar toda a formação profissional estendendo-se à atividade de estágio.

O núcleo de fundamentos do trabalho profissional, articulado aos demais núcleos, envolve a compreensão do Serviço Social como uma especialização do trabalho, e, as dimensões histórica, teórica, metodológica, e técnica da profissão são necessárias para apreender a formação cultural do trabalho profissional e, em particular, as formas de pensar dos/as Assistentes Sociais, que implicam nos modos de agir.

Caputi (2005) aponta que ao analisar o estágio supervisionado no âmbito do núcleo de fundamentos do trabalho profissional, ele está envolvido na perspectiva da totalidade da formação profissional, e, que a principal alteração está na concepção que o abrange, nos fundamentos teórico-metodológicos, na dimensão ético-política

que inclui a sua realização e na capacidade técnico-operacional posta no cotidiano dessa vivência.

Desse modo, os caminhos do estágio supervisionado se encontram com os da construção de uma formação profissional que sedimente o significado social da profissão. Para tanto, terá de responder, entre outros desafios, às contradições presentes na política educacional, na ideologia capitalista impressa nas universidades brasileiras, na efetivação das Diretrizes Curriculares pelas Unidades de Formação Acadêmica – UFAS, nos espaços institucionais em que se efetiva o trabalho dos assistentes sociais e dos estagiários, nas transformações e exigências do mercado de trabalho [...] (LEWGOY, 2009, p. 45).

Esses aspectos trazidos pela autora estabelecem os desafios postos ao estágio supervisionado para o direcionamento de uma formação profissional crítica e competente para que futuros/as profissionais/as compreendam o significado social da profissão e que articule as dimensões ético-políticas, técnico-operativas e teórico-metodológicas para o enfrentamento das condições objetivas do trabalho cotidiano profissional e da vida da população demandatária de seus serviços.

O estágio supervisionado como parte integrante da formação profissional é importante no processo de ensino-aprendizagem do/a estudante, pois de fato “[...] é uma alternativa de conhecimento da realidade concreta, uma forma de apropriação de conhecimento e questões presentes na sociedade” (OLIVEIRA, 2003, p. 44).

Compreender o significado do estágio supervisionado no processo de formação profissional, alicerçado no projeto ético-político do Serviço Social é tarefa premente no atual debate da profissão no esforço das entidades representativas da categoria como a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO), Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) e Unidade de Formação Acadêmica (UFA).

Esse debate deve ser realizado em conjunto com supervisores/as acadêmicos/as, supervisores/as de campo e estudantes para a efetivação e materialização do estágio supervisionado em consonância com o Código de Ética de 1993, Lei de Regulamentação da Profissão, Resolução CFESS nº 533 de 29 de

setembro de 2008²¹, Lei 1778 de 25 de setembro de 2008, Política Nacional de Estágio²², Diretrizes Curriculares de 1996.

Quando se coloca a questão do projeto ético-político profissional entende-se que perpassa a opção política do profissional porque é justamente nessa opção política que o significado social da profissão ganha materialidade e se é vislumbrado pelo/a estudante também no desenvolvimento da atividade de estágio.

Essa opção política implica em compreender e desvelar no conjunto das relações sociais as situações postas no cotidiano da sociedade, realizando a leitura do movimento do real, entendendo que este real e as múltiplas determinações nele estabelecidas são conseqüências de um projeto social em vigência, no caso o capitalismo.

Tendo essa compreensão percebe-se que essa opção política se dá em dois sentidos, um que contribui para a continuidade e fortalecimento do projeto social posto, e outro, que indica a perspectiva de rompimento e construção de outro projeto societário, com uma perspectiva libertadora e emancipatória.

Na opinião de um/a dos/as supervisores/as acadêmicos/as, sujeito da pesquisa, o estágio supervisionado consolida o projeto ético - político quando:

[...] eu coloco que um dos desafios do processo de supervisão de estágio é que todos envolvidos, todos os atores envolvidos nesse processo tem que ter conhecimento das diretrizes curriculares, do projeto pedagógico do curso, conhecimento da PNE, das discussões da supervisão acadêmica, da supervisão de campo, do papel do estagiário, de uma leitura de como está o ensino superior no nosso país, uma leitura dessa precarização, da mercantilização, uma leitura crítica de tudo isso pra que a gente possa fazer o enfrentamento e tá coerente para realizar o estágio coerente com o que diz o projeto ético-político e está aí a sua consolidação (Gabriela).

Em seu relato Gabriela revela não só o compromisso com o projeto ético-político profissional, isto é, fica clara qual a sua opção política, como também aponta caminhos para sua consolidação através da articulação necessária entre todos/as envolvidos/as no processo da supervisão: supervisor/a de campo, acadêmico/a e estudante.

²¹ Esta resolução regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social reportando aos/as supervisores/as de campo e acadêmico/a às responsabilidades da supervisão sistemática, numa ação planejada e amplamente discutida.

²² Esta Política foi elaborada coletivamente pela categoria com o objetivo de oferecer parâmetros para a operacionalização da atividade de estágio em todo território nacional.

É um trabalho a ser desenvolvido na coletividade, todos precisam estar sintonizados com a realidade social e as discussões que tangem a formação profissional para o enfrentamento e superação dos desafios postos a atividade de estágio supervisionado.

Os demais sujeitos da pesquisa, dois supervisores de campo e dois supervisores acadêmicos remetem a consolidação do projeto ético-profissional na atividade de estágio ao Código de Ética Profissional:

Então eles colocam realmente essa questão né da ética profissional, dos princípios fundamentais do código, ele tem essa clareza, isso eles tem [...] (Cláudio).

[...] sabem e vivenciam a importância do sigilo, de tudo que é dito e presenciado com os adolescentes e família aqui na entidade tem que ficar aqui, mesmo porque eles tem acesso a documentos, aos prontuários desses adolescentes (Célia).

[...] é no estágio que a gente aprende e começa a ter contato com a realidade e isso tem que tá toda hora sendo colocado pro aluno da importância né desse processo, fazer essa relação com o projeto, eu vejo aqui por exemplo, eu sempre coloco isso pra eles né, tá lendo o código de ética, tá vendo lá o que coloca o projeto ético - político? Então toda hora tem que ficar lá colocando e lembrando [...] (Fernanda).

[...] a gente tem que trazer o estágio e dá sua devida importância no sentido de que, assim como eu devo prestar um atendimento ao usuário daquela instituição com qualidade eu devo prestar, não sei, não deixa de ser um atendimento, é mais que um atendimento, ao aluno-estagiário que está ali, então assim, eu devo ter o mesmo compromisso que eu tenho com a população usaria daquela instituição e também com o estagiário [...] então eu penso que o estágio deve sim ser um espaço que a gente tem que colocar em prática o projeto ético-político no sentido de garantir a qualidade seja do atendimento, mas também da formação através da supervisão (Nilson).

Os trechos destas falas apontam que estes/as supervisores/as, tanto de campo como acadêmicos/as têm a preocupação de mostrar, discutir, cobrar do/a estudante as ações realizadas de acordo com o projeto ético-político, essa preocupação está atrelada à dimensão subjetiva de cada supervisor, pela opção política por esse projeto e sua implementação no cotidiano profissional.

Indica também que esta compreensão está vinculada aos princípios contidos no Código de Ética Profissional de 1993, revelando o compromisso destes/as profissionais com o conjunto de valores e princípios.

No entanto, é preciso ter clareza que o Código de Ética é um dos fundamentos da base de sustentação desse projeto, assim, ele é amplo e apresenta um conjunto de elementos que precisam ser apreendidos pela categoria profissional, conforme discutido no capítulo anterior.

Até as últimas décadas a atividade de estágio supervisionado no Serviço social ficou relegada se compararmos aos demais temas de discussões que envolvem a nossa profissão como um todo, sendo considerado por muitos, nos dizeres de Lamamoto (2000) como o patinho feio da profissão.

Somente a partir dos últimos anos, tem ganhado relevância e visibilidade, principalmente a partir do aprofundamento do contexto neoliberal e suas consequências no trabalho profissional do/a Assistente Social e a mercantilização da educação no ensino superior que afeta diretamente essa atividade.

Após a aprovação da Lei 11788/2008 e a Resolução CFESS nº 533/2008 e recentemente a construção coletiva da Política Nacional de Estágio que envolveu as entidades representativas da categoria profissional, estudantes, supervisores/as de campo, supervisores/as acadêmicos/as, coordenadores/as de estágio para os debates de sua operacionalização, o estágio também tem ganhado visibilidade.

Vale destacar que ainda há muito a avançar e percorrer para efetivar o PNE, para torná-la “um instrumento de resistência à lógica da precarização do ensino e do trabalho, afirmando-o na direção da defesa de qualidade do estágio e da formação profissional” (RAMOS, 2009, p.35).

2.2 Estágio Supervisionado em Serviço Social: Tempos Atuais, Velhos Desafios?

O Serviço Social é uma profissão de caráter interventivo e investigativo, inserida na divisão sócio-técnica do trabalho, tendo como objeto intervenção as manifestações da questão social.

É com essa concepção que se buscam subsídios teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operacionais para o trabalho profissional, o que requer a articulação entre o trabalho intelectual e o exercício profissional, articulando a relação de unidade entre teoria-prática.²³

²³ Para maior aprofundamento acerca da discussão relação de unidade entre teoria e prática, consultar: (CAPUTI, 2005).

Nessa dimensão, é inserida a discussão sobre o estágio supervisionado, que também faz parte da essência da profissão, considerado como aprendizado, construção de reflexões dialéticas que se estabelece no ensino teórico-prático nas instituições de ensino, nos campos de estágio e no processo de supervisão de estágio, o que vale destacar que a unidade teoria-prática não deve ser dissociada e na atividade de estágio também deve ser concretizada.

A unidade teoria e prática é um entrave na discussão do processo de formação profissional em Serviço Social e, mais particularmente, na questão do estágio supervisionado.

O estágio necessita ser analisado no contexto da totalidade do ensino teórico-prático do Serviço Social, como um processo dinâmico referente desde o início da formação profissional, e não numa perspectiva de atividade privilegiada de unidade entre teoria e prática.

O estágio não pode ser elemento único de conexão entre teoria e prática, uma vez que as demais atividades e disciplinas que compõem o processo de formação profissional preconizadas pelas Diretrizes Curriculares de 1996 também proporcionam essa relação.

Esse momento de unir teoria-prática a partir da atividade de estágio supervisionado se fez presente nas falas dos dois supervisores de campo e acadêmicos/as, sujeitos da pesquisa, atrelando ao significado do estágio supervisionado na formação profissional do/a estudante, como pode ser visualizado:

A meu ver é no estágio supervisionado que o estudante, que o aluno, vai...é aprender a intervir mesmo aquilo que aprendeu mesmo em forma de teoria no estágio supervisionado e é no estágio que ele tem a possibilidade de elaborar e fazer essa junção entre teoria e prática (Fernanda).

[...] o significado do estágio vai no sentido dele colocar, dele ver na prática o que ele, de unir no campo de estágio, porque já que na universidade ele não tem a questão da prática, então de levar a teoria que ele tem visto na academia pra dentro do campo do estágio. Então assim, é um momento muito único na vida do aluno porque é lá que ele pode ver por que os professores dizem em sala de aula: será eu é isso mesmo? Dá pra colocar em prática tudo? (Nilson).

É o momento onde o estagiário, o estudante, ele tem o contato com a prática, com a população alvo da política de assistência para fazer o

que a gente chama até de casamento da teoria com a prática. Então é ali que ele vai vivenciar isso (Cláudio).

É o contato com a prática profissional, momento de articulação entre teoria e prática e no estágio o estudante pode vivenciar isso, é uma oportunidade de conhecer a prática profissional do assistente social (Célia).

Ao conceber o estágio supervisionado no processo de formação profissional como momento específico ou privilegiado em que o/a estudante aplica os conhecimentos teórico-metodológicos na realidade concreta, incide em equívoco.

Considera-se que uma dada situação vivencial, por mais ampla que seja não abrange todos os conteúdos conceituais trabalhados durante o curso, e mais, elimina-se a possibilidade de que, no trato das matérias básicas, haja a correlação com a dinâmica da realidade social.

Guerra (2000) menciona que a estruturação e organização dos cursos de graduação em Serviço Social são centradas nos elementos ditos teóricos, atribuindo ao estágio à dimensão do ensino da prática, evidenciando-se, assim, uma dicotomia no nível do ensino, em que o saber e o fazer, o pensar e o agir são considerados elementos paralelos, autônomos e independentes – pólos distintos de um mesmo processo.

Percebe-se no desenvolvimento da atividade de estágio supervisionado a dicotomia entre teoria e prática (CAPUTI, 2005), ficando a dissociação entre as dimensões ético-políticas, teórico-metodológicas e técnico-operativas em detrimento somente da dimensão técnico-operativa com a preocupação de como fazer e se distancia dos fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos da profissão.

Nessa dimensão a ação profissional não se realiza na perspectiva da práxis. Compartilha-se da seguinte afirmação presente em Vázquez (2007) que só há oposição entre teoria e prática quando há a presença do senso comum, onde se realiza o praticismo, isto é, a prática realizada sem a teoria.

Nessa perspectiva, deve-se necessariamente falar de unidade entre teoria e prática porque elas se relacionam onde “[...] a prática é fundamento da teoria, já que determina o horizonte de desenvolvimento e progresso do

conhecimento” bem como a “[...] teoria determina a prática real e efetiva” (VÁZQUEZ, 2007, p. 257).

A teoria e prática dependem uma da outra e são importantes para o direcionamento da ação profissional cotidiana do/a assistente social e para que num processo reflexivo possa buscar o desvelamento do real.

A dicotomia entre a teoria-prática é um dos desafios enfrentados na efetivação da atividade de estágio, como afirma Buriolla (2006, p. 42) nas universidades se “[...] prioriza a transmissão do saber teórico em detrimento da formação do aprendizado técnico-prático.

Subordina-se a prática à teoria”, bem como é de responsabilidade da unidade campo de estágio dirigir “[...] a formação profissional atrelada unilateralmente para o agir, descartando a formação para o pensar, o refletir, o inovar e o recriar” (BURIOLLA, 2006, p. 42).

Sobre a relação entre Unidade de Formação Acadêmica (UFA) e instituição campo de estágio, a mesma autora afirma que:

[...] a Unidade de ensino efetua convênio com a Instituição Campo de Estágio, com o objetivo de assegurar o estágio como tal, reconhecido pela lei em vigor; porém muitas destas instituições não oferecem condições mínimas de estágio; em muitos estágios, a prática profissional (objeto da supervisão) é desvirtuada e inexpressiva; há desinformação e desintegração entre Unidade de Ensino e Unidade Campo de Estágio; existem Unidades de Ensino que não assumem ‘realmente’ o estágio em todas as suas implicações, tornando-se este um apêndice do Curso [...] (BURIOLLA, 2006, p.17-18).

As relações entre essas instituições (Unidade de Formação Acadêmica e Unidade Campo de Estágio) são contraditórias, imbricadas em determinadas relações sociais de poder e exploração num processo de correlação de forças.

O Serviço Social atua numa correlação particular de forças, sob a forma institucionalizada, na mediação fragilização-exclusão/fortalecimento/inserção social, vinculada ao processo global de re-produzir-se e re-presentar-se dos sujeitos em suas trajetórias/estratégias (FALEIROS, 2005, p. 49).

Essas contradições, determinações presentes no trabalho profissional nas instituições e, por conseguinte, no estágio supervisionado pelo/a estudante, devem ser problematizadas durante o processo de supervisão, num aspecto reflexivo, para

que se criem “[...] um campo de possibilidades e intervenção para o Serviço Social como intermediação de estratégica de ação” (FALEIROS, 2005, p.50).

Sob essa ótica, o estágio supervisionado deve ser efetivo e globalmente integrado ao conteúdo do curso, envolvendo o processo de ensino-aprendizagem pressupondo a integração dos componentes que subsidiam a formação profissional em todos os espaços que esse processo se concretiza (tanto nas UFAs, quanto nas unidades campos de estágio).

Para romper com essas dificuldades postas à atividade de estágio no tocante entre as relações Unidade de Formação Acadêmica e unidade campo de estágio, o ideal é que ambas se aproximem por meio dos/as supervisores/as acadêmicos/as e de campo numa ação integrada, numa perspectiva dialógica, visando à qualificação no processo de formação profissional do/a Assistente Social e efetivação do projeto ético-político da profissão.

A materialização do estágio supervisionado não acontece de forma efetiva pelos condicionantes que envolvem a educação brasileira nos tempos atuais, principalmente no ensino superior frente à mercantilização do mesmo.

Esta questão, segundo Lewgoy (2009) constitui um dos pontos a serem compreendidos pelos/as supervisores/as acadêmicos/as e de campo e estudantes, acrescentamos o/a coordenador/a de estágio e curso que também estão envolvidos responsáveis pela materialização dessa atividade.

A referida autora nos apresenta que a universidade caminha na contramão de sua função social e impede os/as docentes e estudantes a questionarem isso. A universidade ao ser concebida como entidade administrativa avaliada por índices de produtividade, calculada para ser flexível e estruturada por programas de eficácia organizacional colocam o conhecimento alheio à formação intelectual (LEWGOY, 2009, p. 42).

Dada essa informação tem-se apenas uma formação profissional utilitarista somente para responder as necessidades do mercado de trabalho, são os executores do conhecimento, uma vez que a formação profissional deve proporcionar o conhecimento da cientificidade, das dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas e das condições sócio-históricas nas quais o exercício profissional ocorrerá.

Este contexto deve ser problematizado no processo de formação profissional do/a Assistente Social, uma vez que esse cenário da educação brasileira

não deve ser negado, é algo real, concreto e pode ocasionar rebatimentos na formação profissional de forma insatisfatória.

Ressalta-se que os conhecimentos adquiridos nesse processo deverão ser operacionalizados na garantia e efetivação dos direitos e consolidando o projeto ético político profissional.

Os avanços alcançados no direcionamento da formação profissional e perfil proposto nas Diretrizes Curriculares de 1996 levam a questionar: será que a educação no Ensino Superior conforme vem sendo gestada oferece condições necessárias para a construção do perfil profissional do/a Assistente Social? As condições do trabalho docente são suficientes para o exercício do tripé ensino-pesquisa-extensão? Aliás, há a garantia desse tripé nas universidades? Há a instância de coordenação de estágio e suas horas são suficientes para exercer tal atribuição? Os docentes têm carga horária específica para o exercício da supervisão acadêmica? As UFAS oferecem atividades de monitoria, de iniciação científica? Há incentivo para participação nos eventos científicos e da categoria profissional e oferecem ajuda de custo para isso?

São esses questionamentos que na verdade se constituem como desafios para o direcionamento e efetivação da atividade de estágio supervisionado e conseqüentemente a formação profissional com qualidade.

Esses desafios se fazem presentes principalmente no ensino privado onde se tem a lógica do lucro, e as condições necessárias para a materialização do estágio supervisionado e formação profissional conforme preconizado pelas Diretrizes Curriculares significa para a administração do mesmo como gastos, além disso, presenciamos nesses espaços alterações nas condições de trabalho:

[...] extinção de postos de trabalho e serviços, das demissões, das contenções de salários, da corrida à aposentadoria, do aumento do índice de desemprego e, ainda, pela alta precarização das condições do exercício profissional, o que repercute na categoria dos assistentes sociais como trabalhadores assalariados (LEWGOY, 2009, p. 43).

Outro aspecto relevante presente nas UFAs é a condição do/a estudante de Serviço Social que se caracteriza como estudante trabalhador/a e tem que auxiliar os estudos com o trabalho.

Essa observação encontra-se fundamentada na afirmação de Lewgoy (2009) quando menciona que o/a estudante pela necessidade de trabalhar dificulta o seu acesso às informações necessárias para a aquisição de competências e habilidades para o exercício profissional.

Some-se a isso a dificuldade de participar das atividades acadêmicas, mais às demais como a participação em eventos científicos, eventos da categoria profissional e para a realização da atividade de estágio.

Para viabilizar ao/a estudante trabalhador/a permitem-no que realizem seus estágios no próprio local de trabalho sem esclarecimentos dos objetivos desses estágios, papéis desempenhados, atividades desenvolvidas; em fins de semana; em períodos de tempo curtos (como nos horários de almoço) ou concentrando num único dia da semana ou no mês de suas férias trabalhistas burlando às leis pertinentes ao estágio e orientações previstas na PNE (ABEPSS, 2010), além da substituição dessa atividade pela participação em pesquisas ou por atividades de extensão.²⁴

Por tal necessidade, uma vez que a atividade de estágio é obrigatória, o/a estudante busca alternativas nos estágios remunerados que podem auxiliá-lo/la tanto no custeio das mensalidades do curso no caso do ensino privado como para cumprimento de carga horária de estágio.²⁵

Para esses/as estudantes “[...] a bolsa torna-se mais importante que sua experiência no campo de estágio, pois ela é instrumento de sua permanência no curso” (RAMOS, 2009, p. 32).

Os estágios remunerados têm se configurado como mão-de-obra barata utilizada por muitas empresas, prefeituras, como contenção de custos, uma vez que se contratam estagiários/as ao invés de profissionais para execução das mesmas atividades, pois “[...] representa economia de gastos, por exemplo, com décimo terceiro salário, adicional de 1/3 de férias e contribuições previdenciárias” (VASCONCELOS, 2009, p. 70-71), justamente pelo estágio não se caracterizar como vínculo empregatício.

²⁴ De acordo com a PNE (ABEPSS, 2010) os estágios desenvolvidos em projetos de extensão só possam se configurar como campo de estágio se estiver contemplado no projeto pedagógico do curso e respeitada a carga horária do professor e estudante, porém, as atividades em pesquisa não podem ser caracterizadas como campo de estágio.

²⁵ É importante elucidar que o estágio não-obrigatório como é caracterizado o estágio remunerado não pode substituir o estágio obrigatório, bem como deve ter o acompanhamento, supervisão direta tal como o estágio obrigatório (ABEPSS, 2010).

Essa concepção do ensino da prática leva a uma inversão de prioridades na formação de profissionais: esta é deslocada no processo de aprendizagem para a eficácia e produtividade na prestação de serviços, previstos pelos programas institucionais. O rebatimento no ensino é claro: este se volta para a 'resolução' da problemática das instituições para o encaminhamento rotineiro das tarefas delegadas, ao invés de propiciar ao aluno conhecimentos e experiências que solidifiquem sua capacitação profissional para o enfrentamento imediato e futuro das problemáticas presentes no cenário da ação profissional (IAMAMOTO, 1998, p.206).

Esses estágios se configuram como não obrigatório e sucumbem aos/as estudantes uma formação para atender ao mercado, o processo produtivo sobressai ao processo educativo da atividade de estágio e isso é ainda mais agravante quando esses estágios acontecem descolados do Serviço Social, ou seja, quando são contratados para exercerem a função de telefonista, recepcionista, vendedores nas lojas.

Isto se deve ao fato, segundo Vasconcelos (2009) das distorções no desenvolvimento dos estágios não obrigatórios e se constitui uma atitude por parte das instituições empregadoras voltada aos interesses próprios, é a lógica capitalista que impera também nos estágios.

Estas atividades, este 'trabalho' não poderia ser definido como estágio, uma vez que não apresenta caráter educativo nenhum, não contribui para a aquisição de competências, habilidades no âmbito do Serviço Social, somente atende às necessidades desse mercado de trabalho, mesmo porque nas legislações vigentes sobre o estágio deixam claro que este não estabelece qualquer tipo de vínculo empregatício. Por outro lado, quando o estágio remunerado em Serviço Social:

[...] garante a inserção discente no cotidiano da atuação de assistentes sociais, sob a supervisão destes(as) profissionais, esta atividade acadêmica pode proporcionar contribuição relevante para a formação profissional dos(as) assistentes sociais, ao possibilitar a ampliação do conhecimento acerca da profissão, pela aproximação com o trabalho de assistentes sociais em outras instituições e áreas, que soma à experiência do estágio obrigatório (VASCONCELOS, 2009, p. 74).

O/A estudante que ainda se encontra em processo de formação profissional deve se ater de subsídios pra apreender as atribuições, os instrumentos e técnicas de intervenção, enfim, apreender a totalidade que envolve o trabalho profissional, atentando-se aos aportes teórico-metodológicos, técnico-operacionais, ético-político,

“[...] inserido no campo profissional, em que realiza sua aprendizagem sob a supervisão direta de um assistente social, que assume a função de supervisor de campo” (IAMAMOTO, 1998, p.290).

O fato é que o direcionamento do estágio tanto na modalidade obrigatória e não obrigatória em Serviço Social é de responsabilidade das UFAs e para que se tenha o caráter pedagógico é necessário articulação entre os sujeitos envolvidos nesta atividade, bem como seja acompanhada “[...] da garantia de carga horária docente e da avaliação do campo de estágio para atender as necessidades educacionais” (VASCONCELOS, 2009, p. 76).

A efetivação da atividade de estágio enquanto processo de ensino-aprendizagem torna-se preocupante quando realizado na modalidade do Ensino à Distância (EAD), considerando que também está condicionado às leis pertinentes ao estágio, tanto específicas ao Serviço Social como a Lei Federal, mas como este garante a supervisão direta se do ponto de vista pedagógico o/a professor/a é um tutor/a?²⁶ Encontra-se em Lewgoy (2009, p. 55) outras situações em relação ao estágio no EAD, como:

[...] a não explicitação do processo pedagógico acadêmico; problemas relacionados à carga horária prevista para essa atividade; concepção diferente de estágio preconizada pelas DCs, o que fragiliza a direção social do trabalho profissional pelos referenciais teóricos dos assistentes sociais do campo; função acadêmica transferida para o tutor eletrônico e para o supervisor do campo, gerando confusão de atribuições, sendo esta uma das demandas que chegam aos conselhos para fiscalização; fragilidade de interlocução entre os sujeitos envolvidos; e tecnificação da formação profissional.

O estágio e a supervisão no EAD são incógnitos, é uma modalidade que transgride a processualidade ética da formação profissional do/a assistente social, totalmente na contramão do projeto ético-político que coloca o/a estudante na condição de objeto.

Embora seja uma via mais fácil de acesso ao ensino superior comparado aos valores dos cursos em instituições de ensino privadas e comodidade, sendo

²⁶ Todo o sistema de educação à distância dispõe de um tutor que subsidia o/a estudante em todas as disciplinas do curso que pode ser à distância e presencial, cujas atribuições estão relacionadas aos esclarecimentos de dúvidas dos/as estudantes que podem ser tiradas via e-mail, fórum, é a pessoa que recebe e controla os trabalhos realizados pelos/as estudantes, em suma é responsável pelo encaminhamento de dúvidas dos mesmos aos/as professores/as.

mais fácil conciliar o trabalho com os estudos, pois é perceptível o grau de não exigência de tais cursos, pois como já tratado pelas entidades da categoria profissional há estudo de apostilas em detrimento de livros.

Sobre o estágio nessa modalidade o que se tem presenciado nos eventos da categoria e falas de assistentes sociais é que se tem a resistência de não supervisionar estudantes de tal modalidade, talvez essa não seja a postura ideal, se considerar que esse/a estudante é um alvo fácil dessa mercadorização da educação, talvez num processo reflexivo junto a esse estudante pode torná-lo consciente da condição em que está submetido e reverter essa situação, temos que travar a luta contra a precarização do ensino.

O EAD tem sido amplamente discutido pelas entidades representativas do Serviço Social e foi comprovada a incompatibilidade entre o EAD e o Serviço Social.

A partir das reflexões que permeiam essa incompatibilidade foi elaborado em 2010 um documento pelo conjunto CFESS/CRESS, ENESSO e ABEPSS, intitulado “Sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e Serviço Social” e nele encontram-se algumas irregularidades sobre a atividade de estágio supervisionado nessa modalidade, como:

- não credenciamento dos campos de estágio junto ao CRESS, conforme a lei 8662/1993;
- listagem de estágios com informações em discordância com os fatos fiscalizados;
- número excessivo de estagiários/as por supervisor/a de campo e supervisor/a acadêmico/a;
- informações imprecisas nos documentos exigidos pela Lei 8662/1993 sobre a relação de instituições que são campos de estágio e respectivos supervisores/as e estagiários/as;
- estagiário/a matriculado/a indevidamente no semestre correspondente ao estágio curricular;
- plano de estágio em Serviço Social na Unidade de Formação Acadêmica (UFA) elaborado por profissionais de outras áreas e supervisor/a acadêmico/a de outras áreas;
- realização de estágio com carga horária menor que a carga horária declarada nos projetos pedagógicos;

- mercantilização da supervisão pelos/as próprios/as Assistentes Sociais que passam a cobrar remuneração pela atividade;

- supervisores/as de campo e acadêmicos/as em exercício irregular da profissão, etc.

O impacto de uma formação inadequada ou precarizada compromete as dimensões técnico-operativas, ético-políticas e teórico-metodológicas do futuro trabalho do/a Assistente Social e conseqüentemente o atendimento à população.

Compreende-se que essa atividade curricular deve ser sistematizada, compreendendo os sujeitos envolvidos nesse processo, visto que, é nesse processo que os elementos teóricos da formação profissional se concretizam e são abstraídos.

É no campo de estágio com supervisão direta do/a supervisor de campo e na instituição de ensino com supervisão do supervisor/a acadêmico/a com conteúdos teórico-metodológicos, que o/a estudante irá apreender todo o conjunto da formação profissional.

Nesse sentido, a relação entre os sujeitos envolvidos nesse processo imbricados também na dinâmica das relações sociais, deve ser de complementaridade.

Nesta perspectiva, a supervisão de estágio é essencial à formação do/a estudante de Serviço Social, que resgata e possibilita a passagem de uma “[...] consciência teórica para uma consciência crítica” (ANDRAUS, 1996, p. 17 apud LEWGOY; SCAVONI, 2002, p. 01).

Com as leis pertinentes ao estágio supervisionado o processo de supervisão em Serviço Social vem ganhando relevância no âmbito do debate estágio, o que tem justificado no Serviço Social contemporâneo uma formação profissional do/a Assistente Social enquanto um/a profissional que atua no âmbito das relações sociais e da sociedade.

Utiliza-se de um conjunto de métodos e técnicas que visam a obtenção de conhecimentos teóricos e práticos, éticos, político, técnicos e operacionais específicos necessários ao desempenho das atribuições profissionais.

Neste processo de supervisão encontra-se o objetivo de acompanhar o/a estudante no desenvolvimento e análise crítica da relação teoria-prática. Dessa forma, é preciso se ter claro qual o perfil de profissional que se quer formar a direção teórico-metodológica e ético-política.

O processo de supervisão se faz mediante contato direto supervisor/a acadêmico/a, de campo e estudante, com base em planos de estágios, elaborados no conjunto: UFA e campo de estágio, tendo como referência a Lei 8662/93 e o Código de Ética do Profissional de 1993, Diretrizes Curriculares (1996), que preconiza a “indissociabilidade entre a supervisão acadêmica e de campo”, a Resolução CFESS 533/2008, Lei 11788/2008 e PNE (ABEPSS, 2010).

Enquanto processo educativo ela se identifica com as perspectivas teóricas de horizontalidade na relação supervisor/a e estagiário/a, de reflexão crítica sobre o trabalho profissional, de compreensão da educação como um ato político.

Com a interlocução do Serviço Social com referencial teórico crítico, a supervisão passa a ser entendida como espaço de troca de conhecimento entre os sujeitos envolvidos, onde todos têm conhecimento e/ou experiência para trocar, ensinar e aprender.

A supervisão em Serviço Social está inserida no processo de ensino-aprendizagem e deve acontecer numa relação direta entre os sujeitos envolvidos nesse processo numa perspectiva de troca de conhecimentos, de complementaridade, pois, “[...] ao processar-se envolve um tempo, envolve momentos, envolve o somatório de um conjunto de vivências, em um processo de sucessões cumulativas que nem sempre são previsíveis” (BURIOLLA, 2003, p. 45).

Essa busca pelo conhecimento e orientação para as ações a serem desenvolvidas, na perspectiva de troca de conhecimentos pode ser observada na fala de Fernanda quando menciona a relação entre supervisor/a acadêmico/a e estudante:

[...] uma relação necessária né, uma relação que faz parte do próprio aprendizado do aluno porque nós profissionais nós temos que nos reportar a outras pessoas para orientar nossa prática não é? Então eu acho que é um exercício também pro aluno [...].

É nesse processo também imbricada na relação supervisor/a e supervisionado/a, numa relação horizontal²⁷ pressupõe o debate, as estratégias de intervenção, a identificação das manifestações da questão social presentes nas relações dos sujeitos sociais, etc.

²⁷ Segundo Buriolla (2003, p. 47), essa relação horizontal entre supervisor(a) e supervisionado(a) “[...] não exige o supervisor de desempenhar o seu papel, diferenciando-o do aluno”, porém estão situados no mesmo nível, ambos fazem parte do processo.

[...] a Supervisão como processo que é movimento, só possível na relação com o outro, na igualdade e na diferença; isto pressupõe dinamismo, crítica, debate, crescimento, movimento, revisão, metamorfose, transformação, conteúdos que aparecem em suas falas, que pressupõem uma série de fatos relacionados e que, em seu dinamismo, produzem uma energia, uma luta em certa direção, que aqui, traduz-se no ensino-aprendizagem profissional (BURIOLLA, 2003, p. 55).

A perspectiva de horizontalidade é perceptível na fala de um/uma dos supervisores/as de campo, sujeito da pesquisa:

Eu vejo uma relação horizontal onde há um crescimento mútuo, porque até o estagiário, de certa forma, o supervisor ele acaba crescendo também né, o estagiário traz pra ele algum questionamento que ele sente na faculdade que a gente também se pergunta, a gente até faz uma certa avaliação da atuação profissional nossa com relação a nossa teoria,entendeu? Interessante que a gente vai se aprimorando, então eu vejo que é esse crescimento, então é o crescimento do estagiário que vai receber a nossa orientação enquanto supervisor, na construção, na consolidação do papel profissional, ético-político da profissão e também um crescimento nosso porque a gente também aprende com ele, então eu vejo uma relação realmente horizontal (Cláudio).

A supervisão é um espaço de ensino-aprendizagem, um espaço de enfrentamento das situações que permeiam o trabalho profissional na perspectiva da construção de saberes, conhecimentos, é uma relação de reciprocidade. Para Célia, supervisora de campo e sujeito da pesquisa afirma que essa relação é “[...] de contato, respeito, diálogo”.

Para Gabriela, supervisora acadêmica e sujeito da pesquisa essa idéia também é compartilhada quando se trata da relação entre supervisor/a acadêmico/a e estudante:

[...] entendo que seja fundamental nessa relação o diálogo então aí tem que ter uma pauta de conhecimento, uma construção coletiva de conhecimento, de construção, de reflexão, de propiciar ao aluno uma análise, uma percepção da práxis profissional, unidade diversa teoria-prática tal como coloca Marx e os momentos vamos pensar do supervisor acadêmico junto com o estagiário, ele deve estar junto com esse aluno num processo de supervisão individualmente, em grupo, em sala de aula, nas reuniões com os supervisores, nas visitas nos campos de estágio, ela deve ser permeada pelas dúvidas desse aluno que traz para a supervisão acadêmica. Então a relação do supervisor acadêmico e aluno é essa relação de ta mais próximo

do aluno, de ta articulando mais o campo de estágio, de ta buscando mais conhecer o processo de supervisão de campo também desse estagiário né.

Por isso ensinar exige respeito aos saberes e limites do educando, pois “[...] quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender” (FREIRE, 1996, p. 13). Essa perspectiva pode ser percebida na fala de um/uma dos/as supervisores/as acadêmicos/as, sujeito da pesquisa quando se trata da relação entre supervisor/a acadêmico/a e estudante:

A relação supervisor e estagiário ela se dá de forma tranqüila, porém até pela própria característica dos alunos do curso de Serviço Social da FEF que com certeza vai de encontro com as características de outros alunos de outras faculdades privadas que é aquele aluno que trabalha o dia todo e que paga o seu curso, então que conseqüentemente tem pouco tempo pra realizar o seu estágio, então é um tempo muito reduzido, ele não consegue se dedicar totalmente ne ao estágio, mas a relação entre supervisor acadêmico e estagiário se dá de forma tranqüila, claro um respeitando, nesse caso, o supervisor acadêmico respeitando os limites então desse aluno (Nilson).

Observa-se que Nilson além de uma relação de respeito, traz a preocupação com as limitações desse/a estudante provocadas pela própria condição de estudante trabalhador que impede de desenvolver suas atividades, participar das próprias supervisões de estágio, essenciais à formação profissional.

Nesse processo pode-se garantir uma formação profissional com valores ético-políticos, competências metodológicas e habilidades operativas em consonância com o projeto ético-político para o enfrentamento das situações futuras do trabalho profissional.

Essas competências não se constroem somente a partir de conhecimentos formais, mas especialmente a partir da vivência da construção de saberes pelo/a estudante viabilizada pela ênfase em processos pedagógicos que os instrumentalizem para o exercício profissional, enfrentando os desafios cada vez mais complexos que o mundo do trabalho profissional deles/as demanda, respectivamente, nos campos de estágio.

O ato de aprender e ensinar implica escolhas, decisão e responsabilidade de todos os/as envolvidos/as, por isso a supervisão exige intencionalidade,

planejamento e rigorosidade metodológica. Essa preocupação se faz presente na fala dos/as supervisores/as de campo quando entrevistados:

É periodicamente ou até semanalmente eu até falho um pouco, mas a gente procura toda semana ta fazendo esse momento né de sentar com o estagiário ou os estagiários até em grupo pra poder esclarecer [...] (Cláudio).

A supervisão é constante porque as orientações tem que ser constantes, continuadas porque as situações são várias no estágio e o estagiário precisa dos esclarecimentos nesses momentos, não dá pra deixar pra depois, então eu procuro acompanhar e que ele fique perto de mim o tempo todo e assim que surge as dúvidas procuro esclarecer naquele momento (Célia).

Ensinar não se esgota no tratamento do objeto, mas se estende à produção das condições em que aprender criticamente é possível, assim ela deve ser sistematizada, organizada. Dessa maneira se situa a supervisão acadêmica e de campo, sendo que há igualdade de posição quanto ao processo educativo (LEWGOY, 2009).

Ser supervisor/a de estágio envolve escolhas, isto é, implica uma prática educativa, ético-política que envolve a emancipação do sujeito, aqui representado pelo/a estudante.

Envolve o querer ser supervisor/a, o saber, o dever, o poder necessário para contribuir para formação profissional de acordo com o perfil profissional preconizado pelas Diretrizes Curriculares de 1996, bem como balizado pela ética profissional que é “[...] uma expressão do projeto ético-político e que no CE encontram-se sistematizados os valores, princípios e a concepção ética que orientam o trabalho cotidiano dos assistentes sociais [...]” (BARROCO, 2008, p.131).

Para ser supervisor/a deve existir a vontade, o querer exercer essa ação supervisora no sentido de ter a consciência do compromisso de formar profissionais competentes, daí a presença da ética profissional que envolve os direitos que se combinam com deveres: responsabilidade de formar assistentes sociais éticos, críticos e compromissados com a classe trabalhadora.

Essa observação perpassa às ações dos/as supervisores/as, cuja responsabilidade está relacionada com as conseqüências dessas ações, é o que nos afirma Vázquez (2007, p. 91):

Atos [...] são somente aqueles nos quais podemos atribuir ao agente uma responsabilidade não pelo que propôs realizar, mas também pelos resultados ou conseqüência de sua ação. Mas o problema da responsabilidade [...] está estreitamente relacionado, por sua vez, com o da necessidade e liberdade humanas, pois somente admitindo que o agente tem certa liberdade de opção e decisão é que se pode responsabilizá-lo pelos seus atos.

A condição de liberdade é articulada com os limites e possibilidades de nossa ação. A liberdade simboliza autonomia, independência, responsabilidade, mostrando assim, que se age em consciência.

É inevitável a rápida percepção de que não se é absolutamente livre, depara-se com condicionantes que influenciam as ações que são de várias ordens: econômicas, políticas, sociais, culturais e ideológicas como nos aponta Freire (1996).

No Serviço Social busca-se o caminho para o trabalho profissional embasado nos princípios e valores fundamentais:

[...] liberdade, equidade, universalidade, socialização e emancipação; ações pautadas em determinados pressupostos ético-políticos: democracia política e econômica, universalização dos direitos e serviços, cidadania, justiça social, direitos humanos, autogestão e pluralismo no campo democrático, o que supõe formas de comportamento ético-político viabilizadoras do respeito à diversidade, da defesa da autonomia e da alteridade, e da recusa do arbítrio, do autoritarismo, da discriminação e do preconceito, entre outros (BARROCO, 2008, p.131-132).

A liberdade, a escolha, responsabilidade também conduz as formas de visão de mundo, refletindo nas experiências sociais e individuais o que remeteria às possibilidades humanas de exercerem suas ações em prol a uma ética de respeito para com todos, tal como nos alerta Freire (1996, p. 25):

Formação científica, ética, respeito aos outros, coerência, capacidade de viver e aprender com o diferente, não permitir que o nosso mal-estar pessoal ou nossa antipatia com relação ao outro nos façam acusá-lo do que não fez, são obrigações a cujo cumprimento devemos humilde mas perseverantemente nos dedicar.

Esses aspectos mencionados na citação acima precisam ser lembrados no processo de supervisão de estágio. Da mesma forma o/a supervisor/a precisa possuir conhecimentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos

para exercer essa atribuição, além de refletir, ter olhar investigativo sob seu trabalho profissional através da criticidade e sistematização do mesmo o que subsidia a construção de novos conhecimentos.

O/a profissional deve estar preparado/a para exercer a ação supervisora o que pressupõe que deve conhecer os procedimentos/operacionalização da atividade de estágio: sistematização, acompanhamento, avaliação, bem como o seu papel enquanto supervisor/a para que seja assegurado o processo de ensino-aprendizagem.

Uma questão relevante e que vem sendo debatida no âmbito da supervisão e atividade de estágio é que nem todos os cursos de Serviço Social têm assegurado uma disciplina específica que contemple o processo de supervisão, o estudo de métodos e técnicas de supervisão num todo no âmbito da formação profissional, ou seja, a formação profissional não capacita para essa atribuição e para supervisionar precisa preparação, capacitação e qualificação.

Para ser supervisor/a é preciso estar conectado com a realidade, acompanhar o movimento da realidade ancorado numa perspectiva crítica necessita compreender o significado social da profissão, o projeto ético-político profissional, o Código de Ética de 1993, Lei de Regulamentação da Profissão, as Diretrizes Curriculares de 1996, o significado do estágio e supervisão no processo de formação profissional. A supervisão de campo e acadêmica é o alicerce na relação entre formação e exercício profissional.

Os/as Assistentes Sociais que exercem o papel de supervisores/as de estágio envolvidos na dinâmica das instituições marcadas pelas contradições impõem limites e possibilidades ao trabalho profissionais e apresentam uma prática voltada à mera execução de tarefas, impede de refletirem o exercício profissional cotidiano, porém, “[...] a conjuntura não condiciona unidirecionalmente as perspectivas profissionais” (IAMAMOTO, 1998, p.21).

Deve-se tomar cuidado para que as atividades cotidianas profissionais não ofusquem a visão do trabalho profissional com criticidade, que nas palavras de Martinelli (2008) pode se tornar um trabalho alienante e alienador, cujas ações estão voltadas às lógicas institucionais reproduzindo ações rotineiras e burocratizadas, constituindo-se numa “[...] visão assim, determinista e a - histórica, alicerçada numa concepção de realidade estática e imutável, remete à acomodação profissional” (OLIVEIRA, 2003, p. 59).

O/a supervisor/a de campo deve num processo reflexivo junto aos/as estudantes sistematizar as atividades a serem desenvolvidas em consonância ao plano de estágio articulando as dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas de acordo com as demandas profissionais.

Por isso se questiona a competência profissional para o exercício da supervisão, “[...] assim, a particularidade pedagógica da supervisão envolve o esforço de realizar o movimento da relação entre teoria e realidade [...]” (LEWGOY, 2009, p.106).

Frequentemente é questionado pelos/as estudantes sobre o trabalho profissional estar descolado da realidade que segundo Buriolla (2006) deve-se ao fato de que o /a próprio/a profissional não aprendeu os conteúdos nos cursos de Serviço Social e há a ausência do aprimoramento, capacitação profissional constante refletindo numa postura conservadora, pragmática.

Parte-se nessa discussão pelo pressuposto das determinações históricas do Serviço Social, dos condicionantes do trabalho profissional que marcaram o Serviço Social até o momento da intenção do projeto de ruptura com o conservadorismo.

O pensamento conservador ainda se faz presente entre a categoria profissional, o que nos dizeres de Iamamoto (2008, p. 265) “[...] pressupondo a ausência de uma abordagem histórico-crítica”, recai, nas palavras da autora, sobre o exercício profissional cotidiano que diz respeito ao sincretismo da prática do/a Assistente Social.

[...] a estrutura sincrética do Serviço Social tem seus fundamentos na: a) questão social, núcleo das demandas histórico-sociais que se apresentam à profissão; b) no cotidiano, como horizonte do exercício profissional; e) na manipulação de variáveis empíricas, enquanto modalidade específica da intervenção (IAMAMOTO, 2008, p. 265).

Essa problemática apresenta-se como desafio na legitimação dos debates em torno da construção teórico-metodológica do trabalho profissional amplamente discutida nas últimas décadas, que conseqüentemente, atinge o projeto de formação profissional, logo, interfere no processo de supervisão de estágio.

Segundo Buriolla (2003), devido à insuficiência de tempo para planejar a supervisão de estágio e/ ou uma capacitação para desenvolvê-la, “[...] revela desarticulação e fragilidade da prática profissional e, conseqüentemente,

reproduzindo uma supervisão negativa ou até inexistente” (OLIVEIRA, 2003, p. 54), bem como:

[...] é uma diversidade de ideologias e de posturas políticas, as quais, ao mesmo tempo em que promovem uma riqueza de significados, podem igualmente limitá-los. Enquanto existem grupos que detêm a hegemonia do conhecimento e das propostas em relação ao projeto político de ruptura, existem também grupos que compõem o Serviço Social conservador, com restrições à aceitação de mudanças (NORA, 2002, p.13).

Nesse sentido, Silva (2007), traz algumas prioridades para a superação dos dificultadores da construção teórico-metodológica do projeto de formação profissional:

- Correção dos problemas identificados na relação do Serviço Social com o marxismo e diálogo com outras matrizes teóricas, tendo em vista o desenvolvimento de uma compreensão dialética entre objetividade e subjetividade, que permita superar os esquemas generalizantes para a compreensão das estruturas e conjunturas configurativas das realidades sociais e ofereça possibilidades, não só para as análises do coletivo e das classes sociais, mas também para a compreensão dos sujeitos sociais singulares;
- Ampliação da ênfase que se vem dando à ação do Serviço Social centrado nas políticas sociais, com centralização das análises nas relações de poder e destaque para o papel do Estado, e no caráter distributivo das políticas sociais, com a inclusão dos interesses presentes na sociedade civil expressos pela população-sujeito dos serviços;
- Atualização do conteúdo teórico-metodológico da profissão na conjuntura contemporânea, que coloca um contexto problemático para as alternativas de transformação social direcionadas para o socialismo;
- Aprofundamento da reflexão teórico-metodológica ante a chamada crise de paradigmas nas Ciências Sociais (SILVA, 2007, p.70).

Nesse contexto, a supervisão de estágio em Serviço Social como parte do processo do exercício profissional exige atualização, acompanhamento da profissão inserida no momento histórico atual, sem perder de vista a legitimação do projeto ético-político da profissão direcionado a uma perspectiva crítica da realidade social, bem como só será efetivada na medida em que a profissão seja resgatada em sua totalidade.

[...] exigirá do supervisor um preparo sistemático e aprofundado que o leve a rever constantemente o seu trabalho; exigirá que haja uma prática constante, sistemática dos alunos, supervisores, educadores

de Serviço Social e população que gerará consciência das necessidades de transformação; exigirá que se recupere a vivência social do aluno-estagiário, em uma perspectiva crítica ampliando-a através da articulação com as práticas sociais [...] e se firmem novas propostas do agir profissional (BURIOLLA, 2003, p.187).

Além disso, a supervisão e o estágio através da investigação da realidade que pode ser realizada via pesquisa propiciará a produção de conhecimentos propícios à transformação da mesma, haja vista que conhecimento e ação não são dicotomizados.

O conhecimento é a condição do fundamento da ação, envolvendo estratégias, críticas, alteração das relações existentes dentro de um contexto socioeconômico, político e cultural e um compromisso com a população que se vê excluída das conquistas e do desenvolvimento econômico social e de direitos de cidadania.

Esses aspectos podem ser garantidos com a interlocução com os demais profissionais de diferentes posturas teóricas, uma vez que há valores alternativos e democráticos que se configuram na pluralidade de idéias.

Mas, é importante salientar que o homem não participará ativamente da história, da sociedade, e da transformação da realidade se não tiver condições de tomar consciência dessa realidade e “[...] quando o homem compreende sua realidade pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções” (FREIRE, 1996, p.16).

Por considerar a supervisão como processo educativo, reitera-se, é preciso que a operacionalização do estágio seja realizada através da vontade, do querer consciente do/a supervisor/a articulado com “[...] seu saber consistente e com as possibilidades e os limites das circunstâncias” (RIOS, 2008, p. 63). Isto equivale tanto para a supervisão de campo como para a supervisão acadêmica, pois ambas constituem o processo de aprendizagem do/a estudante.

Quando foi citado sobre as ações supervisoras serem realizadas nos limites e possibilidades das circunstancias refere-se ao contexto que permeia o trabalho profissional dos/as supervisores/as de campo, nos espaços sócio institucionais e supervisores/as acadêmicos/as no âmbito das UFAs, que estão permeados pela conjuntura neoliberal que precariza as condições e relações de trabalho nesses espaços.

Portanto, um dos desafios no processo de supervisão é problematização e superação dessa realidade, por isso que se coaduna com Buriolla (2008) e Lewgoy (2009) ao dizerem que o trabalho profissional se constitui como a matéria-prima da supervisão.

É no processo de supervisão que se discute a realidade do trabalho profissional, os limites e possibilidades desse trabalho e as reais condições para o enfrentamento das manifestações da questão social, bem como, como se dá esse trabalho nas instituições, isto é, a análise crítica do processo de trabalho do Assistente Social em sua totalidade.

O conteúdo a ser discutido na supervisão é o próprio processo de ensino-aprendizagem atrelado à unidade teoria-prática, permitindo supervisor/a e estudante refletirem, planejarem, avaliarem o trabalho profissional, vivenciando “uma práxis na qual ambos refletem sobre sua ação desenvolvida, no contexto amplo das relações sociais” (BURIOLLA, 2003, p.82) e ainda, os espaços profissionais:

[...] se situam no atual contexto de reestruturação do capital, que desencadeia nefastos rebatimentos nas relações e condições de trabalho dos assistentes sociais supervisores(as) de campo, os quais assim como os(as) supervisores acadêmicos(as) vivenciam as tendências de intensificação da exploração e da precarização do trabalho (VASCONCELOS, 2009, p.71).

As alterações nas relações de trabalho do/a Assistente Social dizem respeito aos contratos temporários, baixos salários, polivalência, supervisores/as acadêmicos/as horistas e que acarretam implicações para a operacionalização do estágio e supervisão, como:

[...] recorrente dificuldade de assegurar uma aproximação mais intensa entre as unidades de formação acadêmica e os campos de estágio; fragilidades no planejamento e sistematização da supervisão; dificuldades para a realização de supervisões conjuntas devido à disponibilidade de carga horária docentes e de supervisores(as) de campo para participarem de encontros na universidade e no próprio campo de estágio; excessiva quantidade e diversidade de campos de estágio para os professores(as) supervisionarem concomitantemente; precariedade da estrutura física de alguns campos de estágio [...] (VASCONCELOS, 2009, p. 72).

Estes desafios apresentados pela autora se fazem presentes na fala de Gabriela, supervisora acadêmica e sujeito pesquisa, e menciona que os mesmos

impõem limites no processo de supervisão, ou seja, na relação entre supervisor/a de campo e acadêmico:

Então assim, o ideal seria que o supervisor de campo e o supervisor acadêmico estivessem em consonância nas discussões, na elaboração dos planos de estágio, na organização dos fóruns de supervisão, na discussão do trabalho profissional até mesmo porque o estágio possibilita ao supervisor de campo a reconstruir, reavaliar o seu trabalho profissional [...], porém, nós assistimos uma relação que o aluno precisa elaborar seu plano de estágio e o supervisor de campo não tem nem plano de trabalho [...] O supervisor de campo e acadêmico precisam construir um momento junto com esse estagiário para construir esse plano, mas temos assistido o aumento exacerbado das demandas profissionais nos diferentes setores em que o Serviço social desenvolve sua ação, impossibilita muitas vezes o supervisor de campo participar de reuniões né de estágio, participar de capacitação continuada dentro do aprimoramento intelectual, profissional, dificulta esse profissional desenvolver uma supervisão de campo é adequada, coerente com o nosso projeto ético-político e o supervisor acadêmico com isso vão enfrentando desafios né, por que? Ele enquanto horista, ele tem uma carga horária reduzida, essa carga horária ele acaba tendo que ficar mais com o estagiário, o ideal é que ele faça visitas nos campos de estágio, nem sempre ele vai ter recurso da unidade de ensino, aí ele não consegue se reunir com esse supervisor de campo porque o colega não pode, não tem horário então ele não consegue fazer a visita [...] o supervisor acadêmico é quem deve levar essa discussão, mas é uma discussão que acaba ficando muito prematura, uma discussão que acaba ficando com muitos hiatos porque não dá pra fazer com profundidade por conta do tempo que muitas vezes o supervisor de campo coloca até mesmo por conta da instituição que contrata o supervisor de campo coloca pra ele [...].(Gabriela)

O trecho desta fala indica que não há uma relação concreta, efetiva entre supervisor/a acadêmico/a e de campo, cada uma das partes tem desenvolvido suas atividades, atribuições dentro do possível, e este possível não se aproxima da condição ideal.

Isso se torna ainda mais agravante quando não há contato nenhum entre os/as supervisores, tal como desabafa outro supervisor acadêmico, Nilson, sujeito da pesquisa: “sinto falta desse supervisor de campo”.

Essa realidade é condicionada aos ditames do capitalismo, do neoliberalismo e toda sua lógica que impera sobre as condições de trabalho tanto dos/as supervisores/as de campo como acadêmicos e isso é perceptível pela Gabriela.

Esta aproximação entre supervisor/a de campo e acadêmico/a é uma dificuldade que se tem no âmbito do Serviço Social há décadas e o preocupante que ainda a base de sustentação dessa relação recai sobre os/as estudantes que se tornam os únicos elos concretos entre Unidade de Formação Acadêmica e campo de estágio.

Lewgoy (2009) nos traz outro aspecto relevante no âmbito da supervisão de campo que diz respeito a sobrecarga de trabalho do profissional, encontramos essa dificuldade para o exercício da supervisão de campo na fala de Cláudio e Célia:

A dificuldade é a sobrecarga de trabalho acho que é um dos pontos primordiais que ouço até outros colegas aí falando né, eu chego, converso com os colegas da região é essa falta mesmo porque as funções nossas estão tão sobrecarregadas que a gente não dá o tempo adequado para os estagiários (Cláudio).

A questão do tempo por causa das diversas atividades do cotidiano profissional e tem que ter uma dedicação ao estagiário não dá pra colocar ele aqui na minha sala e fazer de conta que ele não está ali ou que ele procure aprender sozinho, não, é por isso que procuro sempre supervisionar um, dois no máximo estagiários e mesmo assim ainda é difícil porque a gente tem muito trabalho por aqui, o tempo todo (Célia).

A supervisão de estágio agrega atividades a mais a serem realizadas durante o cotidiano profissional e, além disso, não há remuneração para exercer tal atividade.

No campo de estágio essa relação é expressa pelo contrato de trabalho do assistente social com a instituição, e a supervisão de campo, atribuição privativa do profissional, precisa ser distribuída na carga horária constante nesse contrato. A ela é agregado o esforço físico e intelectual atribuído pelo assistente social na organização, no planejamento, na reflexão e no contato com a universidade no acompanhamento do estagiário, o que muitas vezes não ocorre pela exigüidade do tempo dispensado á supervisão, tornando-a assistemática (LEWGOY, 2009, p.126).

Outras situações somam-se a essas e dificultam o processo da supervisão de campo como o acúmulo de tarefas, falta de conhecimento e a atualização do/a supervisor/a ao contexto atual, bem como o local, um espaço condizente a discussão, reflexão durante a supervisão e o tempo que deve ser respeitado, deve ser planejado para que se possa alcançar o objetivo da supervisão, é necessário ter

essas condições asseguradas, caso contrário, a supervisão fica relegada apenas à formalidade.

Há uma questão que deve ser elucidado no âmbito da supervisão de campo: a construção do plano de estágio do/a estudante. Embora deve ser elaborado em conjunto com o supervisor/a acadêmico/a, é ao /a supervisor/a de campo que fica relegado à responsabilidade e o compromisso de apresentar ao estudante o Serviço Social na instituição, esclarecer o objetivo, o público-alvo, a natureza da instituição, as atividades desenvolvidas pelo/a assistente social, suas atribuições e competências profissionais, os instrumentos e técnicas utilizados, programas e projetos existentes, o planejamento da supervisão de estágio e objetivo da mesma, as manifestações da questão social presentes.

Porém, essas questões são apresentadas ao/a estudante verbalmente e não há o plano/projeto de trabalho do Assistente Social que materializa o trabalho a ser desenvolvido nas instituições.

Dessa maneira, o/a estudante apresenta dificuldades para elaborar o seu plano de estágio, que deve estar conectado com as atividades planejadas do/a Assistente Social e que através do plano/projeto de trabalho subsidiaria a compreensão, o entendimento do Serviço Social nesta instituição, mas Couto (2009, p.654) faz uma observação:

[...] o projeto de trabalho não é um mero instrumento e, muito menos, um manual a ser seguido; ele deve condensar as possibilidades e os limites colocados ao profissional para executar suas tarefas e deve iluminar sua constante avaliação da eficácia de seus instrumentos, técnicas e conhecimentos para atingir as metas propostas, que devem estar articuladas aos elementos presentes no espaço sócio - ocupacional, como também referendarem os compromissos profissionais.

Estes desafios perpassam o processo de supervisão e vale ressaltar que essa é uma atribuição privativa do/a Assistente Social, porém, não é uma obrigatoriedade exercê-la.

Quando o/a supervisor/a aceita esse desafio, ele assume um compromisso com a UFA e principalmente com a formação profissional do/a estudante, assim como, tem que existir “[...] condições necessárias para que as instituições possam efetivamente se configurar como campos de estágios” (OLIVEIRA, 2009, p.101).

As discussões sobre as dificuldades para a efetividade do estágio supervisionado centram-se nas questões sobre a organização e funcionamento, às condições do campo de estágio ou as condições institucionais para sua efetivação.

A realidade das instituições que se efetuam como campo de estágio nem sempre oferece condições necessárias para o desenvolvimento da atividade de estágio supervisionado como visto na citação acima e as suas próprias características limitam e dificultam o trabalho do/a assistente social, bem como o estágio.

Considerando essas dificuldades, o CFESS, através da Resolução nº 493 de 21 de agosto de 2006, dispõem sobre as condições éticas, técnicas do exercício profissional condizentes à Lei de Regulamentação da profissão e os preceitos contidos no Código de Ética Profissional, e resolve no artigo 1º, que:

[...] é condição essencial, portanto obrigatória, para a realização e execução de qualquer atendimento ao usuário de Serviço Social e a existência de espaço físico, nas condições que esta Resolução estabelecer.

E, no artigo 2º, determina que: “[...] o local de atendimento destinado ao assistente social, deve ser dotado de espaço suficiente, para abordagens individuais ou coletivas, conforme as características dos serviços prestados”. E ainda, no seu artigo 3º menciona que “[...] o atendimento efetuado pelo assistente social deve ser feito com portas fechadas, de forma a garantir o sigilo”.

No que tange ao exercício profissional é cabível também a supervisão de estágio em Serviço Social, e essa Resolução tanto atende às melhorias no atendimento à população usuária dos serviços prestados nas instituições, quanto à supervisão do/a estudante.

Nessa perspectiva, o processo de estágio não pode ser naturalizado, simplificado ou minimizado como a mera permanência ou visita do aluno a uma instituição. Ao contrário, deve ser concebido e materializado conjuntamente pelas instituições envolvidas, que detêm responsabilidades, deveres e compromissos perante a formação do estudante, os programas implementados e os usuários atendidos. Assim, a realização do estágio supervisionado com qualidade, o cumprimento das normas reguladoras e o respeito aos profissionais envolvidos requer o cumprimento de determinados procedimentos, tanto pela unidade de ensino, bem como pela instituição receptora do estagiário (BOSCHETTI, 2007, p. 07).

Em relação ao exercício da supervisão acadêmica, os desafios impostos pela reestruturação do capital e as condições de trabalho docente também são precarizadas, exige-se produtividade que submete a autonomia intelectual do/a docente, a capacidade criativa e as práticas pedagógicas relegadas à reprodução de tarefas e limites para operacionalizá-las (LEWGOY, 2009).

Como a sociedade está em constante movimento, é preciso situar a supervisão nesse espaço de transformações, diante das novas configurações postas ao exercício profissional, onde:

[...] relaciona-se à tentativa de decifrar e compreender esta realidade, em constante movimento, nas tendências e nas possibilidades que se colocam para o aluno-estagiário, assistente social de campo e supervisor acadêmico (LEWGOY; SCAVONI, 2002, p. 2).

Buriolla (2006) diz que a concepção de supervisão nunca estará acabada, ela vai se construindo, se configurando historicamente, a partir das determinações estruturais e contextuais à medida que os/as profissionais vão visualizando novas concepções de mundo e propostas de ação.

No processo de supervisão encontramos dificuldades em relação aos papéis desempenhados pelos sujeitos: estudante, supervisor/a de campo, supervisor/a acadêmico/a, inviabilizando a efetivação do estágio supervisionado, bem como o processo de ensino-aprendizagem do/a estudante.

De acordo com Oliveira (2003) em relação ao/a estudante, confunde-o como funcionário/a da instituição, pois o mesmo nem sempre realiza as atribuições específicas do Serviço Social. Sendo que ele/ela deve ser percebido como sujeito em processo de formação profissional devendo ser impulsionado ao desenvolvimento da criticidade, criatividade, etc., capaz de uma ação consciente pautada no projeto ético-político da profissão. Enfim, o/a estudante deve:

[...] ser percebido na condição de sujeito submetido ao processo de ensino, a quem deve ser propiciado conhecimentos e experiências que concorram e solidifiquem a sua qualificação profissional, mediante o enfrentamento de situações presentes na ação profissional (SILVA, 1994, p.153 apud OLIVEIRA, 2003, p. 53).

Em relação ao/a supervisor/a de campo, que se trata do/a Assistente Social inserido no contexto campo de estágio, é de sua responsabilidade acompanhar as atividades práticas do /a estudante, sendo a supervisão nem sempre sistematizada ou até mesmo inexistente como afirma Buriolla (2003). A esse respeito, a autora também acredita que não é todo/a profissional que pode exercer a supervisão, pois:

O exercício prático da Supervisão reclama do profissional que quer ou deve assumir esta função, um amadurecimento - o que significa que ele tenha competência profissional e adquira as qualidades, especialidades e habilidades imprescindíveis a esta ação supervisora. Neste sentido, requerem-se determinados critérios, requisitos, referências para o seu desempenho (BURIOLLA, 2003, p.156).

Ao mencionarmos essa responsabilidade do/a supervisor de campo, fica evidente certo equívoco, pois cabe a ele/ela acompanhar o/a estudante na dinâmica do cotidiano das instituições campo de estágio, as diversas manifestações da questão social presentes nas relações sociais e vida dos usuários dos serviços sociais.

Para isso, é imprescindível que o/a estudante tenha todo o aporte teórico-metodológico, técnico-operativo, ético-político para desenvolver as atividades no campo de estágio, bem como através da supervisão sistematizada, direta possa lhe propiciar a reflexão do fazer - profissional e a apreensão da unidade teoria-prática.

Em síntese, cabe ao supervisor de campo contribuir com o aluno na particularização da problemática que envolve ação profissional no tocante às especificidades dos organismos institucionais, o que exige uma apropriação ao projeto acadêmico-pedagógico do curso, em especial, às orientações adotadas no ensino da prática (IAMAMOTO, 1998, p. 206).

Em relação ao/a supervisor/a acadêmico/a, este é responsável pela articulação dos conhecimentos teóricos à prática profissional vivenciada no estágio, sendo realizada por um/uma professor/a assistente social do curso.

Entretanto, o/a supervisor/a acadêmico/a deve cumprir o papel de avaliador/a e orientador/a do estágio, direcionando os rumos teórico-metodológicos, ético-políticos, técnico-operativos do Serviço Social, relacionando-os à compreensão da realidade social.

Além disso, é ele/ela quem avalia as atividades desenvolvidas pelo/a estudante, porque é um procedimento didático-pedagógico de competência da Unidade de Formação Acadêmica.

O supervisor acadêmico e o supervisor de campo necessitam ter uma ação integrada, onde possam discutir as diretrizes e o percurso metodológico que orientam o processo de ensino, objetivando a qualificação/capacitação profissional do aluno-estagiário (OLIVEIRA, 2003, p. 55).

O/a supervisor/a de campo e acadêmico/a, numa perspectiva dialógica pode contribuir com o rompimento das dificuldades postas a efetivação da atividade de estágio supervisionado no âmbito das Unidades de Formação Acadêmica e campo de estágio, daí a necessidade de conhecerem seus respectivos papéis na formação profissional do/a estudante e atribuições para que seja assegurado o processo de ensino-aprendizagem.

Esta observação se faz presente na fala de Fernanda, supervisora acadêmica e sujeito da pesquisa quando se trata da relação supervisor/a acadêmico/a e supervisor/a de campo:

[...] quando o supervisor de campo faz parte da mesma instituição de ensino eu acho que é razoável agora quando o supervisor de campo né não tá né na área acadêmica e tá fora da instituição eu acho meio delicado e um pouco complexo porque a meu ver é que eles entendam primeiro qual é a função do supervisor acadêmico e qual é a função do supervisor de campo até pra poder auxiliar [...].

Através da fala de Fernanda, percebe-se a necessidade dos/as supervisores/as de campo e acadêmicos/as conhecerem e saberem qual papel desempenham no processo da atividade de estágio, sendo o/a supervisor/a acadêmico visto como subsídio para o/a supervisor/a de campo nas atividades realizadas no campo de estágio, é uma necessidade de reciprocidade, onde ambos ocupam o mesmo lugar no processo de ensino-aprendizagem do/a estudante.

Pelo exposto, fica claro que professores/as-supervisores/as, Assistentes Sociais supervisores/as de campo e estudantes são sujeitos situados num contexto histórico, cultural, social, caracterizados como agentes capazes de criticar e transformar a realidade que vivenciam.

Nesta lógica, o processo de supervisão é percebido, não como algo predeterminado e inalterado, mas como dinâmico, como lugar e tempo de concretização do ensino-aprendizagem. Pode ser compreendido como espaço de contradições, conflitos, mas também de realizações, de conquistas, de superação, de criatividade [...] (LEWGOY; SCAVONI, 2002, p. 04).

Atualmente contamos com autores/as, pesquisadores/as que estão dando sua significativa contribuição no repensar da prática do estágio e supervisão como elementos que compõem a formação profissional do/a Assistente Social.

Considera-se de grande valia e necessidade de seminários, debates, encontros, com o conjunto da categoria (CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO) com o objetivo de refletir a atividade de estágio supervisionado junto ao próprio movimento do Serviço Social.

2.3 Aspectos Legais do Estágio Supervisionado

A atividade de estágio é inerente aos cursos de nível superior, a cursos técnicos, profissionalizantes, ensino médio, ensino à distância, e para a normatização desses estágios há em vigor, a Lei nº 6.494/77²⁸ que foi regulamentada pelo decreto nº 87.497/82, de 18 de agosto de 1982, “que estabelece o conceito e as finalidades de atuação dos agentes de integração públicos e privados entre o sistema de ensino e os setores de produção, serviços, comunidade e governo” (CIEE, 2004, p. 04).

²⁸ Vale destacar que houve modificações em relação a normatização da atividade de estágio inerentes às profissões, sendo assim, a partir da Lei nº 11.778 de 25 de setembro de 2008, sancionada pelo presidente da República, Luis Inácio Lula da Silva, dispõe sobre o estágio de estudantes, altera a resolução do artigo 428 da consolidação das Leis do Trabalho-CLT, aprovado pelo decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996 revoga as leis 6494, de 1º de dezembro de 1977, 8859, de 23 de março de 1994, parágrafo único do artigo 82 da lei 9394 de 20 de dezembro de 1996 e artigo 6º da medida provisória nº 2164-41 de 24 de agosto de 2001. Nesse sentido, no seu artigo 10 inciso I, discorre acerca da carga horária de estágio realizada pelo aluno que não deve exceder à “[...] 4 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais, no caso de estudantes de educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional de educação de jovens e adultos”; e no inciso II: “6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, no caso de estudantes do ensino superior, da educação profissional de nível médio e do ensino médio regular”.

Outro aspecto relevante dessa lei diz respeito ao direito de férias do/a estagiário/a quando esse é remunerado no seu campo de estágio, isto é, quando recebe uma bolsa ou outra forma de contraprestação de serviços, sendo que em seu artigo 13, menciona: “é assegurado ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares”. Para maior conhecimento e detalhes acerca dessa lei, consultar a mesma que se encontra em anexo neste trabalho.

A referida lei traz considerações importantes acerca do estágio. O artigo 1º refere-se às condições das instituições para se oferecer essa atividade:

O estágio somente poderá verificar-se em unidades que tenham condições de propiciar experiência prática na linha de formação, devendo o estudante, para esse fim, estar em condições de estagiar, segundo disposto na regulamentação da presente lei.

O parágrafo 2º do mesmo artigo dispõe sobre o que este estágio deve propiciar ao/a estudante:

Os estágios devem propiciar a complementação do ensino e da aprendizagem a serem planejados, executados, acompanhados e avaliados em conformidade com os currículos, programas e calendários escolares, a fim de se constituírem em instrumentos de integração, em termos de treinamento prático, de aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano.

O decreto 87.497/82 traz ainda, no seu artigo 2º, a concepção do estágio curricular:

Considera-se estágio curricular, para efeitos deste Decreto, as atividades de aprendizagem social, profissional, cultural, proporcionados ao estudante pela participação em situações reais de vida e trabalho em seu meio, sendo realizada na comunidade em geral ou junto à pessoas jurídicas de direito público ou privado, sob a responsabilidade e coordenação da instituição de ensino.

No artigo 3º menciona a finalidade do estágio curricular:

O estágio curricular, como procedimento didático-pedagógico, é atividade de competência da Instituição de Ensino a quem cabe a decisão sobre a matéria e dele participam pessoas jurídicas de direito público e privado, oferecendo oportunidade a campos de estágio, outras formas de ajuda e colaborando no processo educativo.

Percebe-se que no primeiro artigo aponta para a concepção de ruptura entre teoria e prática, o estágio é concebido como momento de contato com a realidade, onde se efetua o trabalho profissional, não considerando as especificidades de cada profissão, pois esse Decreto Lei trata do estágio de forma geral.

A legislação delega às Unidades de Formação Acadêmicas a responsabilização pelo estágio, pois estas “[...] deverão regulamentar sobre a programação, orientação, supervisão, avaliação do estágio, carga horária, etc.” (BURIOLLA, 2006, p.16).

Nas instituições que se constituem como campos de estágio se concretizam a partir da existência de um instrumento jurídico onde estarão acordadas as condições de realização do estágio, bem como fica evidente em seu artigo 6º que a “[...] realização do estágio curricular, por parte dos estudantes, não acarretará vínculo empregatício de qualquer natureza” (BRASIL, 1982).

Vale ressaltar que através da Lei nº 6.494/77 e Decreto nº 87.497/82 o estágio não está sujeito à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), dispensando também o recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), o pagamento do 13º salário e das férias, bem como o recolhimento dos encargos sociais, como INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social) e PIS (Programa de Integração Social).

No tocante à regulamentação da atividade de estágio, há outra legislação em vigor, refere-se à Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que responsabiliza as UFAS a normatização do estágio.

Artigo 82- Os sistemas de ensino estabelecerão as normas para a realização dos estágios dos alunos regularmente matriculados no ensino médio ou superior em sua jurisdição.

Parágrafo único: o estágio realizado nas condições deste artigo não estabelece vínculo empregatício, podendo o estagiário receber bolsa de estágio, estar segurado contra acidentes e ter a cobertura previdenciária prevista na legislação específica (BRASIL, 2008).

Realizadas essas considerações, passa-se a compreender como acontece a organização do Estágio Supervisionado em Serviço Social, pois essa atividade é obrigatória no ensino da profissão, de caráter investigativo e interventivo.

A atividade de estágio supervisionado é obrigatória no Brasil desde a fundação das primeiras escolas de Serviço Social na década de 1930 e desde a primeira lei de Regulamentação da Profissão foi introduzida os aspectos sobre essa atividade, porém, como recorte delimitado para discussão do objeto de estudo nessa dissertação foi a partir década de 1990, nos reportaremos aos aspectos legais referentes a esse período, bem como se encontram em vigência.

Em 1993, o CFESS (Conselho Federal de Serviço Social) através da Resolução nº 273/93 que aprovou o novo Código de Ética Profissional do Assistente Social insere o conteúdo sobre estágio, que está disposto no Título II – Dos Direitos

e das Responsabilidades Gerais do/a Assistente Social, no artigo 4º, sendo vedado ao assistente social:

- d) compactuar com o exercício ilegal da Profissão, inclusive nos casos de estagiários que exerçam atribuições específicas, em substituição aos profissionais;
- e) permitir ou exercer a supervisão de aluno de Serviço Social em instituições Públicas ou Privadas, que não tenham em seu quadro Assistente Social que realize acompanhamento direto ao aluno estagiário (BRASIL, 2008).

No artigo 21º menciona que “[...] são deveres do Assistente Social: informar, esclarecer e orientar os estudantes, na docência ou supervisão, quanto aos princípios e normas contidas neste código”.

No ano de 1993 foi ainda, sancionada a Lei de Regulamentação da Profissão de Serviço Social, a Lei 8.662 de 07 de junho de 1993, que também se refere ao estágio supervisionado no artigo 5º, que diz respeito das atribuições privativas do/a assistente social no inciso VI, “[...] treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social” (BRASIL, 1993).

O artigo 14º determina especificamente sobre o estágio:

Cabe às Unidades de Ensino credenciar e comunicar aos Conselhos Regionais de sua jurisdição os campos de estágio de seus alunos e designar os Assistentes Sociais responsáveis por sua supervisão.
Parágrafo único: Somente os estudantes de Serviço Social, sob a supervisão direta de Assistente Social em pleno gozo de seus direitos profissionais, poderão realizar estágio de Serviço Social (BRASIL, 2008).

O Parecer CNE/CES 492/2001, homologado em 09 de julho de 2001, e estabelecido pela Resolução CNE/CESS em 15/2002, aprova as Diretrizes Curriculares pra o curso de Serviço Social e estabelece:

O Estágio Supervisionado e o Trabalho de Conclusão de Curso devem ser desenvolvidos durante o processo de formação a partir do desdobramento dos componentes curriculares, concomitantes ao período letivo escolar. O estágio supervisionado é uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio-institucional, objetivando capacitá-lo para o exercício profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Esta supervisão será feita conjuntamente por professor supervisor e por profissional do campo, com base em planos de estágio elaborados

em conjunto pelas unidades de ensino e organizações que oferecem estágio.

Em 2006, o Parecer CNE/CES 184/2006 de 07 de julho de 2006, propõe a carga horária mínima dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial, indicando a carga horária de 3000 horas para o Serviço Social, sendo que os estágios e atividades complementares não podem exceder a 20% do total.

A partir dos anos 2008, com os constantes desafios da formação profissional, que o estágio recebe destaque no debate da categoria, ganhando resolução própria para a sistematização da supervisão direta de estágio, trata-se da Resolução n. 533 de 29 de setembro 2008 sendo publicada no Diário Oficial da União em 1º de outubro de 2008.

Essa resolução objetiva o enfrentamento das lacunas postas a essa atividade inerentes ao processo de formação profissional do/a assistente social.

A Regulamentação da Supervisão Direta de Estágio é válida e significativa à medida que visa à qualidade do estágio supervisionado, reportando aos/as supervisores/as de campo e acadêmico/a às responsabilidades da supervisão sistemática, numa ação planejada e amplamente discutida, o que pressupõe “[...] a indissociabilidade entre teoria e prática ao reafirmar a necessária relação de cooperação e intercâmbio entre essas duas instâncias de formação no processo de construção do estágio” (BOSCHETTI, 2007, p. 12).

Nesse sentido, a Regulamentação da Supervisão Direta de Estágio procura consolidar o que preconiza o Código de Ética de 1993, a Regulamentação da Profissão acerca do estágio supervisionado.

Cabe destacar que essa Resolução diferentemente da Política Nacional de Estágio não houve discussão prévia com a categoria e não foi construída coletivamente.

Ela é considerada por muitos/as Assistentes Sociais que discute essa temática, bem como quem é supervisor/a de estágio, coordenador/a de estágio, coordenador de curso como arbitrária, é o que tem sido observado nos debates e eventos da categoria.

Ela é colocada de forma generalizada, ou seja, não reconhece as especificidades das Unidades de Formação Acadêmica o que dá subsídio para que os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) exerçam o caráter punitivo e

não fiscalizador das condições existentes do desenvolvimento da atividade de estágio nas UFAs e campos de estágio.

Um dos aspectos negativos presente na Resolução refere-se à quantidade de estudantes para cada supervisor/a²⁹, pois em muitas Unidades de Formação Acadêmicas (UFAs) existem os projetos de extensão á comunidade que se configuram como campos de estágio, como é o caso da Fundação Educacional de Fernandópolis (FEF).

Pela lógica de uma instituição privada a carga horária do/a supervisor/a nem sempre é condizente com a quantidade de estudantes, porém, são nesses espaços que se consegue garantir a supervisão direta, constante, haja vista que o/a supervisor/a está sempre presente no desenvolver das atividades.

Através de palestras com CRESS, fórum de supervisores, supervisão acadêmica e coordenação de estágio a fala dos/as estudantes é no sentido de que nos projetos de extensão o contato com o/a supervisor/a de campo é constante, o processo de orientação, reflexão, enfim, o processo de ensino-aprendizagem acontece de forma satisfatória.

Além disso, os projetos de extensão da FEF também é uma estratégia do curso para atender aos/as estudantes trabalhadores/as, porque seus horários são em pré-aula e aos finais de semana.

Essa estratégia não é a ideal, tal como mencionado no decorrer dessa dissertação, os desafios são muitos, mas não se pode negar essa realidade: o perfil dos/as estudantes da FEF e de muitas UFAs privadas são estudantes trabalhadores/as e necessariamente conciliam o estágio com o trabalho, o que deve se prezar é pela qualidade dessa formação profissional.

Em 2010 tem-se a Política Nacional de Estágio, que diferente da Resolução CFESS n. 533/2008 é caracterizada numa construção coletiva de sistematização do estágio supervisionado na luta pela formação profissional de qualidade articulada com demais discussões da categoria para enfrentamento do sucateamento da formação profissional, ampliação do ensino a distancia, mercantilização da educação.

Além das lógicas que polarizam a supervisão de estágio, tal como o estágio visto como trabalho onde se tem a contratação de estagiários/as pelas instituições

²⁹ A presente Resolução estabelece no máximo um/uma estudante para cada dez horas de trabalho do/a assistente social sob sua supervisão.

como mão-de-obra barata, a precarização do trabalho docente, porque se preconiza uma formação profissional que:

[...] na contra-corrente da colagem da formação profissional às leis do mercado, a formação deve dirigir-se para a construção de alternativas e estratégias profissionais que contribuam para a defesa dos interesses da classe trabalhadora. Tal direção opõe-se à redução da formação ao mero desenvolvimento da racionalidade técnico-instrumental, o que exige do estágio supervisionado curricular, possibilitar experiências que ultrapassem o entendimento exclusivo das novas demandas do mercado de trabalho, ampliando os horizontes da formação do profissional com o desenvolvimento de competências técnico-operativas, compromisso ético-político e sustentação teórico-metodológica [...] (ABEPSS, 2010, p. 10).

A PNE tem por objetivo oferecer parâmetros para a operacionalização da atividade de estágio nas UFAs de todo o país que deve estar em consonância com o projeto ético político profissional, uma vez que, para apreender o processo de formação profissional nos tempos atuais é preciso recorrer às transformações societárias tendo como pano de fundo o capitalismo imperante fazendo uma leitura crítica dessa realidade.

A PNE elenca as atribuições, os papéis de cada sujeito envolvido na atividade de estágio como o/a estudante, supervisor/a de campo e acadêmico/a em consonância às legislações: Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008, Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8.662/1993) e a Resolução CFESS nº533 de 29 de setembro de 2008.

Além desses sujeitos, a PNE reconhece a importância da Coordenação de Estágio em todas as UFAs, assim é indicada a necessidade de possuírem essa instância, pois é necessária uma esfera para gestar a política de estágio para que haja um direcionamento do mesmo com qualidade, devendo essa instância trabalhar articulado à coordenação de curso ou departamentos das UFAs.

Outro aspecto relevante diz respeito à supervisão acadêmica que deve acontecer em grupos com no máximo 15 estudantes e ser dividido por áreas de atuação profissional, com a realização de no mínimo 3 horas/aula semanais.

O Serviço Social atua numa correlação particular de forças, sob a forma institucionalizada e, reiterando, isso não é diferente no âmbito das UFAs, por isso, a materialização dos objetivos da PNE está permeada por imensos desafios que embora prevejam a qualidade no processo de formação profissional do/a assistente

social, pode-se indagar: a PNE possuirá legalidade, legitimidade nas UFAs, principalmente as privadas?

Essa indagação surge a partir dos enunciados, das estratégias de operacionalização cotidiana da atividade de estágio supervisionado, os quais são apresentados como orientações e isso não corroboram para que se tenha força política e possibilidades de mudanças.

Sabe-se que na lógica do ensino superior há uma conformação de gestão vinculada aos interesses dos empresários e de um novo mercado objetivando o lucro através da “mercadoria educação”, o que desvincula da preocupação de uma formação profissional com qualidade.

Vale elucidar que não se faz aqui a defesa do ensino privado, da mercantilização da educação, muito menos da precarização do trabalho docente e da formação profissional, mas não se deve negar essa realidade que tem sua gênese num processo de transformações societárias inerentes ao projeto neoliberal instaurado no Brasil, trazendo conseqüências nas condições de vida da classe trabalhadora.

Da mesma forma não podemos ignorar que o/a estudante de Serviço Social também faz parte dessa classe, como mencionado anteriormente e mais uma vez indaga-se: como garantir a supervisão acadêmica a esses/as estudantes? Ou, como garantir a supervisão acadêmica em grupo ou individual ao/a estudante trabalhador/a e que reside em município diverso do que estuda?

Claro está que esses constituem desafios que recaem sobre as UFAs, porém faz-se necessário a articulação com o CRESS, ABEPSS, visando

[...] a construção coletiva de enfrentamento dos desafios presentes na implementação com qualidade dos estágios supervisionados e no desempenho da Supervisão Direta de Estágio [...] (GUERRA; BRAGA, 2009, p.550).

Reflete-se que os desafios enfrentados cotidianamente pelos/as Assistentes Sociais docentes das UFAs, especialmente de âmbito privado, que se apropriem do projeto ético-político da profissão e das diretrizes curriculares para o enfrentamento e defesa da “perversa” lógica empresarial consubstanciada do ensino superior.

Considera-se viável o encaminhamento de ordem jurídica e legal envolvendo o conjunto CFESS, CRESS, ABEPSS, ENESSO para garantir a efetividade da PNE conforme debatido, construído e legitimado pela categoria.

Ao discorrer acerca das legislações que normatizam o estágio, tanto as gerais quanto as específicas do Serviço Social, percebe-se que as mesmas procuram qualificar os procedimentos efetivos à atividade de estágio supervisionado no tocante aos sujeitos envolvidos no processo de sistematização dessa atividade: UFAs, campo de estágio, supervisores/as (acadêmico/a e campo) e estudante.

Nesse aspecto, é pertinente que o/a estudante também possa compreender que o estágio como parte integrante no processo de formação profissional e, logo, no ensino-aprendizagem é essencial os aprimoramentos dos aportes teórico-metodológicos, ético-políticos, técnico-operacionais condizentes à profissão do Serviço Social.

O estágio permite a apreensão de conhecimentos, habilidades não podendo ser considerado apenas como espaço em que cumpre suas horas obrigatórias de estágio curricular.

A partir das considerações realizadas neste item, bem como as discussões realizadas até o presente momento, propiciarão subsídios acerca do processo da atividade de estágio e permitirão identificar os rebatimentos dessa atividade na formação profissional do/a estudante do curso de Serviço Social da FEF, o que será apresentado no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 3 NO CAMINHO DA INVESTIGAÇÃO: DESVELANDO O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE FERNANDÓPOLIS (FEF)

A dimensão investigativa é a dimensão do novo, pois questiona, problematiza, testa as hipóteses, permite revê-las, mexe com os preconceitos, estereótipos, crenças, superstições, supera a mera aparência, por questionar a aparência do real, é preciso ousar saber para ousar transformar (GUERRA; BRAGA, 2009, p. 714).

3.1 Conhecendo o Campo Empírico da Pesquisa: a Fundação Educacional de Fernandópolis (FEF)

A Fundação Educacional de Fernandópolis (FEF), pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro na cidade de Fernandópolis/SP, foi criada pela Lei Municipal nº 462, de 25/11/1976.

Seu primeiro estatuto foi decretado e promulgado pela Lei 555 de 28/07/1978. Tratava-se de uma entidade de utilidade pública (conforme Lei nº645/1979) e, por conta disso, recebeu a doação de bens imóveis, livres de quaisquer encargos, mais especificamente um prédio, bem como o terreno no qual estava situado este prédio, ambos localizados na Av. Américo Messias dos Santos, nº149.

A partir da anexação de terreno e prédios doados pela Prefeitura Municipal em 1986, a Fundação Educacional de Fernandópolis teve seu endereço alterado para Avenida Teotônio Vilela S/N, Campus Universitário.

A FEF obteve o credenciamento das Faculdades Integradas de Fernandópolis (FIFE) pela Portaria MEC nº. 3.753, de 12/12/2003, a criação e manutenção de dezenas de cursos técnicos e científicos e, por conseguinte, a formação de profissionais e a prestação de serviços a comunidade, bem como a manutenção da Escola Profissionalizante “Alberto Senra”.

Considerada assim como agente primordial do desenvolvimento local e regional. Essas conquistas referem-se ao longo de sua história, a qual será relatada de forma breve a seguir.

Desde meados da década de 1960, o Poder Público Municipal de Fernandópolis/SP mantinha uma escola (Colégio Comercial) dedicada a oferecer cursos profissionalizantes à população (Lei Municipal nº462, de 25/11/1962).

Em fins da década de 1970, foi cogitado o estabelecimento de uma instituição de Ensino Superior na cidade. Diante disso é que houve um avanço na proposta original, pois mediante ações da mantenedora (Fundação Educacional de Fernandópolis) é que foi promovida a instalação do curso superior de “Enfermagem e Obstetrícia”, mediante a criação da Faculdade de Enfermagem e Obstetrícia de Fernandópolis, em 1984.

Com o curso eram também organizados os primeiros laboratórios do que viria a ser as FIFE: Anatomia, Microscopia e de Enfermagem.

O Colégio Comercial foi substituído pela Escola Profissionalizante “Dr. Alberto Senra”, autorizada a funcionar pelo Parecer CEE Nº1. 108/1987. Tal como as FIFE, passou a Escola Profissionalizante “Dr. Alberto Senra” a ser mantida pela Fundação Educacional de Fernandópolis.

Atualmente, este estabelecimento de ensino presta serviços à comunidade local e regional, ao oportunizar uma dezena de cursos, caso de Técnico em Informática, Técnico em Enfermagem, Técnico em Segurança do Trabalho.

Em 1989, foi criada e instalada a Faculdade de Ciências e Letras de Fernandópolis, que passou a abrigar cursos de Letras, História e Geografia, postos em funcionamento em 1990.

Em decorrência destes cursos foram criados outros dois laboratórios: de Línguas e de Geologia vinculados aos cursos de Letras e de Geografia, respectivamente, bem como o Centro de Documentação e Pesquisa que surgiu em 2005, atrelado ao curso de História.

Em 1993 ocorreu a abertura de novos cursos, a saber: Ciências Econômicas, Pedagogia e Farmácia Bioquímica (implantados, de fato, em 1996. Assiste, então, um novo reaparelhamento da infra-estrutura das FIFE, tendo em vista a criação dos Laboratórios de Pedagogia Multidisciplinar, de Análises Clínicas e da Farmácia-Escola.

Pouco depois, por proposta da Presidência da Fundação Educacional de Fernandópolis é que foi criado o Centro de Aperfeiçoamento e Pós-Graduação (CAP-FEF), em 1994, de acordo com a Portaria FEF nº 37/1994.

Tal órgão surgiu com a responsabilidade de promover a melhoria da formação dos docentes das FIFE, bem como organizar cursos de extensão, capacitação e pós-graduação para os egressos e demais interessados.

Em 1994 houve a unificação das duas Faculdades já em funcionamento (Faculdade de Ciências e Letras e Faculdade de Enfermagem e Obstetrícia de Fernandópolis), o que resultou na criação dos Estabelecimentos de Ensino Superior Integrados de Fernandópolis (EESIF), conforme Ato Administrativo (Portaria FEF nº 76/96, prevista no Artigo 4º da Lei nº 1984, de 20/12/1994).

O referido ato foi homologado pelo Conselho de Curadores, em reunião de 04 de dezembro de 1996). Posteriormente, a denominação Estabelecimentos de Ensino Superior Integrados de Fernandópolis foi alterada para Faculdades Integradas de Fernandópolis (FIFE).

Com a unificação das duas Faculdades foram criados os cargos de Diretor e de Vice-Diretor Pedagógico, sendo realizadas as indicações para o exercício destes.

Na seqüência, expressaram os diretores das Faculdades Integradas de Fernandópolis a preocupação em promover a abertura de novos cursos. É daí que se explica a implantação dos cursos de Tecnologia em Processamento de Dados (1998, transformado em Sistema de Informação em 2001); Engenharia de Alimentos (1999) e Fisioterapia (1998).

Com a criação desses novos cursos houve investimentos em infra-estrutura física e tecnológica (Laboratórios de Informática, Clínica de Fisioterapia, bem como os Laboratórios de Produtos de Origem Animal, de Produtos de Origem Vegetal, de Hidráulica e Fenômenos de Transportes e de Análise Sensorial).

Mais tarde, em abril de 1999, três processos foram elaborados e enviados ao Conselho Estadual de Educação (CEE) solicitando a criação dos cursos de Ciências Biológicas (Modalidade Médica e Licenciatura, implantadas em 2000), Psicologia e Fonoaudiologia.

Todos esses cursos foram implantados efetivamente a contar de 2000 e provocaram ampliações salutaras na infra-estrutura das FIFE, já que novos laboratórios foram criados (de Audiologia, de Psicologia e Multidisciplinar de Estética).

A partir de 2003, atendendo às solicitações da Fundação Educacional de Fernandópolis, o MEC deliberou atos para a autorização de Funcionamento de novos cursos.

A lista nessa ocasião foi extensa: Administração (Bacharelado, com a Habilitação em Marketing); Engenharia Ambiental; Ciências Contábeis; Terapia Ocupacional; Nutrição; Serviço Social, Química (Licenciatura); Física (Licenciatura);

Matemática (Licenciatura), Educação Física (Licenciatura); Filosofia (Licenciatura); Comunicação Social (Habilitação Jornalismo); Produção Sucoalcooleira (Tecnológico) e Estética e Cosmética (Tecnológico). Com exceção de Física e Filosofia (ainda não vigentes), tais cursos foram implantados entre 2005 e 2008.

A implantação destes cursos motiva a criação de espaços técnicos e acadêmicos nas FIFE como: Empresa Júnior, Laboratórios de Mídia, Laboratório de Resíduos, Laboratório de Solos, Laboratório de Física, Núcleo de Atendimento Social, Rádio e Televisão, Laboratório de Nutrição e Técnicas Dietéticas, Laboratório de Matemática e Terapia Ocupacional, Sala de Ginástica Espelhada, entre outros. Parte desses espaços já foi ou está sendo construída.

No período de 2006 a 2010 a infra-estrutura que abrigava as Faculdades Integradas de Fernandópolis estava distribuída por três campi, mas a partir de 2011 essa infra-estrutura passa a ser oferecida num único campus situado na Av. Teotônio Vilela, s/n. Campus Universitário, o que também provocou diversas mudanças como a construção de salas de aula, ampliação da biblioteca, laboratórios de informática, serviços de Xerox, cantinas.

Atualmente as FIFE oferecem 32 cursos entre bacharelado, licenciatura e tecnólogos e conta com cerca de 5.000 estudantes regularmente matriculados³⁰, segundo informações da secretaria da FEF.

Durante essa caminhada histórica de expansão de cursos percebe-se o seu atrelamento à lógica mercantilista imperante da educação, sendo determinada “[...] pelas necessidades de formação de força de trabalho adequada ao desenvolvimento das forças produtivas do país quanto pela requisição de intelectuais orgânicos de diversos níveis [...]” (PEREIRA, 2008, p. 69).

Esses/as intelectuais orgânicos/as como cita a autora são considerados/as os/as reprodutores da ideologia dominante, ou seja, sua formação está voltada para atender, valorizar o capital e isso é visível nas Instituições de Ensino Superior privadas, visualiza-se essa busca pela expansão dos cursos que aos olhos capitalistas refere-se à expansão local e regional.

Esse aumento no número de cursos oferecidos pela FEF vai de encontro ao período de transformações no que tange ao Ensino Superior no Brasil a partir da

³⁰ Esse número de estudantes refere-se ao 1º semestre letivo de 2011.

década de 1990 e que se vê a continuidade nos dias atuais, ou seja, a lógica mercantilizada da educação.

O discurso governamental para a expansão do Ensino Superior, isto é, pela democratização do acesso a esse nível de educação se dá pela participação do setor privado presencial através da isenção fiscal que pode ser propiciada pelo Programa Universidade para Todos (PROUNI) (PEREIRA, 2008).

Na FEF o acesso aos cursos para os/as estudantes que encontram dificuldades em custear o valor total das mensalidades podem participar de alguns programas de financiamentos e bolsas de estudos, tais como: Financiamento Estudantil (FIES), PRAVALER, Programa Escola da Família que é um projeto do governo estadual e Programa de Bolsa de Assistência Socioeconômica Estudantil (BASEE), sendo este último conduzido por assistente social e estagiária remunerada em Serviço Social.

No entanto, a FEF objetiva oferecer formação voltada para o tripé ensino, pesquisa, extensão, envolvendo padrões éticos, morais que atendam as necessidades do futuro profissional (FUNDAÇÃO, 2007-2011, p. 7).

Cabe indagar se a região, se o município em que está instalada a FEF comporta esse número expressivo de estudantes e se o mercado de trabalho irá absorver os mesmos, embora se tenha estudantes de outros estados e quando os mesmos concluem o seu curso retornam a cidade de origem.

Segundo informações contidas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da FEF, o município de Fernandópolis/SP é o que mais se destaca na sua Região de Governo, no aspecto demográfico tem a maior densidade, 119,8 hab./Km², ou seja, número de habitantes por área entre os municípios, além, também, de ser o mais populoso com 64.538 habitantes segundo o IBGE em 2010. O município também se destaca pela taxa de urbanização, que é de 96,7%.

Fernandópolis/SP localiza-se na região noroeste do Estado de São Paulo, é sede de Região de Governo que compreende também os municípios de Populina/SP, Ouroeste/SP, Indiaporã/SP, Mira Estrela/SP, Turmalina/SP, Guarani d'Oeste/SP, Macedônia/SP, Pedranópolis/SP, Estrela d'Oeste/SP, Meridiano/SP e São João das Duas Pontes/SP.

Distante cerca de 555 km da capital, 120 km de São José do Rio Preto/SP, 80 km do limite com o Estado de Minas Gerais e 85 km do limite do Estado de Mato Grosso do Sul, são dos municípios citados acima e estado de Minas Gerais que

constituem majoritariamente os/as estudantes do curso de Serviço Social o que justifica, como veremos adiante que a quantidade de campos de estágio se concentram nos municípios vizinhos.

Há crescimento da indústria e comércio na economia de Fernandópolis/SP, porém, a agropecuária ainda é a principal fonte de dinamismo econômico da região (FUNDAÇÃO, 2007-2011, p.13).

A renda que movimenta o setor de comércio e serviços do município é proveniente da agricultura do próprio município e de sua região de governo.

Quanto à Educação, no município de Fernandópolis/SP há 23 estabelecimentos de ensino municipais, estaduais e privados.

O sistema municipal compreende estabelecimentos para atenção e educação de crianças desde os seis meses de idade até a idade da oitava série, devendo ser salientado que há uma escola agrícola para 5ª -8ª. Série.

O Estado mantém estabelecimentos de ensino fundamental, supletivo e um centro específico de formação e aperfeiçoamento do magistério e o sistema particular oferece todos os níveis de ensino, inclusive ensino superior em duas Instituições: as Faculdades Integradas de Fernandópolis, e a Universidade Camilo Castelo Branco (Unicastelo), com ofertas de carreiras para graduação compreendendo cerca de 80 habilitações nas áreas de agrárias, biológicas, educação, exatas e engenharias, ciências sociais aplicadas, saúde, lingüística, letras e artes, além da área tecnológica.³¹

Para a cidade de Fernandópolis/SP a vinda de pessoas de outros municípios tanto do estado de São Paulo como de outros para estudarem nas duas instituições de ensino favorecem a economia do mesmo, pois gera renda em diversos setores: imobiliário, comercial, alimentício.

AS FIFE propõem como missão:

Promoção da Educação, em nível superior, visando a formar cidadãos imbuídos de valores éticos que, com competência técnica, possam atuar no seu contexto social de forma comprometida com a construção de uma sociedade mais justa, solidária e integrada ao meio ambiente (FUNDAÇÃO, 2007-2011, p. 18).

³¹ Essas informações foram retiradas de: PREFEITURA, online).

O desdobramento da missão revela três componentes que norteiam e alimenta cada atividade, cada programa das FIFE: o fortalecimento da cidadania; a procura da autonomia intelectual ao fazer educação; e a valorização da produtividade no fazer científico e tecnológico.

No entendimento das FIFE, a cidadania se traduz no respeito às diferenças de credo, raça, cor, religião, opiniões e preferências.

A autonomia representa a aprendizagem autônoma de seus públicos, através da iniciativa e do exercício da liberdade.

A produtividade compreende o cultivo de aspectos facilitadores da sustentabilidade, tais como agilidade, flexibilidade, praticidade, eficiência, eficácia, integralidade e integracionalidade no fazer científico e tecnológico (FUNDAÇÃO, 2077-2011, p. 20).

Considerando esses aspectos e a necessidade de formar profissionais tecnicamente competentes e socialmente comprometidos, as FIFE têm a responsabilidade de formar o cidadão para conviver na sociedade em que se encontra respeitando o seu próximo, gerando condições de crescimento pessoal, social e cultural.

3.2 O Curso de Serviço Social na FEF

O curso de Serviço Social teve a autorização de funcionamento através da Portaria do MEC nº 954 de 30 de março de 2005.

A primeira turma a ingressar no curso foi em fevereiro de 2005 e um ano antes de formada, o curso teve seu reconhecimento pelo MEC através da Portaria nº 365 de 16 de maio de 2008, sendo publicado no Diário Oficial da União nº 94 em 19 de maio de 2008, seção 1, p. 56.

O curso está estruturado na forma seriado semestral com duração mínima de quatro anos e máxima de sete anos, oferecido em período noturno, com carga horária total mínima de 3.400 horas referente à matriz curricular vigente, de 2010.³²

³² É preciso mencionar que essa matriz curricular encontra-se em processo de revisão (no que tange a atividade de estágio supervisionado, justamente para atender as orientações contidas na Política Nacional de Estágio de 2010 sobre o início dessa atividade a partir do 5º período do curso, que anteriormente, no curso de Serviço Social da FEF iniciava-se no 3º período realizando estágio de observação e também será alterada a carga horária dessa atividade de 12% da carga horária total do curso para 15%.

Vale dizer que desde 2005 até o corrente ano as matrizes curriculares têm sido avaliadas e revisadas para que possam atender as necessidades da formação profissional do/a Assistente Social de acordo com a realidade social e as demandas da profissão, bem como as mudanças nas legislações específicas da atividade de estágio supervisionado, a qual tem sido modificada nessas matrizes curriculares como poderemos visualizar mais adiante.³³

O curso de Serviço Social na FEF busca formar profissionais capazes de atender as demandas da sociedade contemporânea, um/uma profissional que possa conhecer, analisar, refletir, estabelecer estratégias, bem como intervir com seriedade ética, política e profissional.

Nessa perspectiva, é que a formação profissional do/a estudante do curso de Serviço Social da FEF está voltada para abarcar os aspectos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operacionais, além de compreender a profissão como processo histórico, possuidora do projeto de formação profissional condizente ao projeto ético-político da profissão.

Tem por finalidade formar Assistentes Sociais capacitados/as, propositivos/as para intervirem junto às manifestações da questão social presentes no cotidiano da população usuária do Serviço Social.

Para a garantia do tripé ensino-pesquisa-extensão contemplado no Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da FEF foi construído o Núcleo de Supervisão Acadêmica e Formação Profissional em Serviço Social que congrega elementos fundamentais para o ensino, pesquisa e extensão.

O Núcleo de Supervisão Acadêmica e Formação Profissional em Serviço Social da FEF é a porta de entrada para trabalhar esses elementos acima mencionados, faz parte da estrutura do curso, nos seus aspectos da coordenação pedagógica, do setor de estágio, dos programas de extensão à comunidade que possui projetos em execução.

Esses projetos são uma proposta do curso para atender também a demanda dos/as estudantes por campos de estágio em horários alternativos como pré-aulas e finais de semana, considerando o perfil desses/as estudantes, que são trabalhadores/as e do curso, que é noturno.

³³ A carga horária total do curso na matriz curricular de 2005 era de 3710h; na matriz curricular de 2007A: 3.080h e 2007B: 3360h; Matriz 2008A: 3.000h e 2008B: 3340h.

Esse Núcleo constitui-se num um espaço onde os/as estudantes podem estudar, organizar, planejar, discutir e se capacitar para o desenvolvimento e atendimento das demandas da comunidade fernandopolense e região, sob a supervisão acadêmica dos/as professores-assistentes sociais do curso.

A estrutura deste Núcleo funciona articulada com todas as instâncias entre a coordenação de curso, de estágio e a estrutura pedagógica da FEF.

As atividades deste Núcleo estão em desenvolvimento desde o segundo semestre de 2006 no que se refere ao eixo Programa de Extensão a Comunidade sendo realizado através dos Projetos:

√ Arte de Educar, que se configura no eixo família, criança e adolescente é um espaço de formação, capacitação, pesquisa e intervenção na temática Violência Doméstica contra criança e adolescente;

√ Kanoni que se configura no eixo Conselho de Direito em Fernandópolis/SP;

√ Grupo de Estudo/Pesquisa/Assessoria em Políticas Públicas - GEPAPP atividades desenvolvidas no que se tange à elaboração de indicadores sociais, dados da realidade de Fernandópolis/SP e região para o conhecimento da área social;

√ Clínicas-Integradas da FEF que se configura na área da saúde, nesse espaço há uma articulação dos conhecimentos entre as áreas dos saberes e desenvolve um trabalho em equipe multidisciplinar e interdisciplinar.

É no Núcleo de Supervisão Acadêmica e Formação Profissional que o planejamento destas atividades com estudantes, supervisores/as de campo, comunidade interna e externa da FEF se realiza, podendo ser utilizado pelo corpo docente do curso, coordenação pedagógica do mesmo, de estágio, supervisores/as acadêmicos/as para discussão e organização de outras atividades, tais como:

- ✓ Atividades Complementares;
- ✓ As Oficinas Pedagógicas;
- ✓ Semana Acadêmica do Serviço Social;
- ✓ Cursos de Extensão;
- ✓ Programa de Incentivo a Pesquisa (PIP/FEF);
- ✓ Coordenação de Estágio;
- ✓ Reunião de supervisores/as de estágio;

✓ Arquivo de documentos de estágio dos/as estudantes realizado pelo setor de estágio.

Para compreender o lugar do estágio supervisionado no curso de Serviço Social da FEF, bem como a totalidade da formação profissional faremos um percurso pelo Projeto Político Pedagógico do Curso (PPPC) que visa atender ao perfil profissional proposto pelas Diretrizes Curriculares de 1996 da ABEPSS.

3.2.1 Apresentação e Justificativa do PPPC do Curso de Serviço Social da FEF

O PPPC é um instrumento de planejamento, sistematização e avaliação do processo de ensino-aprendizagem do/a estudante no curso considerando suas demandas e necessidades em âmbito local e regional, visando uma formação profissional crítica.

Além de capacitar o/a estudante para entender o processo de constituição do complexo social na sociedade capitalista, conferindo-lhe um preparo teórico-metodológico, ético-político e técnico-operacional, a fim de formular proposta ao enfrentamento das várias formas de manifestação da questão social e o desrespeito aos direitos sociais, políticos, econômicos, culturais, étnico-raciais, bem como a superação de qualquer forma de preconceito conforme preconizado no projeto ético-político da profissão.

O PPPC³⁴ foi construído e é (re)construído pelos/as responsáveis do fazer pedagógico do curso, ou seja, coordenador/a, docentes e estudantes e nele constam indicativos para “[...] pensarmos o futuro como um processo pelo qual o novo seja sempre imperativo de novas reflexões coletivas” (FUNDAÇÃO, 2008-2009, p.11).

A formação profissional dos/as estudantes do curso de Serviço Social da FEF é pautada numa perspectiva social crítica que possibilita a articulação dos conteúdos estudados com vivência na prática propiciando o exercício da *práxis*. O curso tem como concepção a *práxis* social desenvolvida no processo da formação profissional, em sua totalidade.

³⁴ Até o presente momento há duas versões do PPPC, a primeira versão data de 2006-2007, elucidando que sua (re) elaboração trata-se de um processo contínuo, de acordo com as mudanças que acontecem no curso, pois se constitui um processo reflexivo da formação profissional do/a assistente social o que justifica no ano de 2011 sua revisão que se encontra em andamento.

A proposta político-pedagógica presente no PPC está em consonância com os “[...] anseios da sociedade, as necessidades dos sujeitos e do grupo social em que se insere a instituição de ensino” (FUNDAÇÃO, 2008-2009, p. 9).

Tem-se como premissa a busca por qualidade no ensino que poderá se refletir na práxis individual e coletiva dos sujeitos que dela participam, bem como se vislumbra uma formação profissional onde o/a graduando/a tenha condições de atuar com competência teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa no espaço institucional.

Encontra-se no PPC a articulação com o Projeto de Desenvolvimento Institucional - PDI e Projeto Pedagógico Institucional - PPI no que concerne às políticas voltadas para a graduação, buscando a qualificação, a dinamização, a diversificação e a ampliação de oportunidades que resultem na melhoria da qualidade acadêmica e de sua contribuição ao desenvolvimento científico, tecnológico e social nas regiões de sua abrangência.

Procuram-se trabalhar com currículos flexíveis, possibilitando aproveitamento de estudos e de competências, bem como a inserção do/a estudante na vida profissional, enquanto dá continuidade à sua formação acadêmica (FUNDAÇÃO, 2008-2009, p.12).

A formação profissional no curso de Serviço Social da FEF também propicia a formação do/a estudante como cidadão participativo da seguinte maneira:

- ✓ priorizando a integração do ensino, da pesquisa e da extensão;
- ✓ priorizando a formação de profissionais cidadãos socialmente responsáveis e empreendedores nas diferentes áreas do conhecimento, aptos à participação no desenvolvimento da sociedade em que interagem;
- ✓ aprimorando a qualidade do estudante, no que se refere à formação da atitude científica, que se reflita no preparo profissional capacitado a enfrentar os desafios que se impõem à sociedade contemporânea (FUNDAÇÃO, 2008-2009, p.13).

O fazer pedagógico no curso de Serviço Social é realizado de forma coletiva, participativa entre os sujeitos envolvidos nesse processo educativo, ou seja, estudantes, docentes, coordenador/a de curso, direção acadêmica num processo contínuo e avaliativo do processo de ensino-aprendizagem para que se possa atender a formação profissional crítica, ética, política condizente com as Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996.

O perfil do/a egresso/a proposto pelo curso é aquele que através de uma formação generalista possa atuar com competência nas variadas expressões da questão social, investigando e intervindo por meio de políticas sociais públicas, privadas e de organizações da sociedade civil e movimentos sociais.

É um perfil comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do/a Assistente Social e Lei n.8662/93 de Regulamentação da Profissão, bem como seja dotado de competências e habilidades coerentes com as preconizadas na Lei 8662/93 e no Código de Ética dos/as Assistentes Sociais nos seus artigos 4º e 5º.

3.2.2 Objetivos e Diretrizes da Formação Profissional

Neste item no PPC, encontra-se o objetivo central do curso de Serviço Social:

Possibilitar a formação crítica do profissional de Serviço Social, capacitando-o a entender o processo de constituição do complexo social na sociedade capitalista, conferindo-lhe um preparo teórico-metodológico, ético-político e técnico-operacional para o enfrentamento das manifestações da questão social (FUNDAÇÃO, 2008-2009, p.13)

E como objetivos específicos:

- Possibilitar ao aluno conhecimento de formulação de propostas e políticas sociais de enfrentamento das várias formas de manifestação da questão social através da identificação do desrespeito aos direitos sociais, políticos, econômicos, culturais, étnico-raciais, bem como a superação de qualquer forma de preconceito conforme preconizado no projeto ético-político da profissão;
- Possibilitar a articulação dos conteúdos estudados com vivência na prática, resultando constantemente a unidade teoria-prática, propiciando o exercício da *práxis* (FUNDAÇÃO, 2008-2009, p.13).

Para garantir os objetivos propostos para o curso de Serviço Social da FEF, o mesmo está sustentado por uma lógica curricular que assegura a formação dos/as profissionais com o perfil pretendido, bem como a estrutura curricular está indissociavelmente ligada ao tripé do processo de construção do conhecimento no meio universitário, ou seja, o processo de ensino, pesquisa e extensão.

O currículo no curso de Serviço Social está parametrado ao conjunto de conhecimentos mínimos indispensáveis à formação profissional do/a assistente social a partir de três núcleos de fundamentação, a saber: núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social, núcleo de fundamentos da formação sócio histórica da sociedade brasileira e núcleo de fundamentos do trabalho profissional, tais núcleos³⁵ concretizam-se em suas respectivas disciplinas com seus conteúdos indissociáveis.

O currículo do curso também contempla as atividades: Estágio Supervisionado e Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), bem como as Atividades Complementares. Essas atividades possuem regulamento próprio no âmbito do curso na FEF, mais adiante trataremos de tecer acerca da atividade estágio supervisionado com base no PPPC e Regulamento da mesma.

Identifica-se no PPPC que o Curso de Serviço Social da FEF com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais (Parecer CNE/CES n. 492/2001) está organizado numa lógica que busca superar as fragmentações do processo de ensino e aprendizagem.

Abre-se caminhos para a construção de conhecimentos como experiência concreta no decorrer da formação profissional garantindo flexibilização coerente com a dinâmica da sociedade frente às exigências contemporâneas e avanços tecnológicos.

A flexibilidade da matriz curricular integra o ensino das disciplinas teórico - práticas com demais componentes curriculares como oficinas, seminários temáticos, estágio supervisionado, atividades complementares, como citado anteriormente, bem como as disciplinas semipresenciais que complementam e atualizam a formação profissional no âmbito institucional.

A modalidade do ensino semipresencial é regulamentada pela lei vigente através da portaria nº 4.059/04 e na Fundação Educacional de Fernandópolis.

Utiliza-se da tecnologia de informação, permitindo o acesso de grande parte dos/as estudantes através da internet, redes de computadores, teleconferências, ou videoconferências objetivando ampliar o potencial cognitivo e estimulando o/a estudante a ser autônomo/a para conduzir o seu conhecimento no seu ritmo e conforme sua necessidade ou interesse (FUNDAÇÃO, 2008-2009, p.20).

³⁵ Esses núcleos foram apresentados no capítulo I da presente dissertação. C.F item 1.2.

A Fundação Educacional de Fernandópolis iniciou o ensino semipresencial nos seus cursos de graduação com disciplinas pertencentes ao núcleo de formação geral. Essas disciplinas semipresenciais não ultrapassam 20% (vinte por cento) de carga total do curso.

No ensino semipresencial existem momentos presenciais e a distância. Nos momentos presenciais destacam-se as avaliações e o núcleo de atendimento FEF Virtual, localizado no bloco 3, sala 4. Nos momentos à distância, destacam-se as atividades quinzenais, fórum de discussão, vídeos, material didático interativo, videoconferências e os CDs que são distribuídos ao estudante a cada início do semestre letivo.

As disciplinas semipresenciais são disponibilizadas no site da FEF dentro do Portal FEF Virtual. Nesse ambiente estão disponíveis materiais didáticos interativos, sugestões de vídeos, links, textos complementares, fórum de discussão, quadro de aviso e atividades que contam como um dos critérios de avaliação.

Essas atividades são desenvolvidas pelo/a estudante de acordo com sua disponibilidade, ou seja, podem ser realizadas no horário contrário das aulas presenciais, aos finais de semana.

As atividades desenvolvidas pelo/a estudante são avaliadas num processo contínuo, sistemático e integral de acompanhamento e julgamento do nível no qual o/a mesmo/a se encontra em relação ao alcance dos objetivos desejados na formação da disciplina, indissociável da dinâmica de ensino e aprendizagem.

Obtêm diagnósticos periódicos do desempenho do/a estudante em relação à transmissão/assimilação e construção/produção dos conhecimentos, competências, habilidades e atitudes desejadas, possibilitando o re-planejamento das ações sempre que necessário (FUNDAÇÃO, 2008-2009, p. 21).

É perceptível que essa estratégia de flexibilização curricular, embora seja oferecida nas disciplinas de formação geral tende a precarizar ainda mais o processo de formação profissional, uma vez que o/a docente responsável pela mesma, aqui considerado como tutor/a da disciplina, pode ter qualquer formação, além disso, o/a estudante precisa desenvolver sua “autonomia”, “aprender de acordo com seu ritmo e interesse”.

Porém, o que se presencia através dos contatos com os/as estudantes em sala de aula, é o descontentamento dos/as mesmos/as em relação a essa modalidade, devido a diversos fatores: dificuldade de acesso a internet, pois nem

todos/as possuem computador em suas residências, dificuldade em navegar pela internet por não saberem como utilizar essa ferramenta e a própria dificuldade de compreender, assimilar os conteúdos das aulas, o que formará um hiato nessa formação profissional, uma vez que nem todos os conteúdos necessários serão assimilados, absorvidos pelos/as estudantes.

Além desse hiato na formação profissional, percebe-se também a precarização nas relações de trabalho, onde dois, três docentes – considerados os/as tutores/as das disciplinas - são responsáveis por um grande número de estudantes, além das diversificadas disciplinas que precisam “dar conta”.

Claro está que para a UFA essa estratégia de flexibilização curricular significa retenção de gastos, ou seja, não precisa ter um/uma docente em sala de aula para cada disciplina, assim não há despesas com esse/a docente, como salário e todos os encargos sociais.

Na presente dissertação elucida-se a luta da categoria profissional contra o Ensino a Distância, mas e a modalidade semipresencial que está se tornando constante?

É imprescindível que essa lógica de ensino também faça parte das pautas de discussões da ABEPSS- pois essa modalidade também se faz presente no curso de Serviço Social - que necessitará de diálogo com as demais áreas do conhecimento para que juntos travem a luta contra essa formação profissional precarizada.

3.2.3 Avaliação do Processo de Ensino-Aprendizagem

Neste item no PPPC encontra-se como é realizada a avaliação do processo de ensino-aprendizagem do/a estudante, sendo este através das disciplinas e atividades que compõem o currículo através da frequência e aproveitamento nas mesmas.

A avaliação é expressa em notas e médias, em escala de 0 (zero) a 10 (dez). Em relação à frequência, o/a estudante que obter menos que 75% (setenta e cinco por cento), será considerado/a reprovado/a na disciplina, independentemente de sua média de aproveitamento.

A avaliação do desempenho do/a estudante em cada uma das disciplinas, módulos ou área de estudos, atividades, estágios e trabalho de conclusão de curso é

feito por meio de procedimentos que comprovem assiduidade e aproveitamento dos estudos realizados pelo mesmo (FUNDAÇÃO, 2008-2009, p. 20).

O processo avaliativo também atende a critérios institucionais, quais sejam:

I. AV1 – proveniente do resultado das avaliações realizadas no 1º bimestre.

II. AV2 – proveniente do resultado das avaliações realizadas no 2º bimestre.

III. MS – Média semestral proveniente da média aritmética entre AV1 e AV2.

O/a estudante estará aprovado se atingir a Média igual ou superior a 7,0 (sete), e que tenha, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) de freqüência nas atividades presenciais, caso contrário fará Exame na época prevista no Calendário Escolar e terá que atingir a nota igual ou superior a 5 (cinco) para ser aprovado na disciplina.

Caso isso não aconteça o/a estudante ficará em Dependência dessa disciplina e terá que cursá-la novamente no semestre posterior.

A avaliação do/a estudante nas disciplinas semipresenciais é composta das atividades virtuais e a avaliação presencial. As atividades virtuais compõem 50% (cinquenta por cento) da nota e a avaliação presencial os outros 50% (cinquenta por cento).

As atividades e avaliações são divididas em duas partes, chamadas AV1 e AV2. A nota do/a estudante é composta da média das duas maiores notas (selecionadas dentre as três atividades virtuais) somada à nota da avaliação presencial, dividida por dois.

As atividades complementares, o Trabalho de Conclusão de Curso e o estágio, têm suas atividades desenvolvidas e avaliadas de acordo com o regulamento próprio aprovado pelo Colegiado de Curso.

3.2.4 Organização Curricular

As matrizes curriculares³⁶ no curso de Serviço Social foram pensadas a partir das Diretrizes Curriculares de 1996 e são (re) avaliadas para que atenda as demandas da profissão e sejam dinamizadas de acordo com a realidade social para que o/a futuro/a Assistente Social possa ter uma inserção crítica e criativa na área profissional.

É relevante destacar que o recorte temporal para este estudo e pesquisa de

³⁶ Para fins de conhecimento de tais matrizes curriculares, consultar em anexo.

campo foi de 2006 a 2010, por isso é necessário mencionar que a primeira matriz curricular, a de 2005 tinha uma carga horária de 3.710 horas, contemplando a atividade de estágio supervisionado com 450 horas e atividades complementares com carga horária de 60 horas.

No presente projeto pedagógico do curso de Serviço Social da FEF (2008-2009) abrange a matriz curricular publicada em 2007 com atualizações a partir do 7º semestre do curso, matriz curricular 2008 vigente estruturada em conformidade com o parecer CNE/CES n. 184/2006 que se refere à carga horária mínima dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial e também contempla disciplinas semipresenciais.

Será apresentado brevemente o processo de revisão de tais matrizes curriculares. No final de 2006 o corpo docente do curso de Serviço Social da FEF, juntamente com a Direção Pedagógica iniciou um processo de revisão curricular em conformidade com o parecer CNE/CES n. 184/2006.

Foi redefinida a carga horária do Estágio Supervisionado (15% da carga horária total do curso, distribuídos pelos semestres-) e as Atividades Complementares de 60 horas (matriz 2005) para 150 horas (matriz 2007).

Além disso, o processo de revisão possibilitou estruturar as matérias das disciplinas de forma distributiva garantindo o aprendizado articulado dos conteúdos sem condensá-las com carga horária elevada num mesmo semestre.

A matriz curricular foi então revista com base no projeto pedagógico autorizado pelo MEC, nas Diretrizes Curriculares do Curso que como citado anteriormente define 03 (três) núcleos de fundamentação para formação profissional.

Foi revisada também no que diz respeito ao núcleo básico/geral de disciplinas para os cursos da FEF que visam formar além de profissionais, cidadãos com perfil humanista, crítico, ético, investigativo e empreendedor, articulado com os avanços tecnológicos e as discussões sobre os impactos sócio-ambientais no âmbito mundial (FUNDAÇÃO, 2008-2009, p.23).

Após a implantação da matriz em 2007 durante seu andamento (em 2009) observou-se a importância de ampliar a carga horária de disciplinas específicas do curso atendendo as mudanças da sociedade que influenciam diretamente na profissão de Serviço Social e concomitantemente na formação profissional do/a Assistente Social.

Com isso as disciplinas de Política Social V, Serviço Social e Realidade Regional, Processos de Trabalho e Serviço Social II do 7º semestre e as disciplinas de Política Social VI, Processos de Trabalho e Serviço Social III e Seminários Temáticos do 8º semestre, passaram de 40h/a para 80h/aulas. Logo, a carga horária geral do curso também ampliou de 3.080h para 3.360h, caracterizando uma ampliação de 280horas nos conteúdos curriculares.

Com base na compreensão de garantir uma formação profissional flexível conforme orientações das Diretrizes Curriculares do Serviço Social e MEC, coerente com a dinâmica da sociedade frente às exigências contemporâneas e avanços tecnológicos, o curso de Serviço Social da FEF acompanhando a constante avaliação e atualizações do processo de formação profissional no âmbito institucional, foi revisada a matriz curricular 2008 no 2º semestre letivo de 2009.

Atende-se nesta perspectiva as orientações acerca da carga horária mínima dos cursos de graduação em conformidade com o parecer CNE/CES n.184/2006 e a modalidade do ensino semipresencial regulamentada pela lei vigente portaria nº 4.059/04 conforme apresentado anteriormente.

A revisão se efetivou a partir do 3º período do curso com o propósito de superar as lacunas dos dias letivos compostos de disciplinas semipresenciais, ou seja, consolidando uma matriz curricular com aulas presenciais de segunda à sexta-feira, e ficando as disciplinas semipresenciais como estratégia pedagógica de complementação da formação profissional.

A matriz curricular de 2008 revisada para 2010 acresce as disciplinas: 5º semestre: Supervisão Acadêmica III; 6º semestre: Administração e Planejamento Social, Serviço Social e Relações de Gênero; 7º semestre: Gestão Social.

Nesta organização curricular também é apresentado a proposta de matriz curricular para os ingressantes em 2010, que traz atualizações concernentes com as legislações sociais e resoluções específicas que regem a formação profissional contemporânea no âmbito das políticas sociais públicas, do estágio e supervisão direta em Serviço Social.

A matriz curricular 2010 inova no âmbito da flexibilização curricular colocando em pauta matérias que tratam dos novos espaços sócio-ocupacionais do/a Assistente Social.

É importante destacar que o processo de revisão curricular é realizada mediante aprovação da Direção Acadêmica da FEF, bem como deve ser aprovada

pelo colegiado do Curso de Serviço Social.

Neste item do PPC constam o ementário e as bibliografias que devem ser utilizadas nas disciplinas, das quais os/as docentes se apropriam para a construção do plano de ensino que é socializado com os/as estudantes a cada início do semestre letivo.

Além das disciplinas têm-se as atividades complementares que permitem o aproveitamento dos conhecimentos adquiridos pelo/a estudante em atividades de iniciação científica, monitoria, extensão, estágio não-obrigatório, participação em eventos científicos ou culturais, disciplinas (presenciais ou semipresenciais) pertencentes a outros cursos da Instituição ou de outras instituições de ensino superior, ou em programas ou cursos oferecidos por organizações empresariais. As atividades complementares são:

[...] caracterizadas pelo conjunto de ações de formação que proporcionam o enriquecimento acadêmico, científico e cultural necessário à constituição das competências e habilidades requeridas aos profissionais das diferentes áreas do conhecimento, para todos seus cursos que as incluem em sua matriz curricular, com carga horária estabelecida no Projeto Pedagógico de cada curso, sendo o seu integral cumprimento indispensável para a colação de grau (FUNDAÇÃO, 2008-2009, p. 80).

Além disso, essas atividades embora sejam consideradas como componentes curriculares o seu status não caracteriza uma disciplina e não obedece aos requisitos necessários para sua integralização, observando-se apenas o cumprimento da carga horária total estabelecida no projeto pedagógico de curso e no seu próprio Regulamento.

Em relação ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), esse se constitui como requisito para conclusão do curso e obtenção do diploma. É nesse momento que o/a estudante apreende a dimensão investigativa da profissão, pois a partir dele desvela a realidade e constroem-se novos conhecimentos.

Deve ser entendido como síntese e expressão da totalidade do processo de formação profissional, sendo o momento onde o aluno sistematiza o conhecimento resultante de indagações teóricas geradas muitas vezes na prática de estágio ou em situações por ele vivenciadas no decorrer do curso (FUNDAÇÃO, 2008-2009, p. 83).

O TCC pode ser desenvolvido em dupla ou individualmente, a elaboração do projeto é realizado no 6º semestre com orientações específicas de um/uma docente assistente-social para sua construção via a disciplina de Pesquisa em Serviço Social e desenvolvido a partir do 7º semestre.

No 7º semestre o/a estudante passa por uma banca de qualificação composta pelo/a orientador/a do trabalho - docente do curso de Serviço Social -, o docente da disciplina e um docente do curso que é convidado. Nessa banca o/a estudante apresenta as suas produções até o presente momento e ao término do 8º semestre apresenta o trabalho completo.

A elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso obedece a padrões e exigências metodológicas e acadêmicas científicas, conforme regulamento próprio.

A atividade de estágio supervisionado é obrigatória e o seu cumprimento também é um dos requisitos para obtenção do diploma pelo/a estudante. Essa atividade no curso de Serviço Social da FEF é sistematizada de acordo com as leis vigentes, tanto as específicas da profissão como a Lei Federal 11.788 que regem todos os estágios, bem como o próprio regulamento.

Realizada a apresentação do PPPC, será discutida no próximo item a atividade de estágio supervisionado no curso de Serviço Social da FEF, como essa vem sendo gestada no curso e suas particularidades com base no PPPC e Regulamento de Estágio, pois se trata do objeto de estudo da pesquisa.

3.3 O Estágio Supervisionado no Curso de Serviço Social da FEF

De acordo com o Projeto Pedagógico do Curso, o estágio supervisionado é uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do/a estudante no espaço sócio-institucional, tendo como objetivo capacitá-lo/a para o exercício do trabalho profissional, pressupondo a supervisão sistemática.

O estágio é concebido pelo curso, como “[...] aprendizagem do fazer concreto do Serviço Social, voltando-se para uma ação vivenciada, reflexiva e crítica, devendo, portanto ser planejado gradativo e sistematicamente” (FUNDAÇÃO, 2008-2009, p. 82).

Conforme preconizado no regulamento de estágio, para a inserção do/a estudante no campo de estágio é necessário que haja a celebração do Termo de Compromisso entre o estudante e campo de estágio (concedente) através do setor

de estágio do curso de Serviço Social da FEF, além de haver a celebração do Termo de Convênio com as instituições públicas, privadas, terceiro setor, quando necessário.

Ressalta-se que para a abertura de campo de estágio é necessário previamente o contato com o /a assistente social da instituição para fins de conhecimento do trabalho profissional, as perspectivas para o estágio supervisionado e o processo de supervisão.

Para isso é solicitado o plano de trabalho do/a Assistente Social na instituição, conforme preconiza a Resolução CFESS 533, no seu artigo 4º que cabe “[...] ao supervisor de campo apresentar projeto de trabalho à unidade de ensino incluindo sua proposta de supervisão, no momento de abertura do campo de estágio”.

Essa atividade é avaliada e sistematizada através das documentações entregues obrigatoriamente ao setor de estágio pelos/as estudantes, como termo de compromisso, relatório, plano de estágio, avaliação do supervisor de campo, instrumental de anotações das horas de estágio, declaração de cumprimento de carga horária de estágio assinada por todos envolvidos no processo dessa atividade, comprovante de matrícula no semestre letivo, apólice de Seguro de Vida.

O diário de campo também constitui um dos instrumentos para a elaboração das reflexões, questionamentos, dúvidas, do/a estudante em relação ao desenvolvimento da atividade de estágio, a partir dele se elabora os relatórios, pesquisas, etc, este não é entregue ao setor de estágio.

Esses documentos são avaliados e revisados constantemente pela coordenação de estágio e coordenação do curso para que se possa atender, compreender e avaliar o processo de ensino-aprendizagem do/a estudante.

Até o ano de 2010 o/a estudante iniciava essa atividade a partir do 3º semestre no curso (referente a matriz curricular 2008), realizando estágio de observação, porém com as discussões feitas no âmbito da categoria profissional e principalmente com as orientações contidas na Política Nacional de Estágio (PNE), o/a estudante passará a iniciar essa atividade no 5º semestre (referente a matriz curricular 2010).

De acordo com as orientações da PNE, o/a estudante estará apto a iniciar o estágio quando tiver cursado as disciplinas de Fundamentos Teóricos, Metodológicos do Serviço Social I e II e Ética Profissional.

É relevante mencionar que no curso de Serviço Social quando o/a estudante iniciava essa atividade, ele já havia cursado ou estava cursando essas disciplinas.

Essa orientação pode ser válida sim, na medida em que essas disciplinas são indispensáveis para os primeiros contatos com o trabalho profissional do/a assistente social nos campos de estágio.

Por outro lado, dificulta para o/a estudante o cumprimento da carga horária obrigatória, pois se tem uma carga horária elevada por semestre para seu cumprimento, considerando que no curso de Serviço Social da FEF há um perfil de estudantes majoritariamente trabalhadores e conciliam seus estágios com o trabalho.

Para que se possa compreender como estava e está disposta a carga horária obrigatória de estágio no curso de Serviço Social apresenta-se a seguir as matrizes curriculares de 2005, 2007, 2008 e 2010³⁷ no que tange as respectivas cargas horárias e as disciplinas específicas trabalhadas em sala de aula.

A matriz curricular de 2005 apresenta 450 horas obrigatórias de estágio no total, distribuídas respectivamente: Estágio de Observação (3º semestre): 40 horas; Estágio Supervisionado I (4º semestre): 60 horas; Estágio Supervisionado II (5º semestre): 70 horas; Estágio Supervisionado III (6º semestre): 80 horas; Estágio Supervisionado IV (7º semestre): 100 horas; Estágio Supervisionado V (8º semestre): 100 horas.

Via sala de aula era ministrada a disciplina Supervisão Acadêmica desde o 3º semestre até o 8º semestre com 80 horas/aulas, onde eram discutidos conteúdos de métodos e técnicas de supervisão, prática profissional, documentos de estágio, documentos e sistematização da ação profissional.

A matriz curricular de 2007 apresenta 450 horas obrigatórias de estágio no total, distribuídas respectivamente:

✓ Estágio de Observação (3º semestre): 40 horas e 40/horas/aulas via disciplina Projeto de Investigação da Prática I com o objetivo de propiciar ao/a estudante o conhecimento da política de estágio do curso de Serviço Social, bem como a análise crítica da relação trabalho profissional e processo de trabalho

³⁷ No período de elaboração dessa dissertação, a matriz curricular de 2010 encontrava-se em processo de revisão e por isso ainda não está disponibilizada e introduzida no Projeto Político Pedagógico. As informações trazidas pela pesquisadora sobre as mudanças no início da atividade de estágio pelos/as estudantes deve-se ao fato de que faz parte do corpo docente do curso e a mesma participa do processo de revisão curricular. Dessa maneira a matriz apresentada no corpo do texto e anexada na dissertação refere-se a matriz sem as alterações.

através da aproximação do/a estudante com a realidade sócio-institucional e identificação das manifestações da questão social.

✓ Estágio Supervisionado I (4º semestre): 80 horas e 40 horas/aulas via a disciplina Projeto de Investigação da Prática II com o objetivo de propiciar o conhecimento e reflexão do instrumental técnico-operativo do Serviço Social: observação, registro e sistematização de documentos técnicos, bem como a experiência de utilização de instrumentos e análise do trabalho profissional.

✓ Estágio Supervisionado II (5º semestre): 80 horas e 40 horas/aulas via disciplina Projeto de Investigação da Prática com o objetivo de discutir o processo de formação profissional do Assistente Social e o estágio supervisionado, bem como a relação entre Unidade de Formação Acadêmica e campo de estágio e o processo educativo da supervisão em Serviço Social;

✓ Estágio Supervisionado III (6º semestre): 80 horas e 40 horas/aulas via disciplina Projeto de Investigação da Prática IV com o objetivo de proporcionar a construção de habilidades e compreensão de estratégias, técnicas de intervenção e de sua operacionalização prática, propiciando dessa forma o saber fazer.

✓ Estágio Supervisionado IV (7º semestre): 80 horas e 40 horas/aula via disciplina de Métodos e Técnicas de Supervisão I com o objetivo de refletir sobre a formação profissional do/a assistente social e a atribuição da supervisão, bem como contextualizar historicamente a supervisão, conceitos, objetos, objetivos, métodos e técnicas.

✓ Estágio Supervisionado V (8º semestre): 90 horas e 40 horas/aulas via disciplina Métodos e Técnicas de Supervisão II com o objetivo de apresentar o processo educativo da supervisão em Serviço Social: a dimensão política e administrativa, além dos componentes do processo de supervisão: o papel do/a supervisor/a e do/a supervisionado/a no desenvolvimento da supervisão.

O estágio em Serviço Social é desenvolvido através das seguintes disciplinas com a correspondente carga horária ofertada na matriz curricular de 2008:

✓ Estágio de Observação (3º semestre): 20 horas de estágio. Sendo cumprida essa carga horária através de participação dos/as estudantes em oficinas dos projetos de extensão do curso, através de pesquisa e análise de territórios, realização de visitas institucionais sistematizadas. Além das 60 horas aulas da

disciplina de Projeto de Investigação da Prática que tem por objetivo preparar o/a estudante para desenvolvimento do olhar crítico do cotidiano do/a Assistente Social.

✓ Estágio Supervisionado I (4º semestre): 40 horas de estágio. E 60 horas/aula via a disciplina Instrumentalidade do Serviço Social com o objetivo de preparar o/a estudante para o desenvolvimento do trabalho profissional através dos fundamentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operacionais.

✓ Estágio Supervisionado II (5º semestre): 60 horas de estágio. E 60 horas/aula via a disciplina Supervisão Acadêmica com o objetivo de propiciar a análise e investigação da territorialidade e equipamentos sociais dos respectivos campos de estágio.

✓ Estágio Supervisionado III (6º semestre): 60 horas de estágio. Neste semestre não há disciplina específica para tratar das especificidades da atividade de estágio.

✓ Estágio Supervisionado IV (7º semestre): 60 horas de estágio. E 60 horas/aula via disciplina Métodos e Técnicas de Supervisão que tem por objetivo refletir sobre o processo de formação profissional do/a Assistente Social e o estágio supervisionado, bem como a análise e componentes do processo de supervisão: o papel do/a supervisor/a e do/a estudante e a dimensão educativa, político-administrativa da Supervisão.

✓ Estágio Supervisionado V (8º semestre): 60 horas de estágio Neste semestre não há disciplina específica para tratar das especificidades da atividade de estágio.

O estágio em Serviço Social é desenvolvido através das seguintes disciplinas com a correspondente carga horária ofertada na matriz curricular de 2010:

✓ Estágio supervisionado I (4º semestre): 60 horas de estágio. E 60 horas/aula via disciplina Supervisão Acadêmica I que tem por objetivo propiciar o conhecimento das Legislações de Estágio em Serviço Social, aproximando o/a estudante com a realidade sócio-institucional e identificação das manifestações da questão social.

✓ Estágio Supervisionado II (5º semestre): 80 horas de estágio. E 60 horas/aula via disciplina Supervisão Acadêmica II que tem como objetivo proporcionar a experiência de utilização de instrumentos e análise e investigação da territorialidade e equipamentos sociais dos respectivos campos de estágio.

✓ Estágio Supervisionado III (6º Semestre): 100 horas de estágio. Neste semestre não há disciplina específica para tratar das especificidades da atividade de estágio.

✓ Estágio Supervisionado IV (7º semestre): 100 horas de estágio. E 60 horas/aula via disciplina Métodos e Técnicas de Supervisão que tem por objetivo refletir sobre o processo de formação profissional do/a Assistente Social e o estágio supervisionado, bem como a análise e componentes do processo de supervisão: o papel do/a supervisor/a e do/a estudante e a dimensão educativa, político-administrativa da Supervisão.

✓ Estágio Supervisionado V (8º semestre): 60 horas de estágio. Neste semestre não há disciplina específica para tratar das especificidades da atividade de estágio.

Percebe-se que no curso de Serviço Social a atividade de estágio supervisionado sempre teve relevância e sua sistematização acompanha o que preconiza as legislações acerca dessa atividade.

Porém, encontra-se nas matrizes de 2008 e 2010 dois semestres que não há disciplina específica para tratar das especificidades do estágio, o que também faz parte das orientações da PNE, embora a matriz curricular esteja sendo revisada e sofrerão alterações nesse sentido, tal como aponta a PNE:

Quanto ao conteúdo das disciplinas, propõe-se apontar, claramente, para a indissociabilidade entre teoria e prática em cada nível do estágio supervisionado curricular. Esta unidade perpassará a análise da intervenção profissional, desde a inserção do estudante no espaço sócio-institucional, que indica a observação do trabalho do assistente social e reconstrução do seu objeto (apreensão das contradições frente às diferentes manifestações da questão social), até a compreensão da dinâmica institucional e suas respostas por meio de políticas sociais e institucionais e, finalmente nas respostas profissionais por meio de processos interventivos e investigativos do Serviço Social nos diferentes campos de atuação, sempre observando a dimensão ética (ABEPSS, 2010, p.30).

Identifica-se que desde o período de 2006 através da matriz curricular (2005) apresentada acima até as matrizes vigentes, os conteúdos descritos na citação se fazem presentes, inclusive a disciplina que visa preparar futuros/as supervisores/as de estágio.

Na PNE (ABEPSS, 2010) considera-se indispensável para essa formação supervisora, o que vem de encontro com a concepção do curso em relação ao estágio supervisionado que “por ser considerada como uma atividade curricular com caráter eminentemente pedagógico, o estágio pressupõe uma integração com o processo curricular (FUNDAÇÃO, 2008-2009, p. 82).

Enquanto docente dos conteúdos específicos da atividade de estágio, o que se percebe através das falas dos/as estudantes é que durante o estágio supervisionado “tudo acontece ao mesmo tempo” o que se torna um desafio para os/as mesmos/as, uma vez que os conteúdos ministrados em sala de aula são realizados progressivamente e a realidade se processa como um todo e não de forma fragmentada, estas problemáticas também são apresentadas via a supervisão acadêmica realizada com os/as estudantes.

No que tange a supervisão acadêmica, esta passa a ser realizada no curso de Serviço Social da FEF em grupos de estudantes a partir do 2º semestre de 2010 - justamente para atender as orientações da PNE - anteriormente era realizada via disciplina em sala de aula. A supervisão acadêmica encontra-se em processo de implantação e está contemplada no Regulamento de Estágio (2011, p.05) da seguinte forma:

[...] a supervisão acadêmica no contexto deste regulamento é realizada por docente-assistente social, vinculado à FEF, recebendo remuneração por tal atribuição em projetos de extensão à comunidade e realizada individualmente e/ou grupal de acordo com áreas de atuação do Serviço Social que estão inseridos os alunos do curso de Serviço Social nos campos de estágio, como: saúde, empresarial, terceiro setor, assistência social, judiciário e/ou em supervisão acadêmica via disciplinas em sala de aula [...].

Como apresentado no item 3.2 há no curso quatro projetos de extensão à comunidade que estão descritos no Projeto Político Pedagógico do Curso, esses projetos são coordenados por Assistentes Sociais docentes do curso e se configuram como campos de estágio para os/as estudantes.

Tais coordenadores/as dos projetos têm remuneração (hora/aula) para o exercício de tal atividade e assim, dedicam 01 hora/aula para exercer a supervisão acadêmica junto aos demais estudantes conforme descrito na citação acima, ou seja, essa hora dedicada advém da coordenação do projeto de extensão e não de hora específica para exercerem a supervisão acadêmica.

Compreende-se que a supervisão acadêmica encontra-se em processo de implantação e a forma como é operacionalizada busca se aproximar das orientações contidas na PNE, mas há dificultadores para o seu exercício, tal como podemos identificar na fala dos/as supervisores/as acadêmicos/as, sujeitos da pesquisa:

[...] o professor, ele é horista contratado para aquelas horas atividades tão somente, geralmente só para horas/aula, implica desse professor não ter disponibilidade pra desenvolver outras atividades, então que acho que essa questão é sine qua non de todo esse processo de dificuldade e por que? Se o profissional ele não tem horas para desenvolver esse trabalho ele é voluntário e nossos profissionais e ele não pode ser voluntário, então aí já tem uma questão que implica de muitas instituições nem implantar a supervisão acadêmica e quando com muita luta a gente consegue implantar as horas de supervisão acadêmica é uma carga horária reduzidíssima [...] [...] eis o outro desafio porque às vezes o profissional vai pra supervisão acadêmica sem esse entendimento mais completo do que se requer para ser um supervisor acadêmico então fica sem saber o que fazer e procurando um manual de orientação para exercício da supervisão acadêmica e não tem (Gabriela).

Penso que falta um espaço, uma estrutura, falta condições de exercer uma supervisão acadêmica com maior qualidade, a carga horária não existia, a gente acaba levando serviço pra casa, realmente a questão da carga horária é um dificultador com certeza, eu acho que ne de proposta fica ampliar a carga horária pra realizar a supervisão acadêmica com maior qualidade, a gente sabe que fazer um trabalho maior é possível, mas a gente tem a consciência da limitação mesmo das condições de trabalho (Nilson).

Acho que a primeira dificuldade é a confiabilidade eu acho do aluno né porque ele se aproxima muito mais, quando ele tem uma proximidade maior com o supervisor de campo, o supervisor acadêmico ele acaba aparecendo para o aluno como um professor né, uma relação mais professor e aluno e as vezes isso aí não favorece uma aproximação aí com a realidade. Eu acho que outra dificuldade é as próprias instituições de ensino não reconhecerem isso como parte fundamental da supervisão né, a questão da remuneração e acabam cedendo por necessidade e não por reconhecimento também [...] (Fernanda).

Identifica-se nas falas dos três sujeitos a concordância que a remuneração é um dificultador para o exercício da supervisão acadêmica e que isso acarreta a sobrecarga de trabalho.

É a luta que se trava principalmente nas faculdades privadas para ampliação de carga horária no atendimento a formação profissional de acordo com os preceitos legais.

O contexto que envolve o Ensino Superior está condicionado aos ditames do capitalismo e ampliação de carga horária como mencionado, é sinônimo de gastos institucionais e não investimento na formação profissional com qualidade.

Além disso, esta é a realidade das condições de trabalho dos/as docentes: horistas e polivalentes o que vai de encontro com as discussões realizadas por Lewgoy (2009) acerca do sobre trabalho considerado como aquele que ultrapassa a carga horária do/a docente e que pode ser dedicada para:

[...] horários para leitura e análise de documentação dos estagiários, deslocamentos para visitas às instituições (campos de estágio), planejamento de reuniões com assistentes sociais, atividades que demandam um tempo e que não é contabilizado [...] (LEWGOY, 2009, p.127).

A situação apresentada pela autora é presenciada e vivenciada pelos/as supervisores/as acadêmicos/as tal como pode ser observado na fala de Nilson.

É importante destacar que na fala da Gabriela é mencionada a dificuldade que os docentes têm na operacionalização da supervisão acadêmica, isso pode ser considerado pelo não reconhecimento do seu próprio papel enquanto supervisor/a acadêmico/a, bem como das leis pertinentes ao estágio, o próprio regulamento de estágio do curso e o Plano de Trabalho da Supervisão Acadêmica.

A relação entre estagiário/a e supervisor/a acadêmico/a também se faz presente na fala de Fernanda, mesmo sendo considerada uma relação de professor/a - estudante é um momento propício de ambos para a construção de um espaço de diálogo, de troca de conhecimentos durante a supervisão acadêmica.

A confiança citada pela Fernanda deve ser conquistada na medida em que o/a supervisor/a acadêmico/a também transmitir isso ao/a estudante, ou seja, deve ser recíproca. Esta relação, concorde Buriolla (2003) deve ser de horizontalidade em que ambos têm condições de ensinar e aprender.

Destaca-se que há necessidade de ampliar as discussões em torno da atividade de estágio e o processo de supervisão através da interlocução entre Unidade de Formação Acadêmica e entidades representativas da categoria para a

materialização do estágio conforme as legislações do estágio em Serviço Social e principalmente às orientações da Política Nacional de Estágio.

Não se pode perder de vista os desafios que são colocados a essa materialização no que diz respeito à lógica capitalista, neoliberal presente no Ensino Superior no que tange as condições de trabalho docente, a condição do/a estudante trabalhador e as correlações de forças presentes.

Mesmo com esses desafios apresentados pelos/as supervisores/as acadêmicos, mencionaram que puderam observar resultados positivos no exercício da supervisão acadêmica:

[...] nós observamos um significado importantíssimo na implantação da supervisão acadêmica, tanto pelos alunos que nós observamos que eles passaram a ter o interesse maior pela atividade de estágio, uma preocupação, um compromisso, de uma dimensão que antes a gente não via, não que eles não tinham [...] conseguimos já identificar alguns campos de estágio, cujas atividades que os alunos estão fazendo não são coerentes com o plano de estágio, não está coerente com a proposta da atividade de estágio supervisionado conforme as diretrizes curriculares[...] conseguimos identificar nos alunos o olhar para a realidade social de forma mais crítica, então a supervisão acadêmica tem propiciado isso, tem feito os alunos fazer mais a interpretação da nossa Lei de Regulamentação principalmente no que tange o artigo 4º 5º sobre as atribuições e competências profissionais e relacionar isso com seu campo de estágio (Gabriela).

A supervisão acadêmica é um espaço que propicia a reflexão do próprio significado social da profissão que perpassa pela dimensão subjetiva do sujeito que executa a ação profissional, na sua concepção de homem-mundo, da peculiaridade das condições onde se realiza e materializa o trabalho profissional.

Na fala de Gabriela observa que esse processo reflexivo via supervisão acadêmica possibilita o/a estudante identificar, analisar o trabalho profissional no que tange as competências e atribuições profissionais, e que esse processo educativo busca formar os/as estudantes de acordo o perfil profissional pretendido nas Diretrizes Curriculares e Projeto Político Pedagógico do Curso.

Em sua fala percebe-se que o seu papel enquanto supervisora acadêmica está claro, pois identifica as atividades que não são coerentes com o que está disposto no plano de estágio do/a estudante, cabendo sua intervenção, isto é, o contato com o/a supervisor/a de campo nessa situação é essencial.

Conforme apresentado nessa dissertação, como conseqüência do ajuste neoliberal, tem-se o crescimento da pobreza, das desigualdades sociais, aumento das manifestações da questão social e por outro lado, a fragmentação das políticas sociais.

Presencia-se o reordenamento do mundo do trabalho, dessa forma, como trabalhador assalariado, o/a Assistente Social vê alteradas as suas condições de trabalho, há o aumento da demanda de trabalho, mas não aumentam os recursos, não se contrata mais assistentes sociais, não se implementam políticas sociais capazes de atender as necessidades da população usuária dos vários serviços assistenciais.

Dado esse contexto, estudantes estão sendo inseridos/as nos campos de estágio para suprirem a falta de contratação de profissionais e as atividades exercidas nem sempre condizem ao seu papel de estagiário/a e/ou realizam atividades que não são próprias do Serviço Social.

Daí a importância do/a supervisor/a acadêmica/o, identificar junto ao estudante, supervisor de campo o significado do estágio supervisionado na formação profissional, que na fala de Gabriela é mencionado o compromisso do/a estudante para com a atividade de estágio, que isso se fez através de um processo reflexivo.

No processo histórico da profissão a atividade de estágio ficou relegada a segundo plano, como dizia Buriolla (2003), para os/as estudantes era considerada como cumprimento de carga horária obrigatória e isso tem que ser discutido no âmbito da supervisão.

Essa visão precisa ser superada. Esses/as estudantes é que futuramente serão supervisores/as de campo, acadêmicos/as, farão parte dos órgãos representativos da categoria.

Através da supervisão acadêmica se pode consolidar o compromisso com a formação profissional pelo estreitamento da relação entre os sujeitos envolvidos nesse processo de supervisão, como está presente na fala de Nilson:

[...] a gente percebe através da supervisão acadêmica até o próprio supervisor de campo se aproximando mais da academia né e nada impede, eu penso até que seja uma forma de contribuir com o aprimoramento desse próprio supervisor, então é mais uma contribuição e ele vai poder dar uma supervisão de campo com maior qualidade também, porque a gente percebe que a supervisão

acadêmica pode fazer o aluno questionar algumas coisas do campo de estágio que até então era só passado, reproduzido, sem questionamento, enfim, e a gente precisa fazer que a supervisão de estágio para o aluno seja para questionamento mesmo até eu, costume dizer pros alunos assim que ele tem o poder de oxigenar a nossa prática enquanto supervisor de campo também né, então o aluno tem esse poder, porque ele tá lá né, e de vez em quando a gente ouve ah no meu estágio eu vejo isso, mas enquanto aluno qual é a sua responsabilidade em discutir isso com o seu supervisor de campo porque você tem uma responsabilidade com aquela instituição né, então, a supervisão acadêmica pode fazer com que ele questione mais e traga mais contribuição para a instituição, mas principalmente para sua formação.

Nesse processo, Nilson traz que a supervisão acadêmica é um espaço para questionamento do trabalho profissional, da dinâmica institucional, articulação e organização dos conhecimentos adquiridos e ações realizadas pelos/as estudantes nos campos de estágio e aproximação com o/a supervisor/a de campo, compreende que o processo de supervisão é coletivo, construído com todos os sujeitos que participam diretamente do processo de estágio.

Nilson chama atenção para o compromisso e responsabilidade do/a estudante nas atividades desenvolvidas, de modo que produza sínteses a partir da realidade do estágio, que seja um sujeito investigativo, adquira e produza conhecimentos.

O/a estudante além de sujeito de direito também é um sujeito de deveres conforme preconizado na Política Nacional de Estágio (ABEPSS, 2010, p. 23) que enquanto estagiário/a tem como uma das atribuições “[...] apresentar sugestões, proposições e pedido de recursos que venham a contribuir para a qualidade de sua formação profissional [...]”.

Além desses deveres, encontramos no Regulamento de Estágio do curso demais direitos e deveres do/a estudante:

- I - conhecer previamente os locais de estágio credenciados, dirigir-se aqueles de seu interesse e participar de processos seletivos, concorrendo a vagas de estagiário(a) nos mesmos;
- II - receber supervisão acadêmica realizado por docente do Curso de Serviço Social, bem como supervisão de campo por Assistente Social credenciado(a) pelo Curso de Serviço Social e regularmente inscrito no CRESS;
- III - observar e zelar pelo cumprimento dos preceitos ético-legais da profissão e as normas contidas neste regulamento;
- IV - informar ao(a) supervisor(a) acadêmico(a), ao(a) supervisor(a) de campo ou ao(a) coordenador(a) de estágio, conforme o caso,

qualquer atitude individual, exigência ou atividade que infrinja este regulamento;

V - apresentar sugestões, proposições e pedido de recursos que venham a contribuir para a qualidade de sua formação profissional ou, especificamente, o melhor desenvolvimento de suas atividades;

VI - agir com competência social, técnica e política às ações sob sua responsabilidade na organização em que realiza a atividade de estágio requisitando o apoio do(a) supervisor(a) de campo diante de um processo decisório ou atuação que transcenda suas possibilidades;

VII - participar de atividades afins, complementares ou não, ao estágio conforme indicação do(a) supervisor(a) acadêmico(a) e/ou de campo;

VIII - comunicar e justificar com antecedência ao(a) supervisor(a) acadêmico(a), ao(a) supervisor(a) de campo ou ao(a) coordenador(a) de estágio, conforme o caso, quaisquer alterações relativas a sua frequência, entrega de trabalhos ou atividades previstas (FUNDAÇÃO, 2011b, p. 9).

Na mesma fala de Nilson encontra-se a posição que o/a estudante assume na instituição, como o “oxigênio para o supervisor de campo” porque passa a exigir mais desse/a profissional, no plano teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo e isso se torna possível quando no processo da supervisão acadêmica esse/a estudante é instigado a questionar, a investigar, ter olhar crítico sobre a realidade e a profissão, os limites e possibilidades de intervenção profissional.

Como mencionado linhas acima, a supervisão acadêmica no curso de Serviço Social da FEF está em processo de implantação, mas de acordo com os dois sujeitos da pesquisa, Gabriela e Nilson, há resultados positivos com a realização da mesma, porém, um dos sujeitos, Fernanda, ainda não consegue identificar os resultados dessa supervisão e não se reconhece nesse processo embora exerça sua atribuição enquanto tal, como ela mesma diz “[...] eu to acompanhando assim, a elaboração de planos de estágio e estão sendo corrigidos e assim por diante”.

Elucida-se a necessidade de se ter claro aos/as docentes qual o direcionamento da supervisão acadêmica, que ela deverá abarcar todo o processo reflexivo inerente ao processo ensino-aprendizagem do/a estudante, compreender o papel do/a supervisor/a acadêmico/a.

No âmbito do curso de Serviço Social da FEF, encontram-se no Plano de Trabalho da Supervisão Acadêmica (FUNDAÇÃO, 2011a, p. 3), os objetivos dessa supervisão:

- ❖ Desenvolver no(a) estudante o senso crítico, o pensar, o saber indagar e problematizar, o olhar investigativo;
- ❖ Planejar e executar ações na busca de situações e demandas que são postas à profissão e vivenciadas nos campos de estágio;
- ❖ Acompanhar o(a) estudante no desenvolvimento e análise crítica da relação teoria-prática;
- ❖ Implantar o processo de supervisão de estágio em Serviço Social de acordo com os debates ético-políticos da profissão;
- ❖ Fortalecer a relação entre supervisores(as) de campo, acadêmicos(as) e estagiários(as);
- ❖ Contribuir com a análise crítica e o olhar investigativo dos supervisores de campo inerente a relação de unidade entre teoria-prática no que tange ao estágio supervisionado.

Ressalta-se a importância de todos os sujeitos envolvidos no processo de supervisão de estágio ter o conhecimento dos aspectos normativos dessa atividade, principalmente no que diz respeito ao curso de Serviço Social da FEF para que não haja essa confusão, ou até mesmo dificuldade para o exercício da supervisão acadêmica.

São esses aspectos que dão os indicativos de como exercer a supervisão, por isso a coordenação de estágio deve ter presença central nessa dimensão, visando articular com os sujeitos envolvidos no processo da supervisão de estágio a sistematização, organização dessa atividade de acordo com os preceitos ético-políticos, teórico-metodológicos e técnico-operativos da profissão.

É importante elucidar que o objetivo dessa dissertação não é analisar como cada supervisor/a, tanto de campo como acadêmico/a tem cumprido suas atribuições, mas é importante refletir se os/as mesmos/as têm claro o seu papel na formação profissional do/a estudante.

Para isto, tanto as informações contidas no Projeto (2008-2009) e Regulamento de Estágio são importantes por nos darem indicativos de como o curso pensa este processo.

São atribuições dos/as supervisores/as acadêmicos/as:

- I - orientar, apoiar e instrumentalizar, individualmente e/ou em grupo as atividades dos(as) estagiários(as) sob sua responsabilidade;
- II - receber, ler, manter sigilo e observar criticamente as sínteses profissionais construídas pelo(a) estagiário(a) constante em seus registros, conduzindo a supervisão por considerações teóricas, éticas, ídeo-políticas, técnico-operativas e interdisciplinares à produção apresentada;

III - propor, indicar ou organizar seminários/grupos de estudos, sobre temáticas em foco nos estágios de seu grupo de acadêmicos(as) supervisionados(as);

IV - contatar com os(as) supervisores(as) de campo, com o(a) Coordenador de Estágio ou o (a) Coordenador(a) de Curso, bem como realizar visitas às organizações, quando julgar necessário juntamente com Coordenador de Estágio do curso;

V - avaliar os(as) estagiários(as) com imparcialidade, emitindo periodicamente parecer sobre sua frequência, desempenho e atitude ético-crítica e técnico-política no exercício do estágio;

VI - avaliar ao final do semestre o relatório final do estágio apresentado pelo(a) acadêmico(a);

VII - decidir, juntamente com o(a) Coordenador(a) de Estágio do curso de Serviço Social sobre os casos de desligamento de estagiários(as);

VIII - participar das reuniões e encontros de monitoramento, avaliação e atualização promovidos pela Coordenação de Estágio (FUNDAÇÃO, 2011b, p. 6).

Dadas as atribuições dos/as supervisores/as acadêmicos/as, é possível visualizar a seguir, como esses atores compreendem o seu papel na formação profissional do/a estudante:

[...] o supervisor acadêmico é o profissional que vai fazer ou deveria pelo menos, fazer essa conexão entre campo de estágio e a unidade de ensino [...] e aí eu vejo que o supervisor acadêmico ele faz essa conexão, o que antes ficava delegado somente ao estagiário pra fazer essa ponte entre supervisor de campo e unidade de ensino. O supervisor acadêmico deve ta fazendo isso, o supervisor acadêmico deve ta acompanhando, dialogando, discutindo esse processo de estágio, de supervisão com o supervisor de campo, com o estagiário[...]cabe ao supervisor acadêmico, juntamente com o supervisor de campo juntamente com o estagiário elaborar o plano de estágio do aluno, fazer a visita nos campos de estágio para conhecer as reais condições, possibilitadas das reais condições de trabalho profissional e se isto está coerente com o que o estagiário está fazendo e vice-versa se o estagiário está de fato desenvolvendo um estágio em Serviço Social ou desenvolvendo tantas outras atividades que não são específicas da profissão(Gabriela).

[...] levantar assim até junto com ele o que ele o que tem feito lá, porque que ele tem feito isso, isso é a atribuição específica do seu campo, no caso do Serviço Social, é uma competência que o profissional executa? Então assim, a gente tem que distinguir com ele o que é atividade, o que que é atribuição, competência (Nilson).

[...] uma maior aproximação entre teoria e prática [...]. Então eu acho que o supervisor acadêmico de certa forma ele auxilia nesse processo e também é uma orientação [...] Então quando o aluno traz pra supervisão acadêmica as dificuldades elas podem ser pensadas de formas diferentes que o próprio supervisor de campo (Fernanda).

Para os/as supervisores/as acadêmicos/as o seu papel está claro e procuram junto aos/as estudantes à orientação quanto às suas atividades desenvolvidas e num processo reflexivo é discutido as atribuições e competências profissionais, como elucidado nessa dissertação, essas prerrogativas necessariamente devem fazer parte da supervisão, a discussão do Código de Ética, Lei de Regulamentação da Profissão devem nortear a formação e exercício profissional.

Em relação ao/a supervisor/a de campo, suas atribuições são:

- I - orientar, apoiar e instrumentalizar os(as) estagiários(as) sob sua responsabilidade
- II - receber, ler, manter sigilo e observar criticamente a ação profissional do(a) estagiário(a) constante em seus registros, dirigindo a supervisão a essas considerações;
- III - contatar com o(a) Coordenador(a) de estágio ou Coordenador(a) de Curso na ocorrência de faltas injustificadas, abandono de estágio, dificuldade no relacionamento e/ou adaptação no local de estágio pelo(a) estagiário(a) ou quando julgar necessário;
- IV - participar da avaliação dos(as) estagiários(as) com imparcialidade, emitindo periodicamente parecer sobre sua freqüência, desempenho e atitude ético-crítica e técnico-política no exercício do estágio;
- V - decidir, juntamente com o(a) Coordenador(a) de Estágio e Coordenação de Curso sobre os casos de desligamento de estagiários(as);
- VI - participar das reuniões e encontros de supervisores promovidos pela IES;
- VII – facilitar ao(a) aluno(a) o conhecimento de monitoramento da estrutura e funcionamento da organização, programas e projetos sociais da instituição;
- VIII – delimitar as atividades a ser desenvolvidas pelos(as) estagiários(as) sob sua supervisão;
- IX – discutir, corrigir e avaliar os relatórios, planos de estágio e demais instrumentos elaborados pelos(as) estagiários(as);
- X – acompanhar o(a) estagiário(a) na elaboração de documentos exigidos pelo curso (FUNDAÇÃO, 2011b, p.6).

A seguir, pode ser observado como os/as supervisores/as de campo, sujeitos dessa pesquisa, compreendem seu papel na formação profissional do/a estudante:

Eu acho que realmente é isso, é colocar desde o mais específico que tem no campo como as normas da instituição, como que funciona o Serviço Social porque cada instituição tem uma né tem sua especificidade no Serviço Social, o objetivo que também é assegurar os direitos, mas eu acredito que é realmente assim, trazer esse

estagiário para um diálogo né colocando pra ele até essa teoria porque as vezes eles até aprende na faculdade mas ele não consegue enxergar ela até na hora dele fazer o estágio, então é ter esse momento de colocar para o estagiário:olha essa atividade aqui ta vendo que na teoria né, olha a linha teórica, enfim, eu acredito que é isso (Cláudio).

A compreensão desse sujeito indica, em seu papel como supervisor, uma preocupação em situar os/as estudantes no espaço institucional, o conjunto de instrumentos e técnicas que ele/a operacionaliza no cotidiano de sua ação profissional visando a garantia de direitos da população atendida.

Aqui o seu o seu papel fica restrito ao campo da técnica, de ensinar a prática, porém, é preciso lembrar que toda a ação não é neutra, é dotada de intencionalidade.

Sua percepção também perpassa pela relação entre teoria-prática, mencionando que o estágio supervisionado é o único momento da formação profissional que o/a estudante consegue relacionar teoria-prática, como também podemos visualizar na fala de Célia:

[...] é um momento de orientação porque se aprende na teoria, mas na prática é um momento de vivenciar isso de acordo com a postura profissional, sem se deixar de influenciar por valores, se influenciar pelas situações que tem no cotidiano profissional e pelas pessoas que aparecem para serem atendidas pelo Serviço Social.

O que aparece nessas falas é a continuidade daquela forma de compreender que é no estágio que se verifica a relação entre teoria e prática, que é somente no campo de estágio que se podem aplicar os conhecimentos adquiridos no decorrer da formação profissional.

Porque é só lá que a realidade se manifesta, ou seja, a teoria só pode ser verificada na prática, como se uma fosse inteiramente independente da outra e ambos os sujeitos se reconhecem como facilitadores, os orientadores desse processo e que recaem na perspectiva de que o/a supervisor/a de campo é o responsável pelo ensino da prática e o/a supervisor acadêmico ensina a teoria.

A compreensão dos papéis de supervisor/a de campo e acadêmico passam por outra dimensão, a relação entre Unidade de Formação Acadêmica e campo de estágio, pois nela estão colocadas as condições concretas à operacionalização do estágio e da supervisão.

Nesse sentido, visualiza-se abaixo como os/as supervisores/as de campo percebem essa relação:

Eu vejo assim, a FEF [...] esse processo nosso de contato com a unidade de ensino é bastante constante, a gente sempre tem abertura pra sugestões e coisa e tal e a gente percebe que as sugestões que a gente dá são acatadas, claro né dentro de uma maioria e dentro de uma coerência né são acatadas [...] então eu vejo assim, é uma construção, coletiva também (Cláudio).

Essa relação tem sido boa, há o incentivo da unidade de ensino aos estudos, inclusive há um grupo de estudos na FEF que eu participo, é uma relação boa, há o incentivo para participar das reuniões de estágio, das semanas acadêmicas, das oficinas que são realizadas (Célia).

Nos relatos desses sujeitos identifica-se que a relação entre a Unidade de Formação Acadêmica e campo de estágio tem sido satisfatória, compreendendo que o estágio supervisionado, a supervisão no âmbito do curso de Serviço Social da FEF são construídos num processo contínuo de reflexão entre os sujeitos envolvidos nessa atividade, é no coletivo que isso acontece.

Essa aproximação entre os sujeitos envolvidos no processo de supervisão se aproxima das discussões políticas e ideológicas da profissão no âmbito do estágio e supervisão.

A supervisão de estágio bem como a relação entre os sujeitos se constrói no movimento do cotidiano, complexo, dinâmico e imprevisível, mas também condicionado pelo movimento da história.

3.3.1 Aproximações à Realidade do Estágio Supervisionado do Curso de Serviço Social da FEF

É no Núcleo de Supervisão Acadêmica e Formação Profissional em Serviço Social da FEF que a coordenação de estágio tem presença central, sob o respaldo da coordenação de curso.

A atividade de estágio é normatizada por um regulamento aprovado pelo Conselho de Curso que tem como fundamento a legislação vigente referente à matéria, às diretrizes pedagógico-profissionais construídas pela categoria e às regras gerais da Fundação Educacional de Fernandópolis.

O setor de estágio atua diretamente na atenção aos/as estudantes no cumprimento da atividade curricular obrigatória de estágio, desenvolvendo as prerrogativas de identificar possíveis campos de estágio no município de Fernandópolis/SP e região para estabelecimento de Termo de Convênio junto a Coordenação Geral de Estágio da FEF.

Dentre outras como: celebração de Termo de Compromisso do estudante junto à instituição campo de estágio; encaminhamento de estudantes aos campos de estágio conforme disponibilidade de recebimento dos supervisores/as e horários dos/as estudantes; orientação de estudantes e supervisores/as sobre a documentação de estágio coerentes com a política de estágio da profissão e Regulamento de Estágio do próprio curso; análise e arquivamento dos documentos de estágio dos estudantes; visita aos campos de estágios; contato sistemático com supervisores/as de campo e acadêmicos/as para fins de acompanhamento do processo de estágio dos/as estudantes e fortalecimento dos/as supervisores/as no exercício desta atribuição prevista em Lei n. 8662/93 de Regulamentação da Profissão.

Esse contato abrange reuniões de supervisores/as, contatos telefônicos, e-mail, socialização de informações quanto a cursos, informes da profissão, textos de apoio e fundamentação para o exercício do trabalho profissional; além de oferecer campo de estágio no próprio setor.

Dessa maneira as atribuições do coordenador de estágio do curso de Serviço Social da FEF:

- I - Encaminhar o(a) aluno(a) ao campo de estágio emitindo carta de apresentação ao supervisor de campo elencando o respectivo supervisor acadêmico e carga horária obrigatória a ser cumprida no determinado semestre letivo;
- II - divulgar, junto aos(as) alunos(as) o Regulamento do Estágio e os locais de estágio e seus(as) respectivos(as) supervisores(as) de campo e supervisores(as) acadêmicos(as), estes últimos organizados por área temática;
- III - elaborar critérios voltados a complementar ou retificar este Regulamento no que trata do credenciamento e descredenciamento de locais de estágio, avaliação dos(as) estagiários(as), infração ética, solicitações de quebras de pré-requisitos, entre outros;
- IV - propor, para apreciação do Colegiado de Curso, docentes e assistentes sociais para os respectivos cargos de supervisor(a) acadêmico(a) e supervisor(a) de campo, a cada início de semestre ou conforme as necessidades institucionais e pedagógicas, bem como informar Núcleo de Apoio – Diretoria Acadêmica;

V - propor e apoiar a realização de encontros e reuniões periódicas entre os(as) supervisores(as) acadêmicos(as), supervisores(as) de campo, coordenador(a) de curso;

VI - responder pelas questões administrativas e pedagógicas referentes à oferta e demanda de Estágios em Serviço Social com apoio da Coordenação de Curso e Núcleo de Apoio – Diretoria Acadêmica;

VII - captar e firmar, juntamente com a Coordenação do Curso e ao Núcleo de Apoio- Diretoria Acadêmica da FEF, convênios e parcerias com organizações/ações potenciais em sediar estágios em Serviço Social vistas a oferecer vagas suficientes para o atendimento de seus(as) estagiários(as) atuais e futuros;

VIII - providenciar o credenciamento e o descredenciamento dos locais de estágio, juntamente com o(a) Coordenador(a) de Curso e Núcleo de Apoio – Diretoria Acadêmica;

IX - orientar os(as) supervisores(as) e estagiários(as) quanto às normas regulamentares de Estágio em Serviço Social;

X – receber e arquivar os documentos de estágio dos(as) alunos(as);

XI - convocar os(as) supervisores(as) acadêmicos(as) e de campo para reuniões ou encontros voltados ao monitoramento e avaliação processual da atividade de estágio, segundo uma agenda combinada entre as partes;

XII - acompanhar e visitar os locais de estágio para verificação das condições ofertadas tendo em vista seu credenciamento, credenciamento, descredenciamento ou mesmo o conhecimento da organização e/ou das ações desenvolvidas pelo(a) estagiário(a);

XIII - deliberar, juntamente com o(a) supervisor(a) de campo, supervisor(a) acadêmico(a) e a Coordenação do Curso, sobre questões que envolvam desligamento de estagiários(as) do local de estágio;

XIV – Manter atualizado juntamente com o Núcleo de Apoio – Diretoria Acadêmica os cadastros das instituições conveniadas para fins de encaminhamento de alunos(as), pesquisas, informações periódicas ao CRESS entre outras conforme orientações da Lei 8.662/93 que regulamenta a profissão e Código de Ética do Assistente Social (FUNDAÇÃO, 2011b, p.7).

O estágio supervisionado é caracterizado no regulamento de estágio como atividade que propicia ao/a estudante o conhecimento da profissão articulando os elementos teórico-metodológicos, ético-políticos, técnico-operacionais que a envolvem, conforme determinam as Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social, Código de Ética Profissional e Lei n.8662/93 de Regulamentação da Profissão e demais aspectos legais pertinentes ao estágio.

Além dos documentos normativos do curso de Serviço Social da FEF, outros meios também foram utilizados para fins de desvelamento do nosso objeto de estudo, o que subsidiou no alcance do objetivo proposto: identificar os rebatimentos da atividade de estágio na formação profissional do/a estudante do curso de Serviço Social da FEF.

Nesse sentido, através dos dados quantitativos pesquisados no setor de estágio acerca dos campos de estágio conveniados com a FEF permitiram conhecer quais campos, áreas de atuação se encontravam os/as estudantes.

Dessa maneira, são apresentados a seguir quadros com a distribuição dos/as estudantes por área de atuação profissional, bem como a quantidade de supervisores/as de campo, de acordo com o recorte temporal estabelecido para essa pesquisa que compreendem os anos de 2006 a 2010.

É importante salientar que essa pesquisa foi feita em relatórios elaborados pela coordenação de estágio, bem como através de instrumentos de lançamentos, controle de documentos de estágio dos/as estudantes.

Vale ainda descrever o processo da pesquisa desses dados: foi pesquisado o nome do/a estudante, o campo de estágio que se encontrava inserido/a e respectivo supervisor/a de campo no ano letivo, porém, dada a característica do curso que é semestral foi contabilizado o campo de estágio do estudante inserido no 1º e 2º semestre, caso o/a estudante permanecia no mesmo campo foi contabilizado uma vez. Além disso, havia estudante que realizava seu estágio em dois campos concomitantemente, por isso a quantidade de estudantes no total ultrapassa o número de estudantes matriculados nos respectivos semestres como poderá ser visualizado nos quadros.

No ano de 2006 o setor de estágio administrou 15 instituições, constituindo os campos de estágio sendo: Prefeituras Municipais como de Indaiapurã/SP, Guarani D'Oeste/SP, Centro de Saúde de Fernandópolis/SP, Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) de Fernandópolis/SP, Tribunal de Justiça de Fernandópolis/SP, Santa Casa de Fernandópolis/SP, Projeto Juventude e Vida de Fernandópolis/SP, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Fernandópolis/SP, etc., e os dois projetos de extensão à comunidade do curso, a saber: Serviço Social nas Clínicas-Escola Integradas da FEF e Projeto Arte de Educar.

Dentre as 15 instituições conveniadas, 08 (54%) se localizam no município de Fernandópolis/SP e 07(46%) em municípios vizinhos de origem dos/as estudantes. Vejam a seguir a quantidade de campos de estágio do curso e em quais áreas de atuação estão inseridos. É importante mencionar que as áreas de atuação profissional foram delimitadas com base na própria realidade dos campos de estágio do curso.

Quadro 1 - Campos de estágio por área de atuação do Serviço Social em 2006

Campos de estágio/Área de atuação	Número Campos de estágio/Área de atuação	Porcentagem
Assistência Social	07	46,67%
Saúde	03	20%
Judiciário	01	6,67%
ONG	02	13,33%
Projetos de extensão à comunidade do curso	02	13,33%
Total	15	100%

Fonte: Eliane Amicucci, 10 jun. 2011.

Dentre as 15 instituições, observa-se que os campos de estágio na área da assistência social são predominantes (46,67%). A assistência social passa a ser reconhecida enquanto política pública a partir da Constituição Federal de 1988 e a Lei Orgânica da Assistência Social de 1993 que traz um novo paradigma no âmbito do tripé da Seguridade Social.

Assim, a política de assistência social vem se reconfigurando especialmente a partir da Política Nacional de Assistência Social e a Norma Operacional Básica que regula o Sistema Único da Assistência Social (SUAS) que passa a viabilizar o sistema descentralizado e participativo em território nacional.

Com a implantação do SUAS viabilizando esse modelo de gestão descentralizada e participativa tendo como referencia o território e centralidade na família, bem como, construído por meio da lógica de organização das ações através dos níveis de complexidade na área de proteção básica por meio dos Centros de Referência da Assistência Social e na área de proteção especial por meio dos Centros de Referência Especializado da Assistência Social, tem-se a ampliação de postos de trabalho para os/as Assistentes Sociais nesses espaços, e naqueles que demandam diretamente a operacionalização de serviços por meio da política de assistência social.

Essa realidade também poderá ser visualizada nos demais quadros, isto é, essa predominância dos campos de estágio na área da política de assistência social, haja vista que a abertura do campo de estágio tem se dado majoritariamente através da procura pelas prefeituras municipais que lidam diretamente com a política de assistência social.

Em seguida tem-se 20% dos campos de estágio que são da área da saúde, posteriormente 13,33% em Organizações Não Governamentais (ONGs), 13,33% constituem os projetos de extensão á comunidade do curso e 6,67% no judiciário.

Quadro 2 – Distribuição dos/as estudantes por campos de estágio/área de atuação do Serviço Social em 2006

Campos de estágio/Área de atuação	Número de alunos por Campos de estágio/Área de atuação	Porcentagem
Assistência Social	12	23,52%
Saúde	20	39,21%
Judiciário	02	3,92%
ONG	04	7,85%
Projetos de extensão à comunidade do curso	13	25,50%
Total	51	100%

Fonte: Eliane Amicucci, 10 jun. 2011.

Cabe destacar que no 1º semestre e 2º semestre de 2006 havia 32 estudantes matriculados/as respectivamente e cursavam 3º e 4º semestre, no 3º semestre realizavam estágio de observação e no outro estágio supervisionado.

A partir do quadro acima, observa-se que a área com maior inserção de estudantes é na área da saúde que corresponde a 39,21% dos mesmos. Em seguida tem-se 25,50% dos estudantes que realizaram o estágio nos projetos de extensão à comunidade do curso, seguido de 23,52% na área da assistência social. Os campos com menor incidência de estudantes são em Organizações Não Governamentais (7,85%) e no Judiciário (3,92%).

Quadro 03 – Quantidade de supervisores /as de campo por área de atuação do Serviço Social dos campos de estágio em 2006.

Campos de estágio/Área de atuação	Número de Supervisores de Campo por Área de atuação	Porcentagem
Assistência Social	07	43,75%
Saúde	03	18,75%
Judiciário	02	12,50%
ONG	02	12,50
Projetos de extensão à comunidade do curso	02	12,50
Total	16	100%

Fonte: Eliane Amicucci, 10 jun. 2011.

Tal como a assistência social constitui a área com maior incidência dos campos de estágio, tem-se que dos/as 16 supervisores/as de campo, 43,75% estão inseridos nessa área.

Em seguida tem-se 18,75% dos/as supervisores/as de campo que estão inseridos na área da saúde. Esse dado é relevante na medida em que se visualizar no quadro anterior, há 39,21% dos/as estudantes inseridos nessa área o que pode

ser percebido é que a quantidade de estudantes a serem supervisionados/as é superior a quantidade de supervisores /as de campo.

No Judiciário, ONGS e os projetos de extensão a comunidade do curso tem a inserção de 12,50% dos/as supervisores/as em cada área.

No ano de 2007, o setor de estágio do curso de Serviço Social tem administrado 36 campos de estágio. Destes 36 campos, 15 (42%) se localizam no município de Fernandópolis/SP e 21(58%) em municípios vizinhos de origem dos/as estudantes.

Dentre essas instituições podemos citar: CAPS de Fernandópolis/SP, Centro de Saúde de Fernandópolis/SP, Parque Residencial São Vicente de Paulo de Fernandópolis/SP, Projeto FEF em Ação, Diretoria Regional de Assistência e Desenvolvimento Social (DRADS) de Fernandópolis/SP, Usina de Açúcar e Álcool Coruripe de Oturama/MG, Centro de Apoio a Educação e Formação ao Adolescente (CAEFA) de Fernandópolis/SP, Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) de Urânia/SP, Secretaria Municipal da Assistência Social de Iturama/MG, etc, e os Projetos de Extensão à Comunidade do Curso, a saber: Arte de Educar, Serviço Social nas Clínicas-Escola, Kanoni e Grupo de Estudo, Pesquisa e Assessoria em Políticas Públicas (GEPAPP).

Dentre esses campos, somente 01 (CAPS II) era remunerado (01 estudante), cujo termo de compromisso, respectivamente, era via Centro de Intercambio Empresa/Escola (CIEE).

Para a realização dessa atividade havia 90 estudantes no 1º semestre de 2007, sendo 32 do 5º semestre e 58 do 3º semestre em situação de estágio de observação. No 2º semestre de 2007 havia 54 estudantes de 4º semestre e, 31 de 6º semestre, ambas as turmas em efetivação de estágio supervisionado.

Nos quadros a seguir encontra-se a realidade desses campos de estágio no ano de 2007.

Quadro 4 - Campos de estágio por área de atuação do Serviço Social em 2007

Campos de estágio/Área de atuação	Número Campos de estágio/Área de atuação	Porcentagem
Assistência Social	18	50%
Saúde	03	8,33%
Judiciário	02	5,55%
Educação	03	8,33%
ONG	05	13,89%
Empresa	01	2,78%
Projetos de extensão à comunidade do curso	04	11,12%
Total	36	100%

Fonte: Eliane Amicucci, 10 jun. 2011.

Percebe-se que no ano de 2007 houve aumento relativo aos campos de estágio comparado ao ano anterior, pois com a entrada de novos/as estudantes no curso em 2006 houve abertura de 21 campos de estágio, sendo 08(38%) em Fernandópolis/SP, incluindo a abertura de dois projetos de extensão à comunidade e 13 (62%) nos municípios vizinhos.

Diante da situação apresentada no quadro acima, observa-se que o aumento dos campos de estágio também se deu na área da política de assistência social (18%) e predomina entre as demais áreas dos campos de estágio.

As ONGs constituem 13,89% dos campos de estágio; 11,12% referem-se aos projetos de extensão a comunidade do curso. Os campos de menor incidência estão na área da saúde e na educação com 8,33%, no ano anterior não havia nenhum campo de estágio nessa área. O judiciário representa 5,55% dos campos nessa área e 2,72% são na área de empresa que também não constituía como campo de estágio no ano anterior.

Quadro 5 – Distribuição dos/as estudantes por campos de estágio/área de atuação do Serviço Social em 2007

Campos de estágio/Área de atuação	Número de Estudantes por Campos de estágio/Área de atuação	Porcentagem
Assistência Social	32	27,35%
Saúde	07	6%
Judiciário	03	2,55%
Educação	03	2,55%
ONG	14	12%
Empresa	01	0,85%
Projetos de extensão à comunidade do curso	57	48,70%
Total	117	100%

Fonte: Eliane Amicucci, 10 jun. 2011.

A área com maior inserção de estudantes para realização do estágio se concentra nos projetos de extensão à comunidade do curso com 48,70% dos mesmos. Esses projetos foram criados estrategicamente para atender a demanda de estudantes por campo de estágio.

Outra área que se destaca pela quantidade de estudantes inseridos é na área da assistência social com 27,35% dos estudantes.

As ONGs concentram 12% dos/as estudantes; 6% dos/as estudantes realizaram seu estágio na área da saúde, se comparar ao ano anterior o número de estudantes nessa área sofreu declínio, provavelmente devido ao aumento de instituições campos de estágio que se tornaram atrativas para os/as estudantes, ou seja, as opções na escolha do campo de estágio passaram a ser diversas, considerando a disponibilidade do/a estudante e/ou a possibilidade da instituição receber o mesmo.

A área com menor inserção foi a área empresarial que não chega nem a 1% dos/as estudantes. Esse número chama atenção, pois apenas 01 estudante teve interesse em estagiar nessa área.

Claro está que os campos de estágio também delimitam a quantidade de estudantes, mas as empresas têm sido vistas como espaço contraditório para atuação dos/as Assistentes Sociais.

Compreende-se que se atende aos interesses empresariais e cada vez mais esses/as profissionais nesses espaços tem se afastado do perfil proposto pelas diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, se apropriando de “[...] informações técnicas, e, por muitas vezes a-críticas, amparadas em matrizes teóricas de outras áreas do conhecimento” (AMARAL; CÉSAR, 2009, p.424).

Entretanto, não se pode perder de vista o projeto ético-político profissional e é necessário fazer com que esse espaço se torne um campo de possibilidades para se atender as necessidades dos trabalhadores.

Quadro 06 - Quantidade de supervisores/as de campo por área de atuação do Serviço Social dos campos de estágio em 2007

Campos de estágio/Área de atuação	Número de Supervisores de campo por Área de atuação	Porcentagem
Assistência Social	19	50%
Saúde	03	7,90%
Judiciário	03	7,90%
Educação	03	7,90%
ONG	05	13,15%
Empresa	01	2,63%
Projetos de extensão à comunidade do curso	04	10,52%
Total	38	100%

Fonte: Eliane Amicucci, 10 jun. 2011.

Identifica-se que dos 38 supervisores de campo, 50% são da área da política de assistência social, seguido de 13,15% que estão nas ONGs; 10,52% pertencem aos projetos de extensão à comunidade do curso.

Como podem ser observados no quadro anterior os projetos de extensão comportavam o maior número de estudantes o que significa um número elevado para cada supervisor/a de campo, porém, esses campos passaram a ser ocupados por estudantes que conciliavam o trabalho com a atividade de estágio, haja vista que os horários para essa atividade eram e são flexíveis, sendo em pré-aula e aos finais-de-semana.

Há críticas das entidades representativas em relação ao estágio em projetos de extensão, os argumentos dizem respeito que esses projetos não propiciam o aprendizado ao/a estudante porque não há contato direto com a população usuária do Serviço Social, bem como o experimento do trabalho profissional.

Dada essa dimensão, foi pesquisado nos portfólios desses projetos o trabalho desenvolvido pelos mesmos e identificaram-se diversas atividades coerentes com as demais realizadas pelos/as estudantes nos campos externos³⁸. Dentre as atividades realizadas pelos projetos desde a implantação dos mesmos podemos citar sucintamente:

✓ Serviço Social nas Clínicas Escola Integradas da FEF: realiza Plantão Social com o intuito de orientar e informar aos/as usuários/as sobre a instituição e seus recursos; encaminhar para exames; orientar e encaminhar a recursos

³⁸ Lembrando que a experiência vivenciada enquanto coordenadora de estágio permite o conhecimento das atividades desenvolvidas pelos/as estudantes nos campos de estágio do curso.

previdenciários; efetuar contato com família; esclarecer sobre diagnóstico e exames; encaminhar para outros recursos sócio-assistenciais; elaborar estudo, relatório e parecer social. Desenvolve atividades em grupo e discute os atendimentos visando a interdisciplinaridade; etc.

✓ GEPAPP (Grupo de Estudo, Pesquisa e Assessoria em Políticas Públicas) realiza estudos e capacitações acerca da Política de Assistência Social e atividades relacionadas ao tema cidadania, realizando Oficinas Reflexivas com a comunidade interna e externa da FEF.

✓ KANONI: orientações sociais, oficinas reflexivas junto à comunidade interna e externa da FEF, politização dos sujeitos envolvidos via orientações em grupo acerca do segmento criança e adolescente; pesquisa bibliográfica e de campo acerca da temática de estudo.

✓ ARTE DE EDUCAR: pesquisa de dados sócio-econômicos, políticos e culturais da população atendida como fonte de pesquisa científica e produção de conhecimento; atividades com famílias que propiciam reflexão quanto às alternativas de educar que não contemplem a forma violenta; identificar junto aos pais e/ou responsáveis medidas protetivas com relação às crianças e adolescentes; pesquisa dos dados sócio-econômicos, políticos e culturais das/os estagiárias/os que compõem o Projeto Arte de Educar como fonte de pesquisa científica e produção de conhecimento; realiza oficinas reflexivas com a comunidade interna e externa da FEF.

Identifica-se que as atividades desenvolvidas pelos projetos são de cunho socioeducativo, mas não realizam as intervenções diretamente, salvo o Serviço Social nas Clínicas-Escola.

Embora a quantidade de supervisores/as de campo desses projetos pareça ser insuficiente, a supervisão sempre se deu de forma direta, uma vez que nas atividades desenvolvidas a presença do/a supervisor é/a constante.

A realidade apresenta a necessidade dos/as estudantes em conciliar seus estudos com o trabalho e isso deve ser considerado, o que se deve preocupar é se os projetos atendem aos anseios de uma formação profissional com qualidade e atrelada ao projeto ético político profissional, bem como se há a garantia da supervisão direta.

Vale uma ressalva, o que necessita é de ampliar a carga horária desse supervisor/a de campo para que as ações pudessem ser mais dinamizadas e as

parcerias com as instituições poderiam ser ampliadas, porque o contato com a realidade social e a totalidade da dimensão da profissão é imprescindível, além disso, atenderia os preceitos legais a essa atividade.

Considera-se necessária essa breve contextualização dos projetos de extensão à comunidade do curso porque como será visto nos demais quadros abaixo, o número de estudantes nos mesmos é predominante.

No quadro acima se identificou que dos 36 supervisores/as de campo 7,90% pertencem à área da Saúde, Judiciário e Educação.

Cabe ainda destacar que no 2º semestre de 2007 foi realizada reunião com os/as supervisores de estágio, cujo tema era “A relação supervisor e estagiário e instituição de ensino na construção da identidade profissional”. Nesta reunião houve a presença de 11 supervisores, incluindo supervisores/as de campo e acadêmicos/as.

Passa-se a partir desse momento a conhecer a realidade do curso de Serviço Social no que tange a atividade de estágio no ano de 2008.

Nesse ano o setor de estágio administrou 42 campos de estágio, destes 18 (43%) estão localizados em Fernandópolis/SP e 24 (57%) campos localizados em municípios vizinhos.

Dentre essas instituições podemos citar: Núcleo Espírita Dr. Bezerra de Menezes de Fernandópolis/SP, CAEFA de Fernandópolis/SP, Centro de Referência da Assistência Social (CREAS) de Fernandópolis/SP, Diretoria de Educação e Cultura de Ouroeste/SP, Prefeituras Municipais de Riolândia/SP, Iturama/MG, Santa Casa de Misericórdia de Fernandópolis/SP, CAPS de Fernandópolis/SP e Iturama/MG, Projetos de Extensão à Comunidade do Curso, etc.

Dentre os campos de estágio 02 (CAPS II e CAEFA, ambos de Fernandópolis/SP) eram remunerados (02 estudantes), cujo termo de compromisso, respectivamente, era via CIEE e diretamente com a FEF.

Para a realização dessa atividade, havia no 1º semestre de 2008 133 estudantes, sendo 50 alunos de 3º semestre em estágio de observação; 54 estudantes de 5º semestre e 29 estudantes de 7º semestre em estágio supervisionado. No 2º semestre de 2008 havia 132 alunos, sendo 49 do 4º semestre; 54 do 6º e 29 do 8º semestre.

Observa-se nos quadros a seguir a realidade do estágio supervisionado no ano de 2008:

Quadro 7 - Campos de estágio por área de atuação do Serviço Social em 2008

Campos de estágio/Área de atuação	Número Campos de estágio/Área de atuação	Porcentagem
Assistência Social	19	25%
Saúde	05	11,90%
Judiciário	01	2,38%
Educação	03	7,15%
ONG	09	21,42%
Empresa	01	2,38%
Projetos de extensão à comunidade do curso	04	9,52%
Total	42	100%

Fonte: Eliane Amicucci, 10 jun. 2011.

Dos 42 campos de estágio, 25% são da área da assistência social, mantendo o mesmo número de campos nessa área que o ano anterior.

Observa-se que 21,42% dos campos constituem-se em ONGs, esse número tem aumentado em relação aos anos anteriores. Em seguida tem-se 11,90% dos campos que se concentram na área da saúde; 9,52% referem-se aos projetos de extensão à comunidade; 7,15% estão na área da Educação e 2,38% refere-se ao Judiciário e Empresa.

Quadro 8 – Distribuição dos/as estudantes por campos de estágio/área de atuação do Serviço Social em 2008

Campos de estágio/Área de atuação	Número de Estudantes por Campos de estágio/Área de atuação	Porcentagem
Assistência Social	41	20,90%
Saúde	19	9,70%
Judiciário	03	1,55%
Educação	26	13,25%
ONG	19	9,70%
Empresa	01	0,50%
Projetos de extensão à comunidade do curso	87	44,40%
Total	196	100%

Fonte: Eliane Amicucci, 10 jun. 2011.

A área que concentra o maior número de estudantes para realização da atividade de estágio são os projetos de extensão à comunidade do curso com 44,40%, havendo um aumento nesse número em relação ao ano anterior, mas também tem aumentado o número de estudantes para a realização dessa atividade.

Essa condição também justifica o aumento na quantidade de estudantes nas demais áreas, permanecendo o mesmo número na área empresarial que não atinge a 1% dos/as estudantes.

Quadro 09 - Quantidade de supervisores/as de campo por área de atuação do Serviço Social dos campos de estágio em 2008

Campos de estágio/Área de atuação	Número de Supervisores de campo por Área de atuação	Porcentagem
Assistência Social	21	47,70%
Saúde	05	11,35%
Judiciário	01	2,30%
Educação	03	6,80%
ONG	09	20,45%
Empresa	01	2,30%
Projetos de extensão à comunidade do curso	04	9,10%
Total	44	100%

Fonte: Eliane Amicucci, 10 jun. 2011.

Observa-se que dos 44 supervisores de campo 47,70% estão inseridos na área da assistência social; 20,45% estão nas ONGs, 11,35% na área da saúde; 9,10% nos projetos de extensão à comunidade do curso.

É preciso atentar para esse dado: há 6,80% dos/as supervisores/as de campo na área da educação, porém, essa porcentagem é pequena se comparar a quantidade de estudantes inseridos/as nessa área (13,25%), ou seja, há um número elevado de estudantes por supervisor/a de campo.

No ano de 2008 há aprovação da Resolução n. 533 de 29 de setembro de 2008 do CFESS que estabelece 01 estudante para cada dez horas de trabalho do/a Assistente Social.

O curso de Serviço Social da FEF procurou se reorganizar nesse sentido a partir do 1º semestre de 2009, para atender os preceitos da Resolução que trouxe aspectos positivos para o curso no que tange os aspectos da supervisão, pois um número elevado de estudantes por supervisor/a fazia com que a supervisão ficasse relegada à formalidade.

No que tange aos projetos de extensão à comunidade do curso dadas as suas particularidades houve apenas uma redução do número de estudantes por projeto, passando isso a acontecer somente a partir do 2º semestre de 2009.

No quadro acima, percebe-se que 2,30% dos supervisores de campo estão no Judiciário e na Empresa.

É preciso mencionar que ainda no ano de 2008 houve 02 reuniões de supervisores/as de estágio, a primeira foi realizada no 1º semestre de 2008 com o tema “A supervisão de estágio e a ação do CRESS/SP” com a participação da agente fiscal do CRESS de São José do Rio Preto/SP. Nesta reunião estavam presentes 11 supervisores, incluindo supervisores/as de campo e acadêmicos/as.

A segunda reunião foi realizada no 2º semestre de 2008, tratava-se de uma reunião integrada com a participação de estudantes e supervisores/as de campo e acadêmicos/as com o tema: “O estágio supervisionado na formação profissional do aluno do curso de Serviço Social da FEF em 2008”. Nesta reunião estavam presentes 09 supervisores, incluindo de campo e acadêmicos/as e 07 estudantes.

No ano de 2009, o Setor de estágio tem administrado 49 campos de estágios dentre esses podemos citar: Prefeituras Municipais de São Francisco/SP, Mesópolis/SP, General Salgado/SP, Iturama/MG; Turmalina/SP; Populina/SP ONGs de Fernandópolis/SP, Hospitais de Fernandópolis/SP e Jales/SP, Secretaria Municipal da Assistência Social de Riolândia/SP, Fórum Distrital de Ouroeste/SP, CRAS de Ouroeste/SP, de Iturama/MG, CREAS de Fernandópolis/SP, Usina de Açúcar e Alcool de Iturama/MG, Projetos de Extensão à Comunidade do curso, etc.

Como pode ser visto a seguir nem todos esses campos receberam os/as estudantes do curso de Serviço Social por razões diversas: suspensão provisória pelos/as supervisores/as e coordenadores/as da instituição; por não ter estudantes no município para encaminhar.

Nesse sentido, os dados a serem apresentados nos quadros abaixo se referem aos campos de estágio que os/as estudantes estavam inseridos no ano de 2009. Dessa maneira, no total tem-se 47 campos de estágio, dos quais 21(45%) estão localizados em Fernandópolis/SP e 26(55%) nos municípios vizinhos.

Dentre os 47 campos, tem-se 03 remunerados: CAEFA de Fernandópolis/SP (01 estudante), Programa BASEE-Bolsa de Assistência Sócio-Econômica Estudantil de Fernandópolis/SP(01 estudante) e APAE/Fernandópolis/SP (01 estudante).

Para a realização dessa atividade no primeiro semestre de 2009 havia 132 estudantes, sendo 46 do 5º semestre; 51 do 7º semestre e 35 do 3º semestre

(estágio de observação), porém, 03 estudantes não realizaram estágio, logo ficaram de dependência (DP) desta atividade.

No 2º semestre de 2009 havia 46 no 6º semestre; 35 no 4º semestre e 51 no 8º semestre. Destes, 05 estudantes não realizaram estágio, logo ficaram de DP desta atividade. É possível visualizar nos quadros a seguir a realidade do estágio no curso no ano de 2009.

Quadro 10 - Campos de estágio por área de atuação do Serviço Social em 2009

Campos de estágio/Área de atuação	Número Campos de estágio/Área de atuação	Porcentagem
Assistência Social	25	53,20%
Saúde	07	14,90%
Judiciário	01	2,12%
Educação	02	4,25%
ONG	06	12,76%
Empresa	02	4,25%
Projetos de extensão à comunidade do curso	04	8,52%
Total	47	100%

Fonte: Eliane Amicucci, 10 jun. 2011.

Observa-se que houve o aumento na quantidade de campos de estágio relacionado ao ano anterior pelo fato de novos/as estudantes ingressarem no curso e solicitarem a abertura de campo de estágio, geralmente no município de origem quando iniciam essa atividade.

Identifica-se que dos 47 campos de estágio, 53,20% são da área da política de assistência social e mais uma vez a área do Judiciário corresponde a apenas 2,12% dos campos de estágio.

Quadro 11– Distribuição dos/as estudantes por campos de estágio/área de atuação do Serviço Social em 2009

Campos de estágio/Área de atuação	Número de Estudantes por Campos de estágio/Área de atuação	Porcentagem
Assistência Social	64	33,85%
Saúde	20	10,60%
Judiciário	03	1,60%
Educação	05	2,65%
ONG	20	10,60%
Empresa	06	3,15%
Projetos de extensão à comunidade do curso	71	37,55%
Total	189	100%

Fonte: Eliane Amicucci, 10 jun. 2011.

Há a predominância de estudantes (37,55%) nos projetos de extensão à comunidade do curso, os motivos pela escolha desses campos podem ser visualizados no quadro 06.

Outra área com maior incidência é da política de assistência social com 33,85% dos/as estudantes. Pela experiência vivenciada na coordenação de estágio do curso, esse número relevante de estudantes na área da assistência social se dá por diversos fatores: os/as estudantes majoritariamente são de municípios vizinhos de Fernandópolis/SP onde se localiza a FEF e são municípios de pequeno porte que necessariamente possuem os CRAS e os Órgãos Gestores da Assistência Social.

Esses espaços são onde realizam seus estágios, a procura por estágios onde se operacionaliza a política de assistência social acontece também pela gama de atividades a serem realizadas que permite ao/a estudante experimentar o trabalho profissional, algo que perpassa “a curiosidade” desse/a estudante em conhecer o trabalho do/a Assistente Social devido às discussões em sala de aula, eventos que são promovidos sobre a política de assistência social.

Outro fator é a própria solicitação das prefeituras por estudantes, e esses/as, são remunerados/as, tal como veremos no ano de 2010 o aumento significativo de estágios remunerados.

Em seguida tem-se 10,60% dos/as estudantes nas áreas da Saúde e nas ONGs. Um dado que chamou a atenção refere-se o aumento na inserção na área empresarial com 3,45% dos/as estudantes nessa área, considerando os anos anteriores em que essa porcentagem não atingia 01% dos/as mesmos/as.

As áreas com menor inserção de estudantes se deu na área da Educação com 2,65% dos estudantes e no Judiciário com 1,60% dos estudantes.

Quadro 12 - Quantidade de supervisores/as de campo por área de atuação do Serviço Social dos campos de estágio em 2009

Campos de estágio/Área de atuação	Número de Supervisores de campo por Área de atuação	Porcentagem
Assistência Social	28	54,90%
Saúde	07	13,72%
Judiciário	01	1,96%
Educação	03	5,88%
ONG	06	11,76%
Empresa	02	3,92%
Projetos de extensão à comunidade do curso	04	7,84%
Total	51	100%

Fonte: Eliane Amicucci, 10 jun. 2011.

Observa-se que os supervisores de campo inseridos na área da assistência social são predominantes (54,90%).

Com o Sistema Único da Assistência Social os municípios têm buscado implantar esses equipamentos para operacionalizar a política de assistência social, porém, o que se vivencia (realidade local, mas também nacional como mencionado nessa dissertação) é a precarização do trabalho dos/as Assistentes Sociais nas instituições, especificamente nos CRAS e CREAS, sendo esses espaços ocupados também pelos/as estudantes.

Além disso, nesses espaços a demanda aumenta gradativamente e não há profissionais suficientes para tal, o que implica na sobrecarga de trabalho.

Essa sobrecarga de trabalho pode prejudicar o processo de supervisão de estágio, conforme já apresentado no capítulo anterior, mas é importante salientar que as condições objetivas do trabalho profissional não podem superar o compromisso do/a supervisor/a de campo com a formação profissional do/a estudante, é preciso conciliar suas atividades cotidianas com o exercício da supervisão que prescinde de rigorosidade teórico-metodológica.

No quadro acima identifica-se que 13,72% dos/as supervisores de campo estão inseridos na área da saúde, seguido de 11,76% que estão nas ONGs; 7,84% estão inseridos nos projetos de extensão à comunidade do curso; 5,84 na área da educação e 3,92 dos/as supervisores/as de campos estão na área empresarial.

No que envolve o contato com supervisores/as de campo e acadêmicos/as e a busca pela aproximação desses sujeitos, é importante mencionar que no ano de 2009 foram realizadas 03 reuniões de supervisores de estágio.

A duas primeiras reuniões foram realizadas no 1º semestre de 2009, a primeira reunião teve como tema “O estágio supervisionado frente à Resolução 533 de 29 de setembro de 2008 que trata sobre a supervisão direta em Serviço Social” com a participação de 10 supervisores, dentre esses, supervisores/as de campo e acadêmicos/as.

A segunda reunião teve como tema “Estágio e supervisão na formação profissional do assistente social” com a presença também de 10 supervisores, incluindo supervisores/ de campo e acadêmicos/as.

No 2º semestre de 2009, foi realizada outra reunião com os supervisores de estágio, com a presença de 08 supervisores e foi tratado do seguinte tema: “Política Nacional de Estágio: rebatimentos na formação profissional do assistente social”.

Considerando o número existente de supervisores/as no curso, esse número de participantes na reunião de supervisores/as é irrisório e preocupante, ficando a necessidade do contato, diálogo, discussões, troca de conhecimentos entre os sujeitos envolvidos no processo de supervisão de estágio.

No ano de 2010 o setor de estágio administrou 68 campos de estágio, dentre os quais se tem os CRAS e CREAS de Fernandópolis/SP, CRAS de São Francisco/SP, de São Francisco de Sales/MG, de Estrela D'Oeste/SP, Ongs de Fernandópolis/SP e Ouroeste/SP, Empresas de Fernandópolis/SP e Iturama/MG, Órgão Gestor da Assistência Social de Ouroeste/SP e Riolândia, Projetos de Extensão a Comunidade do Curso, Setor de Estágio do Curso, etc. Destes 68 campos de estágio, 45 receberam os estudantes, desses, 17(38%) se localizam em Fernandópolis/SP e 28(62%) nos municípios vizinhos.

Dentre esses campos, tem-se 06 remunerados: Programa BASEE-Bolsa de Assistência Sócio-Econômica Estudantil de Fernandópolis/SP (01 estudante); APAE de Fernandópolis/SP (01 estudante); CRAS-Riolândia/SP (01 estudante); CRAS I – Jd. Do Trevo-Fernandópolis (01 estudante); CRAS IV-Jd. Paulistano (01 estudante); CRAS-Estrela D'Oeste/SP (02 estudantes) e CREAS- Fernandópolis/SP (01 estudante).

No 1º semestre de 2010 havia 107 estudantes para realização da atividade de estágio, sendo 28 do 3º semestre (estágio de observação); 33 do 5º semestre e 45 do 7º semestre, nesse semestre apenas 01 estudante não realizou o estágio, logo ficou de dependência dessa atividade.

No 2º semestre de 2010 havia 26 estudantes do 4º semestre; 32 do 6º semestre e 43 do 8º semestre, totalizando 101 estudantes. No 2º semestre apenas 01 estudante não realizou o estágio, ficando de dependência dessa atividade.

Quadro 13 - Campos de estágio por área de atuação do Serviço Social em 2010

Campos de estágio/Área de atuação	Número Campos de estágio/Área de atuação	Porcentagem
Assistência Social	29	64,45%
Saúde	02	4,45%
Educação	02	4,45%
ONG	08	17,77%
Projetos de extensão à comunidade do curso	04	8,88%
Total	45	100%

Fonte: Eliane Amicucci, 10 jun. 2011.

Percebe-se que mais da metade dos campos de estágio concentram-se na área da assistência social (64,45%), é vivível o aumento significativo de campos de estágio nessa área, tal como pode ser visualizado nos quadros anteriores.

Em seguida tem-se 17,77% dos campos em Ongs; 8,88% representam os projetos de extensão à comunidade do curso e 4,45% dos campos de estágio estão inseridos na área da saúde e educação. Observa-se que as áreas do judiciário e empresa não receberam estudantes no ano de 2010.

Quadro 14 – Distribuição dos/as estudantes por campos de estágio/área de atuação do Serviço Social em 2010

Campos de estágio/Área de atuação	Número de Estudantes por Campos de estágio/Área de atuação	Porcentagem
Assistência Social	59	38,82%
Saúde	09	5,92%
Educação	04	2,63%
ONG	12	7,90%
Projetos de extensão à comunidade do curso	04	44,73%
Total	68	100%

Fonte: Eliane Amicucci, 10 jun. 2011.

Pode-se visualizar que no ano de 2010 também há a predominância de estudantes nos projetos de extensão à comunidade do curso com 44,73% dos mesmos, bem como a área da assistência social que concentra 38,82% dos/as estudantes.

No curso de Serviço Social da FEF têm estudantes nos CRAS, CREAS, Secretaria Municipal da Assistência Social e nas próprias prefeituras.

Através do contato com esses/as estudantes enquanto docente e coordenadora de estágio, os mesmos têm relatado que em termos de dificultadores

na realização dos estágios na área da política da assistência social pode ser destacado: demanda de trabalho que impede o exercício da supervisão direta e sistemática de estágio; embora houveram avanços na política de assistência social enquanto direito, ainda há uma visão assistencialista dos/as Assistentes Sociais e gestores/as dessa política que prejudica a formação profissional do/a estudante e dificulta a relação de unidade teoria-prática que também deve ser concretizada nos campos de estágio.

Dentre outros dificultadores foram citados: o próprio estágio remunerado que “impede” o reconhecimento do/a estudante enquanto sujeito em processo de formação profissional e contratação de mão-de-obra barata; capacidade de conhecer a realidade social na perspectiva de totalidade; dificuldade em identificarem as atribuições e competências do/a Assistente Social no âmbito dos CRAS e CREAS, órgão gestor da assistência social, uma vez que pela escassez de equipe técnica, os/as Assistentes Sociais realizam outras atividades; leitura da relação instituição empregadora, Assistentes Sociais e estágio supervisionado.

Enquanto facilitadores podem ser citados: possibilidade de conhecer os instrumentos e técnicas de intervenção do/a Assistente Social no âmbito da operacionalização dos programas, projetos, benefícios sociais participando de seus planejamentos e avaliação; participação no trabalho com famílias; conhecimento da rede proteção social; contato com as equipes multidisciplinares; contato direto com os/as usuários/as da política de assistência social.

Destaca-se que essas questões precisam ser discutidas no âmbito da supervisão de estágio, tanto a de campo como acadêmica porque nesse processo de observação, apreensão da totalidade nos campos de estágio, através da:

[...] informação, reflexão e ação devem ser processadas e incorporadas de forma a possibilitar tecer críticas sobre o que está sendo lido, escutado, registrado e realizado [...] (LEWGOY, 2009, p.131).

Identifica-se que nas ONGs concentram 7,90% dos estudantes; 5,92% realizam o estágio na área da saúde e 2,63% estão na área da educação.

Quadro 15 - Quantidade de supervisores/as de campo por área de atuação do Serviço Social dos campos de estágio em 2010

Campos de estágio/Área de atuação	Número de Supervisores de campo por Área de atuação	Porcentagem
Assistência Social	31	66%
Saúde	02	4,25%
Educação	02	4,25%
ONG	08	17%
Projetos de extensão à comunidade do curso	04	8,50%
Total	47	100%

Fonte: Eliane Amicucci, 10 jun. 2011.

Observa-se que predominantemente há supervisores/as de campo na área da política de assistência social com 66%, e se relacionar com o ano de 2009 esse número tem aumentado, o que tem ocorrido no decorrer dos anos a partir da primeira turma do curso de Serviço Social da FEF.

Identifica-se também que 17% dos/as supervisores/as de campo estão inseridos/as em ONGs; 8,50% estão nos projetos de extensão à comunidade do curso e 4,25% dos/as supervisores/as estão na área da saúde e educação.

É pertinente mencionar que no 2º semestre de 2010 o curso deu início ao processo de implantação da supervisão acadêmica sendo realizada semanalmente e quinzenalmente em grupos de estudantes em pré-aula (18:30h às 19:30h) e pós-horário de aula (22:30h as 23:00hs).

Este processo de implantação teve como subsídio a Política Nacional de Estágio, dessa maneira dividiram-se os grupos de estudantes por áreas de atuação profissional e de acordo com a realidade dos campos de estágio conveniados com o setor de estágio.

Anteriormente, a supervisão acadêmica acontecia via disciplina em sala de aula e através dos projetos de extensão à comunidade, ou seja, os/as supervisores/as de campo dos projetos também exerciam a supervisão acadêmica dos/as mesmos/as estudantes, sendo operacionalizada dessa maneira desde 2006.

Vale ressaltar que durante a pesquisa documental não foi encontrado nenhum registro da quantidade de visitas aos campos de estágio, mas essas são realizadas de acordo com a demanda apresentada, isto é, quando solicitada por algum/a supervisor/a de campo e/ou quando da iniciativa do/a supervisor/a acadêmico/a e coordenação de estágio.

É pertinente mencionar que no 1º semestre de 2010 foi realizada reunião com os/as supervisores/as de estágio com a presença de 06 supervisores/as, incluindo supervisores/as de campo e acadêmicos/as e foi tratado do seguinte tema: “O processo de implantação da supervisão acadêmica no curso de Serviço Social da FEF”.

No 2º semestre de 2010 a reunião com os/as supervisores tinha como tema “Política Nacional de Estágio e as novas Resoluções CFESS/CRESS, houve a presença de 09 supervisores de estágio, entre supervisores/as de campo e acadêmicos/as.

O contato com a realidade apresentada nessa pesquisa, bem como o diálogo estabelecido com os/as supervisores de campo e acadêmicos/as indicam desafios a serem enfrentados e superados para o direcionamento de uma formação profissional conectada ao projeto ético político.

Essa necessidade perpassa a necessidade da efetivação da atividade de estágio supervisionado ancorado nos anseios e debates das entidades representativas do Serviço Social e do conjunto da categoria profissional, sem perder de vista a conjuntura que permeia a educação brasileira em tempos neoliberais.

Essa conjuntura impõe limites à consolidação das ações profissionais, em contrapartida, isso não está dado, pode ser transformado e só será possível através da coletividade, da articulação entre todos os sujeitos envolvidos no processo da atividade de estágio, do compromisso com a formação profissional do/a Assistente Social.

A seguir, serão discorridas as considerações finais com base nos resultados oriundos da pesquisa realizada nessa dissertação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há um tempo em que é preciso abandonar as roupas usadas...
Que já tem a forma de nosso corpo...
E esquecer os nossos caminhos que nos levam sempre
Aos mesmos lugares
É o tempo da travessia
E se não ousarmos fazê-la
Teremos ficado... para sempre
À margem de nós mesmos...
Fernando Pessoa.

O estágio supervisionado como exigência curricular configurada no processo de formação profissional incide no processo de capacitação do/a estudante ao trabalho profissional cotidiano.

Tem como premissa oportunizar o/a estudante a inserção no espaço sócio-institucional, propiciando o conhecimento dos aspectos difusos, tensos, contraditórios, os quais perpassam o trabalho profissional.

O objetivo desse estudo configurado como: identificar os rebatimentos da atividade de estágio na formação profissional do/a estudante do curso de Serviço Social da FEF foi alcançado, mas não pressupõe que se chegue a conclusões definitivas.

Como mencionado nessa dissertação procurou-se propiciar com esse estudo reflexões acerca da atividade de estágio supervisionado no processo de formação profissional. Encontrou-se no caminho desse processo através da pesquisa realizada, avanços, limites, desafios, possibilidades para efetivação dessa atividade.

Não se perdeu de vista a realidade que assola a sociedade com base no projeto neoliberal e conseqüentemente no Ensino Superior que reduzem as oportunidades de construção de conhecimentos voltados ao interesse da sociedade, passando a fazê-lo em função da conveniência dos grupos hegemônicos do poder econômico.

Por outro lado, não se pode negar a existência de instituições que mesmo sendo privadas buscam formar profissionais comprometidos/as com os interesses da sociedade, mas essas ainda constituem os poucos pilares em que a diversidade de pensamento persiste como também apresenta condições de orientar o trabalho na direção da sociedade e não apenas para grupos de interesses particulares.

Essa observação perpassa o perfil de profissionais que ocupam esses espaços, que embora sejam contraditórios, precisam ter condições no caso o Serviço Social, de travar a luta na direção de uma formação profissional atrelada ao projeto ético-político profissional para que essa formação profissional não seja utilitarista, voltada aos interesses do mercado.

O perfil apresentado dos/as supervisores/as possibilitou apreender que se trata de supervisores/as predominantemente jovens e que buscam a formação profissional permanente (dadas as condições também que o docente é submetido nas Unidades de Formação Acadêmica) aqui se tratando especificamente dos/as supervisores/as acadêmico/as.

Em relação ao perfil dos/as supervisores/as acadêmicos/as observou-se que ministram diversas disciplinas e trabalham em até três Unidades de Formação Acadêmica. São as condições da realidade da educação do ensino superior que afetam o cotidiano desses/as profissionais.

Mais uma vez reitera-se é preciso carga horária específica para o exercício da supervisão acadêmica, haja vista a demanda de trabalho já existente perceptível nas informações acima, trata-se de um reconhecimento do trabalho profissional, sendo esse/a profissional responsável pelo processo de formação profissional de futuros/as assistentes sociais, caso contrário, essa supervisão pode ficar relegada “ao faz de conta”.

No que diz respeito aos/as supervisores de campo, um/a deles/as deu continuidade a formação profissional e o/a outro não. O aprimoramento profissional é importante para o processo de supervisão, considerando as transformações que ocorrem constantemente e para exercer essa atribuição é preciso estar conectado essas transformações, com a realidade, como foi discutido nessa dissertação.

No processo de pesquisa foi identificado através da fala dos sujeitos, que alguns compreendem que esse processo de formação profissional vinculado ao estágio supervisionado deve acontecer no âmbito do coletivo.

Essa visão tem que ser ampliada, deve-se estabelecer uma agenda comum nos dizeres de Lewgoy (2009) entre supervisores/as de campo e supervisores/as acadêmicos/as para articular esse processo, os contatos devem ser mais contínuos e não ficar relegado somente nas reuniões de supervisores/as de estágio.

Claro está que as reuniões constituem um dos caminhos para essa articulação, mas não só isso, as visitas aos campos de estágio também pode ser

uma forma delas, pois como visto considerando a quantidade de supervisores/as de campos existentes no curso de Serviço Social da FEF e a quantidade desses/as supervisores que participam das reuniões é irrisório e isso é histórico no curso.

Para que as visitas aos campos de estágio aconteçam é preciso de recursos, como transporte, dessa maneira é preciso que a Unidade de Formação Acadêmica reconheça essa necessidade para que essas visitas não se realizem somente para atender os casos esporádicos, como tem acontecido, pois se cobra a presença do/a supervisor/a de campo na UFA, mas enquanto supervisor/a acadêmico/a, esse vai até o campo de estágio?

Por isso se torna premente sistematizar as visitas aos campos de estágio. Por outro lado, vimos que essa necessidade perpassa outro caminho que tanto se discutiu nessa dissertação, que dizem respeito às condições de trabalho dos/as assistentes sociais, tanto supervisor/a de campo como acadêmico/a.

Na pesquisa essa dimensão ficou explícita quando relatado pelos/as supervisores/as acadêmicos/as que um dos desafios para o exercício da supervisão acadêmica é a carga horária de trabalho, ou seja, não há uma carga horária específica destinada a esses/as assistentes sociais para exercer essa atribuição.

O que se tem feito é criado estratégias no curso para que esse trabalho não recaia no voluntariado, o que torna uma angústia para esses/as supervisores/as.

Daí a premência de contínuas discussões acerca da atividade de estágio, inclusive no que diz respeito ao amadurecimento, materialização dos objetivos e operacionalização dessa atividade contidas na Política Nacional de Estágio (PNE).

A PNE orienta que para a supervisão acadêmica deve ter 03h/aula semanais destinada ao cumprimento da mesma. Concorda-se que essa prerrogativa é a ideal, porém ultrapassa aos desejos profissionais e perpassa pelos interesses institucionais.

Em relação aos/as supervisores/as de campo a sobrecarga de trabalho assola o cotidiano profissional, que também é um dos desafios para o exercício da supervisão de campo, mas esse dado deve ser exaltado: mesmo com essa realidade têm mantido a supervisão direta de estágio.

Com base em Buriolla (2003), tem-se que essa atribuição requer um/a profissional que tenha domínio acerca da particularidade e habilidades inerentes à ação supervisora, afinal “[...] este exercício profissional deve ter o caráter de práxis,

assumindo uma postura crítica e tendo como horizonte o movimento no sentido da transformação das relações sociais”.

A supervisão de estágio deve ser expressa como dimensão do processo de formação profissional do/a Assistente Social, numa perspectiva de totalidade, de dialética, o que, no âmbito do estágio supervisionado, esse movimento dialético expressa o movimento teórico-prático da formação profissional.

Na medida em requisita-se um determinado conhecimento do/a supervisor/a de campo e acadêmico para que estes exerçam tal atribuição, é preciso oferecer condições para que este se aproprie desse conhecimento, pois ficou claro na pesquisa que nem todos/as os/as supervisores têm clareza de suas atribuições no processo de supervisão.

Os/as supervisores de campo não compreendem a função pedagógica que os/as mesmos devem exercer junto ao/a estudante, o que precisa ficar claro que também lhes cabe uma responsabilidade que não é meramente técnica.

Quanto aos/as supervisores acadêmicos/as, nem todos também tem clareza do aspecto pedagógico dessa atribuição e recai na formalidade de recebimento e avaliação da documentação de estágio.

Além disso, identificou-se que na busca do conhecimento do perfil desses/as sujeitos que não participaram de uma capacitação específica para exercerem a supervisão de campo e supervisão acadêmica.

Nesse sentido, se torna necessário que a UFA propicie essa condição, é na esfera da coordenação de estágio que isso deve acontecer, isto é, é preciso oferecer cursos para esses/as supervisores/a.

Necessita-se trabalhar o próprio Regulamento de Estágio para que tenham clareza dos papéis que devem exercer no processo da atividade de estágio supervisionado, é necessário articular a instância da coordenação de estágio, supervisor/a de campo e supervisor/a acadêmico/a.

É premente a aproximação dos campos de estágio e a UFA, numa perspectiva dialógica, que permita a troca de experiências, que possibilite o processo de ensino-aprendizagem, pois até o momento o que indica, é que essa relação é caracterizada por uma relação meramente burocrática.

Por outro lado, é necessário que todos/as envolvidos no processo de formação profissional do/a assistente social tomem pra si a responsabilidade, o

compromisso, autoconsciência e autocrítica no tocante à atividade de estágio, para que não a encare somente como atividade curricular obrigatória.

Esses/as sujeitos devem ter clareza que a formação profissional compreende o conjunto de fundamentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico operacionais que envolvem a profissão.

É pertinente destacar que no que concerne a capacitação para supervisores/as de estágio, identificou-se nas matrizes curriculares que no curso de Serviço Social da FEF essa preocupação no âmbito da formação profissional existe desde a criação do curso em 2005, ou seja, preparar futuros/as Assistentes Sociais para o exercício da supervisão de estágio. Isso acontece via disciplina de Métodos e Técnicas de Supervisão.

Um dos elementos preocupantes que se constituiu resultado da pesquisa é o aumento do número de estudantes que possuem estágio remunerado.

É a realidade que se vivencia principalmente no âmbito da política de assistência social, sendo a área que depois dos projetos de extensão à comunidade do curso, abarca o maior número de estudantes e isso tem aumento gradativamente, o que implica no acompanhamento direto da UFA para que esses estágios não se configurem como substituição de mão-de-obra profissional e não se esqueçam de que o/a estudante se encontra em processo de formação profissional.

Outro dado relevante da pesquisa diz respeito ao expressivo número de estudantes nos projetos de extensão à comunidade, que instiga que a discussão do estágio nos projetos de extensão deve ser realizada com profundidade, mas essa discussão deve contemplar as entidades representativas da profissão, porém, é preciso considerar as especificidades de cada curso de Serviço Social.

No curso de Serviço Social da FEF, os projetos de extensão à comunidade é a saída para os/as estudantes trabalhadores cumprirem seu estágio, é uma exigência curricular, mas o processo de ensino-aprendizagem também deve ser assegurado e o contato com a comunidade deve ser mais estreito, o contato com a realidade é primordial para a construção do perfil profissional proposto pelas Diretrizes Curriculares de 1996.

No que diz respeito à supervisão em Serviço Social discutida nesse estudo, compreende-se que esta deve acontecer numa relação direta entre supervisor/a acadêmico/a, supervisor/a de campo e estudante numa perspectiva de troca de conhecimentos, de complementaridade.

Pode-se evidenciar que essa relação é de horizontalidade, como é apontado em Buriolla (2003) e apresentado nesse trabalho, bem como a mesma se faz presente no cotidiano do estágio dos sujeitos da pesquisa o que propicia o ensino-aprendizagem no processo de formação profissional do/a Assistente Social.

Fica evidente que no processo de ensino-aprendizagem, como informa Albiero (2000, p. 174) “[...] são construídos no cotidiano de cada um, exigindo-se de seus protagonistas ações concretas e comprometidas, imbuídas de paixão, mas, seguramente, pautadas pela ética e competência”, e valendo-se da própria necessidade e vontade individual de cada um/a, porém num esforço coletivo e compreendendo seus papéis, buscando a superação dos desafios e limites que o desenvolvimento da atividade de estágio supervisionado apresenta no interior dos campos de estágio e nas UFAS.

É relevante também que o estágio supervisionado ganhe visibilidade a toda categoria profissional envolvendo os desafios apresentados, e no que tange à supervisão de qualidade se possa lutar contra a precarização do trabalho e formação profissional que “[...] requer a apropriação das diretrizes curriculares e de outros instrumentos normativos e legais da categoria” (GUERRA; BRAGA, 2009, p. 549).

As bases para a superação dos desafios postos a formação profissional no âmbito do estágio supervisionado estão presentes no projeto ético-político profissional.

Por essas questões é que se buscam os nortes teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos que permitirão desvelar as determinações, contradições, mas também o significado social da profissão que podem visualizadas, experimentadas, mas principalmente refletidas na atividade de estágio supervisionado.

É preciso elucidar que as considerações acerca do tema estudado aqui não se findam, pelo contrário, há abertura para que demais pesquisadores/as continuem a discussão, pois é necessário o olhar investigativo sobre os fenômenos sociais, as problemáticas, as dúvidas sobre situações que permeiam uma dada realidade.

A pesquisa permite que haja aproximação desta realidade, descobrindo, analisando, vivenciando, proporcionando alegrias, tristezas, satisfação, medo, compreensão, imaginação, enfim, a pesquisa como afirma Silva (2007, p.197) “[...]”

passa a se constituir numa demanda [...] como instrumento de trabalho para pensar a realidade”.

REFERÊNCIAS

ABESS. Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social. Formação profissional: trajetórias e desafios. **Cadernos ABESS**, São Paulo, n. 7, 1997.

_____. Proposta básica para o projeto de formação profissional. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano XVII, n. 50, p.143-171, abr. 1996.

_____. **Política Nacional de Estágio (PNE)**. Brasília-DF: ABEPSS, 2010.

ABRAMIDES, M. B. C. O projeto ético-político profissional do Serviço Social brasileiro. **Temporalis**, Brasília-DF, ano 6, n.11, p. 27-38, jan./jun. 2006.

ALBIERO, C. M. G. **Ensinar e aprender: desafios constantes na formação profissional em Serviço Social**. 2000. 227p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.

ALMEIDA, N. L. T. Educação. CAPACITAÇÃO em Serviço Social e Política Social: Política Social. Módulo 3. Brasília-DF: CFESS: ABEPSS: UNB, 1999.

_____. Magistério, direção e supervisão acadêmica. In: CFESS: ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília-DF, 2009.

AMARAL, A. S; CESAR, M. O trabalho do assistente social nas empresas capitalistas. In: CFESS: ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília-DF: 2009.

ARANHA, L. Fundamentos ontológicos sociais das diretrizes curriculares em Serviço Social: considerações acerca da nova lógica curricular. **Revista Ágora. Políticas Públicas e Serviço Social**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 6, p. 102-110. abr. 2007. Disponível em <<http://www.assistentesocial.com.br/biblioteca.php#agora>>. Acesso: 3 maio. 2008.

BARBOSA, A. M. G. O importante papel do estágio no desenvolvimento de competências. **Revista Ágora. Políticas Públicas e Serviço Social**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 89-95. out. 2004. Disponível em <<http://www.assistentesocial.com.br/biblioteca.php#agora>>. Acesso em: 3 maio. 2008.

BARROCO, M. L. S. **Ética: fundamentos sócio-históricos**. São Paulo: Cortez, 2008.

BATTINI, O. Atitude investigativa e prática profissional. In: BAPTISTA, M. V.; BATTINI, O. **A prática profissional do assistente social: teoria, ação, construção de conhecimento**. São Paulo: Veras Editora, 2009.

BENATTI, L. P. S; MUSTAFA, P. Uma reflexão teórico-prática dos instrumentais do Serviço Social. In: I SEMANA DO SERVIÇO SOCIAL DA UNILAGO – UNIÃO DAS FACULDADES DOS GRANDES LAGOS, 2000, Grandes Lagos. **Comunicação...**Grandes Lagos: Unilago, 2000.

BOSCHETTI, I. **Subsídios ao debate sobre estágio supervisionado com vistas à regulamentação, pelo CFESS, da supervisão direta.** Texto circulado pelo conjunto CFESS/CRESS, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CES, n. 15, de 13 de março de 2002.** Estabelece as diretrizes curriculares para os cursos de Serviço Social. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES152002.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2008.

_____. Decreto n. 87.497, de 18 de agosto de 1982. Regulamenta a Lei n. 6.494, de 07 de dezembro de 1977, que dispõe sobre o estágio de estudantes de estabelecimentos de ensino superior e de 2º grau regular e supletivo, nos limites que especifica e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 19 ago. 1982. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/decreto/D87497.htm> Acesso em: 15 maio 2008.

_____. Lei Federal n. 8662 de 07 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 8 ago. 1993. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao_lei_8662.pdf> Acesso em: 02 set. 2008.

_____. Lei n. 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1 de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 26 set. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm> Acesso em: 14 abr. 2008.

_____. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. LDB. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 21 dez. 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>> Acesso em: 20 out. 2009.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica-NOB/SUAS:** construindo as bases para implantação do Sistema Único de Saúde. Brasília-DF, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resumo técnico. Censo da Educação Superior. 2008.** Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em: 20 jan. 2009.

BRAZ, M. O PAC e o Serviço Social: crescimento para quê e para quem?- os setenta anos da profissão e os seus desafios conjunturais. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Ano XXVIII, n. 91, ed. esp. p. 55-79, jun. 2007.

BURIOLLA, M. A. F. **Supervisão em Serviço Social**: o supervisor, sua relação e seus papéis. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **O estágio supervisionado**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Resolução CFESS 533N**, de 29 de setembro de 2008. Regulamenta a Supervisão Direta de Estágio no Serviço Social. Disponível em:
<<http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao533.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2009.

_____. **Resolução n. 493, de 21 de agosto de 2006**. Dispõe sobre as condições éticas, técnicas do exercício profissional. Disponível em: <
http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao_493-06.pdf> Acesso em: 12 mar. 2008.

CAPUTI, L. **A unidade teoria-prática no estágio supervisionado em Serviço Social**. 2005. 158p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2005.

CIEE. Centro de Integração Empresa-Escola. **Cartilha do estudante estagiário**, Brasília-DF: MEC, 2004.

COUTO, B. R. Formulação de projeto de trabalho profissional. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília-DF, 2009.

COUTINHO, C. N. Pluralismo: dimensões teóricas e políticas. **Caderno ABESS**, São Paulo, nº 4, p. 14-21, maio. 1991.

GRESS-SP 9ª Região. **Legislação brasileira para o Serviço Social**: coletânea de leis, decretos e regulamentos para a instrumentação do(a) assistente social. Conselho Regional de Serviço Social do Estado de São Paulo. 9ª. Região. 2. ed. São Paulo: Conselho Regional de Serviço Social, 2006.

DALLAGO, C. S. T. Relações de trabalho modo de produção capitalista. Trabalho, Saúde e Serviço Social. In: VII SEMINÁRIO SAÚDE DO TRABALHADOR DE FRANCA E V SEMINÁRIO O TRABALHO EM DEBATE. 2010, Franca. **Anais...** Curitiba: CRV, 2010.

DESLANDES, S. F. A construção do projeto de pesquisa. In: _____; NETO, O. C; GOMES, R. et al. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

DUARTE, J. L. N. ONGs e políticas sociais públicas: o enfrentamento da “questão social” face a reforma do Estado brasileiro. **Revista Ágora. Políticas Públicas e Serviço Social**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 3, p. 45-67, dez. 2005. Disponível em <<http://www.assistentesocial.com.br>>. Acesso em: 3 maio 2009.

ESPÍNOLA, C. M.; MARINHO, D. C. F.; FRANÇA, M. E. O desafio do assistente social em frente aos desafios éticos contemporâneos: relações de poder numa instituição psiquiátrica e a luta antimanicomial. **Temporalis**, Brasília-DF, ano 6, n.11, p.63-72, ,jan./jun. 2006.

FALEIROS, V. P. **Estratégias em Serviço Social**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

FÁVERO, E. T. O estudo social-fundamentos e particularidades de sua construção na área judiciária. In: CFESS. Conselho Federal de Serviço Social (Org.) **O estudo social em perícias, laudos e pareceres técnicos**: contribuição ao debate no judiciário, penitenciário e na previdência social. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. 12. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE FERNANDÓPOLIS. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social**. Fernandópolis, 2008- 2009.

_____. **PDI. Plano de Desenvolvimento Institucional**. Fernandópolis, 2007-2011.

_____. **Plano de Supervisão Acadêmica do Curso de Serviço Social**. Fundação Educacional de Fernandópolis, 2011a.

_____. **Regulamento de Estágio do Curso de Serviço Social**. Fernandópolis, 2011b.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

GOLDMANN, L. **Dialética e cultura**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GOMES,R. A análise de dados na pesquisa qualitativa. In: DESLANDES, S.F; NETO, O. C; GOMES, R. et al. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

GUERRA, Y. Instrumentalidade no trabalho do assistente social. In: **CAPACITAÇÃO em Serviço Social e Política Social**: o trabalho do assistente social e as políticas sociais. Módulo 4. Brasília-DF: CFESS: ABEPSS: CEAD: UNB, 2000.

_____. O projeto profissional crítico: estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Ano XXVIII, n. 91, p. 5-37, mar. 2007.

_____. A dimensão investigativa no exercício profissional. In: CFESS: ABEPSS. **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília-DF, 2009.

GUERRA, Y.; BRAGA, M. E. Supervisão em Serviço Social. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília-DF, 2009.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

KAMEYAMA, N. Filantropia empresarial e entidades da sociedade civil. In: **CAPACITAÇÃO em Serviço Social e Política Social**: o trabalho do assistente social e as políticas sociais. Módulo 4. Brasília-DF: CFESS: ABEPSS, 1999.

KOIKE, M. M. Formação profissional em Serviço Social: exigências atuais. In: CFESS: ABEPSS. **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília-DF, 2009.

KOIKE, M. S.; JORGE, M. R. T.; WANDERLEY, M. B. et al. Caracterização da área de Serviço Social. **Cadernos ABESS**, São Paulo, n. 7, 1997.

KOSIK, K. **A dialética do concreto**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

LOPES, M. H. C. O tempo do SUAS. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano XXVI, n. 87, ed. esp. p.55-61, mar. 2006.

LEWGOY, A. M. B.; SCAVONI, M. L. A. Supervisão em Serviço Social: a formação do olhar ampliado. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, n. 1, p. 1-9, nov. 2002. Disponível em: <<http://www.revistaeletronicas.pucrs.br>>. Acesso em: 4 maio 2008.

_____. **Supervisão de estágio em Serviço Social**: desafios para a formação e o exercício profissional. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. Estágio supervisionado, formação e exercício profissional em serviço social: desafios e estratégias para a defesa e consolidação do projeto ético-político. **Temporalis**, Brasília-DF, ano 9, n.17, p. 21-38, jan./jul. 2009.

LUCKESI, C. C. **Filosofia da educação**. São Paulo: Cortez, 1993.

LUKÁCS, G. **Ontologia do ser social**: os princípios ontológicos fundamentais de Marx. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

MACIEL, A. L. S. A formação em Serviço Social no contexto da universidade brasileira: a realidade da região sul do Brasil. **Revista Ágora. Políticas Públicas e Serviço Social**, Rio de Janeiro, Ano 3, n. 6, p. 10-18, abr. 2007. Disponível em: <<http://www.assistentesocial.com.br>>. Acesso em: 3 maio 2008.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo: Atlas, 2007.

MARTINELLI, M. L. **Pesquisa qualitativa**: um instigante desafio. São Paulo: Veras, 1999.

_____. **Serviço Social: Identidade e alienação.** 14. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MARX, K; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista.** São Paulo: Cortez, 1998.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 25. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** São Paulo: Hucitec, 2004.

MOTA, A. E. (Org.). **A nova fábrica de consensos. Ensaio sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 1998.

NORA, E. **O estágio enquanto espaço privilegiado no processo de formação profissional.** 2002. 78p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2002.

NETO, O. C. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: DESLANDES, S.F; NETO, O. C; GOMES, R. et al. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

OLIVEIRA, C. A. H. S. O estágio supervisionado na formação profissional do assistente social: desvendando significados. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano XXV, n. 80, p. 59-81, nov. 2004.

_____. **A centralidade do estágio supervisionado na formação profissional em Serviço Social.** 2003. 178p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2003.

_____. Estágio supervisionado curricular em Serviço Social: elementos para reflexão. **Temporalis**, Brasília-DF, ano 9, n.17, p. 99-110, jan./jul. 2009.

OLIVEIRA, L. V. N. Estado e políticas públicas no Brasil: desafios ante a conjuntura neoliberal. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, Ano XXIX, n. 93, p. 101-123, mar. 2008.

PAULO NETTO, J. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social pós-64.** 14. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. **CAPACITAÇÃO em Serviço Social e Política Social. Crise Contemporânea, questão social e Serviço Social. Módulo 1.** Brasília-DF: CEAD, 1999.

PAULO NETTO, J.; CARVALHO, M. C. B. **Cotidiano: conhecimento e crítica.** 6. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

PEREIRA, L. D. Mercantilização do ensino superior e formação profissional em Serviço Social: uma direção a um intelectual colaboracionista? **Revista Agora. Políticas Públicas e Serviço Social**, Rio de Janeiro, Ano 3, n. 6, p. 34-49, abr. 2007. Disponível em: <<http://www.assistentesocial.com.br>>. Acesso em: 27 abr. 2008.

_____. **Educação e Serviço Social**: do confessionalismo ao empresariamento da formação profissional. São Paulo: Xamã, 2008.

PONTES, R. N. **Mediação**: categoria fundamental para o trabalho do assistente social. In: CAPACITAÇÃO em Serviço Social e Política Social. O trabalho do assistente social e as políticas sociais. Módulo 4. Brasília-DF: CEAD/UNB, 2000.

PREFEITURA Municipal de Fernandópolis. **Políticas sociais**: Educação. Disponível em: <www.fernandopolis.sp.gov.br>. Acesso em: 15 jun. 2008.

RAMOS, S. R. As diretrizes curriculares e a política nacional de estágio: fundamentos, polêmicas e desafios. **Temporalis**, Brasília-DF, ano 9, n.17, p.13-20, jan./jul. 2009.

RIOS, T. A. **Ética e competência**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2008. (Coleção Questões da nossa época; v. 16).

SANT'ANA, R. S. Um novo desafio para o Serviço Social: a construção do instrumental na perspectiva do método materialista dialético. **Serviço Social & Realidade**, Franca, v. 4, n. 2, p. 128-140, 1995.

SANTOS, J. S. Projeto ético-político e o enfrentamento do conservadorismo como componente ontológico da profissionalidade do Serviço Social. **Temporalis**, Brasília-DF, ano 6, n.11, p. 39-50, jan./jun. 2006.

SILVA, M. O. S. (Coord.). **O Serviço Social e o popular**: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVEIRA, U. A ética profissional na virada do século. **Serviço Social & Realidade**, Franca, v. 8, n. 2, p. 89-101, 1999.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2006.

VASCONCELOS, I. Dilemas e desafios do estágio curricular em serviço social: expressão dos (des) encontros entre a formação profissional e o mercado de trabalho. **Temporalis**, Brasília-DF, ano 9, n.17, p. 61-82, jan./jul. 2009.

VAZQUEZ, A. S. **Filosofia da práxis**. Trad. Maria Encarnación Moyá. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales-CLACSO, São Paulo: Expressão Popular, Brasil, 2007.

YAZBEK, M. C. O Serviço Social como especialização do trabalho coletivo. CAPACITAÇÃO em Serviço Social e Política Social. Reprodução social, trabalho e Serviço Social. Módulo 2. Brasília-DF: UNB, 1998.

_____. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS: ABEPSS, 2009.

APÊNDICES

APENDICE A – FORMULÁRIO - PESQUISA DE CAMPO: SUJEITO – SUPERVISOR/A DE CAMPO

Sujeito da pesquisa: supervisor/a de campo

Data da entrevista:

Horário:

Entrevistado:

Sexo: _____

Idade: _____

Ano que concluiu o curso de Serviço Social: _____

Titulação atual: _____

Instituição que trabalha: _____

Há quanto tempo trabalha nessa instituição? _____

Há quanto tempo exerce a atribuição de supervisor de campo? _____

Você participou de capacitação, curso ou outra atividade específica para o exercício da supervisão de campo?

Quanto à atividade de estágio supervisionado em Serviço Social:

1-) Qual o significado do estágio supervisionado no processo de formação profissional do estudante de Serviço Social?

2-) Qual o papel da supervisão de estágio no processo de formação profissional do estudante de Serviço Social?

3-) Como você realiza a supervisão de estágio?

4-) Quais são as dificuldades encontradas para o exercício da supervisão de campo?

5-) Como se dá a relação entre supervisor(a) de campo e estagiário(a)?

6-) Como você percebe a relação entre Unidade de Formação Acadêmica e campo de estágio?

7-) Que competências e habilidades são desenvolvidas pelo(a) estagiário(a) para o exercício profissional?

8-) Qual o lugar do estágio supervisionado na consolidação do projeto ético-político profissional?

APENDICE B – FORMULÁRIO PESQUISA DE CAMPO: SUJEITO – SUPERVISOR/A ACADÊMICO/A

Sujeito: supervisor/a acadêmico/a

Data da entrevista: _____

Horário: _____

Entrevistado(a): _____

Sexo: _____

Idade: _____

Ano que concluiu o curso de Serviço Social: _____

Há quanto tempo exerce a docência em Serviço Social: _____

Ministra quais disciplinas atualmente? _____

Tempo de exercício de supervisão acadêmica: _____

Você participou de capacitação, curso ou outra atividade específica para o exercício da supervisão acadêmica?

Quanto à atividade de estágio supervisionado em Serviço Social

1-) Qual o significado do estágio supervisionado no processo de formação profissional do estudante de Serviço Social?

2-) Qual o papel desenvolvido pelo supervisor acadêmico no processo da atividade de estágio supervisionado?

3-) Quais são as dificuldades encontradas para o exercício da supervisão acadêmica?

4-) Como se dá a relação entre supervisor(a) acadêmico(a) e estagiário(a)?

5-) Como se dá a relação entre supervisor(a) acadêmico(a) e de campo?

6-) Você tem observado resultados significativos com a realização da supervisão acadêmica?

7-) Qual o lugar do estágio supervisionado para a consolidação do projeto ético-político profissional?

ANEXOS

ANEXO A – AUTORIZAÇÃO DA FEF PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA DE CAMPO



Fundação
Fernandópolis

CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

Fernandópolis, 17 de setembro de 2009.

Ref. Parecer Coordenação quanto a pesquisa de mestranda

Prezado Diretor,

Em atenção a vossa solicitação, venho por via deste emitir meu parecer favorável em relação ao ofício autorizado por Vsa. no que tange o desenvolvimento de pesquisa ("Dilemas e desafios do estágio supervisionado na formação profissional do assistente social: a realidade do curso de Serviço Social da FEF"), no âmbito da atividade de estágio no Serviço Social de nossa IES. Para tal parecer considero que trata-se de um momento ímpar na análise e publicização no âmbito científico do trabalho que realizamos na FEF, considero também que na categoria profissional a conjuntura é favorável a esta discussão, já que estamos em nível Brasil construindo a Política Nacional de Estágio em Serviço Social, bem como ao fato, da pesquisadora solicitante Sra. Eliane Marques de Menezes Amicucci, ser nossa ex-aluna, graduada na 1ª turma de Serviço Social da FEF 2008, ter apresentado TCC com louvor sobre a temática estágio, pela mesma, atualmente compor o corpo docente de nosso curso e desenvolver o trabalho de supervisora de estágio, e, nesta condição representar nosso curso nos espaços da categoria no que se refere estágio supervisionado.

Cabe reiterar que em concordância com Vsa. solicitei para Sra. Eliane apresentação do orientador declarando a aprovação do Comitê de Ética e a mesma ficou de nos encaminhar conforme os tramites burocráticos e administrativos do Programa de Pós-Graduação da UNESP/Franca.

No mais, nos despedimos e colocamo-nos a disposição para qualquer esclarecimento que V.Sa. desejar.

Aguardamos vosso parecer.


Prof. Ms. Leslie Caputi
Coord. do Curso de Serviço Social

Ilmo. Sr.
Dr. Rubens Guilhemat
DD, Diretor Pedagógico da FEF

OK
manda para o prof
Guilhemat
Dr. Rubens Guilhemat

Fundação Educacional de Fernandópolis – Av. Teotônio Vilela, s/n – caixa postal 120 –
cep 15600-000 – fones: fax – (17) 3465-0000 ramal 0063 - site: www.fef.br

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL
DE FERNANDÓPOLIS
8 17 SET 2009 8

ANEXO B – APROVAÇÃO CONSELHO



Memorando CEP/Franca N.º 069/2009

Para: ELIANE MARQUES DE MENEZES AMICUCCI
Orientador: Prof. Dr. Ubaldo Silveira

De: **Prof. Dr. Ubaldo Silveira**
Coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos

Data: 21/10/2009

Projeto de Pesquisa CEP: 069/2009

Prezado (a) Senhor (a),

Vimos por meio deste informar que o Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Faculdade de História, Direito e Serviço Social, UNESP – CEP/UNESP/FRANCA *analisou e aprovou* sem restrições, o Projeto intitulado “Dilemas e Desafios do Estágio Supervisionado na formação profissional do Assistente Social: a realidade do Curso de Serviço Social da Fundação Educacional de Fernandópolis”, tendo como pesquisadora Eliane Marques de Menezes Amicucci, bem como o respectivo Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, em reunião ocorrida na data de 21/10/2009, registrado sobre o CEP: 069/2009.

Temos ciência de que os estudos serão conduzidos de acordo com normas que regem as pesquisas envolvendo seres humanos.

Solicitamos que sejam encaminhados os relatórios parciais e finais, bem como envie-nos possíveis emendas e novos termos de consentimentos livre e esclarecido, notifique qualquer evento adverso sério ocorrido durante a realização do presente projeto de pesquisa para que possamos fazer o devido acompanhamento.

Sem mais para a oportunidade,

Atenciosamente.

Prof. Dr. Ubaldo Silveira
Coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos
UNESP – Campus de Franca

ANEXO C - MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA FEF

133

SERVIÇO SOCIAL			
INGRESSANTES – 2005			
COD.	DISCIPLINA		
1º SEMESTRE		C.H.	Nº Aulas
1	Filosofia	80	4
2	Sociologia	80	4
3	Psicologia Geral	40	2
4	Português Instrumental	80	4
5	Introdução ao Serviço Social	80	4
6	Formação Sócio-Histórica do Brasil I	40	2
Total do Semestre		400	20
2º SEMESTRE		C.H.	Nº Aulas
7	Antropologia	40	2
8	Economia Política	80	4
9	Psicologia Social	80	4
10	F.H.T.M.S.S. I	80	4
11	Formação Sócio-Histórica do Brasil II	40	2
12	Metodologia Científica	80	4
Total do Semestre		400	20
3º SEMESTRE		C.H.	Nº Aulas
13	Política Social	80	4
14	Ciência Política	80	4
15	Fundamentos de Ética	40	2
16	F.H.T.M.S.S. II	80	4
17	Direito e Legislação Social	80	4
18	Supervisão Acadêmica	40	2
19	Estágio Supervisionado	40	2
Total do Semestre		440	22
4º SEMESTRE		C.H.	Nº Aulas
20	Fundamentos da Seguridade Social	80	4
21	F.H.T.M.S.S. III	80	4
22	Administração e Planejamento em Serviço Social	80	4
23	Ética Profissional	80	4
24	Laboratório da Prática em Serviço Social	40	2
25	Supervisão Acadêmica	40	2
26	Estágio Supervisionado	60	3
Total do Semestre		460	23
5º SEMESTRE		C.H.	Nº Aulas
27	Acumulação Capitalista e a Questão Social	80	4
28	Seguridade: Assistência Social	80	4
29	Sociabilidade e Trabalho	80	4
30	F.H.T.M.S.S. IV	80	4

31	Laboratório da Prática em Serviço Social	40	2
32	Supervisão Acadêmica	40	2
33	Estágio Supervisionado	70	4
	Total do Semestre	470	24
	6º SEMESTRE	C.H.	Nº Aulas
34	Seguridade Social: Saúde	80	4
35	Pesquisa em Serviço Social I	80	4
36	Serviço Social e Trabalho Profissional I	80	4
37	Questão Social Regional	80	4
38	Laboratório da Prática em Serviço Social	40	2
39	Supervisão Acadêmica	40	2
40	Estágio Supervisionado	80	4
	Total do Semestre	480	24
	7º SEMESTRE	C.H.	Nº Aulas
41	Serviço Social e Trabalho Profissional II	80	4
42	Métodos e Técnicas de Projetos Sociais	80	4
43	Pesquisa em Serviço Social II	80	4
44	Seguridade Social: Previdência Social	80	4
45	Laboratório da Prática em Serviço Social	40	2
46	Supervisão Acadêmica	40	2
47	Estágio Supervisionado	100	5
	Total do Semestre	500	25
	8º SEMESTRE	C.H.	Nº Aulas
48	Serviço Social e Trabalho Profissional III	80	4
49	Sistematização do T.C.C.	80	4
50	Seminários Temáticos	80	4
51	Laboratório da Prática	80	4
52	Supervisão Acadêmica	80	4
53	Estágio Supervisionado	100	5
	Total do Semestre	500	25
	RESUMO	CH	Nº Aula
	Conteúdos curriculares (Disciplinas)	3.200	160
	Estágio Supervisionado	450	23
	Atividades Complementares	60	3
	Total Geral do Curso	3.710	186

**ANEXO D - MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA FEF
DE 2007**

SERVIÇO SOCIAL			
Ingressantes – 2007			
Cód.	DISCIPLINA		
	1º SEMESTRE	C.H.	Nº Aulas
01	Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social I	80	4
02	Sociologia	80	4
03	Economia Política	80	4
04	Formação Sócio-Histórica do Brasil	80	4
05	Filosofia, Ética e Cidadania	40	2
06	Comunicação e Expressão	40	2
	Total do Semestre	400	20
	2º SEMESTRE	C.H.	Nº Aulas
07	Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social II	80	4
08	Psicologia Geral	40	2
09	Direito e Legislação Social	80	4
10	Estatística	40	2
11	Ciência Política	80	4
12	Metodologia do Trabalho Científico	40	2
13	Tecnologia e Sociedade	40	2
	Total do Semestre	400	20
	3º SEMESTRE	C.H.	Nº Aulas
14	Psicologia Social	40	2
15	Estágio de Observação	40	2
16	Política Social I	40	2
17	Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social III	80	4
18	Ética I	40	2
19	Projeto de Investigação da Prática I	40	2
20	Estudos Sócio-Antropológicos	40	2
21	Educação Ambiental	40	2
	Total	360	18
	4º SEMESTRE	C.H.	Nº Aulas
22	Ética II	80	4
23	Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social IV	80	4
24	Política Social II	40	2
25	Projeto de Investigação da Prática II	40	2

26	Serviço Social e Relações de Gênero	40	2
27	Trabalho e Questão Social	40	2
28	Estágio Supervisionado I	80	-
29	Comportamento e Liderança	40	2
	Total	440	18
	5º SEMESTRE	C.H.	Nº Aulas
30	Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social V	80	4
31	Política Social III	40	2
32	Projeto de Investigação da Prática III	40	2
33	Pesquisa em Serviço Social I	40	2
34	Planejamento em Serviço Social	40	2
35	Classes e Movimentos Sociais	40	2
36	Empreendedorismo	40	2
37	Estágio Supervisionado II	80	-
	Total	400	16
	6º SEMESTRE	C.H.	Nº Aulas
38	Política Social IV	40	2
39	Gestão Social	40	2
40	Projeto de Investigação da Prática IV	40	2
41	Processos de Trabalho e Serviço Social I	40	2
42	Pesquisa em Serviço Social II	40	2
43	Seminários Temáticos	40	2
44	Estágio Supervisionado III	80	-
	Total	320	12
	7º SEMESTRE	C.H.	Nº Aulas
45	Política Social V	80	4
46	Serviço Social e Realidade Regional	80	4
47	Processos de Trabalho e Serviço Social II	80	4
48	Métodos e Técnicas de Supervisão em Serviço Social I	40	2
49	Seminários Temáticos	80	4
50	Trabalho de Conclusão de Curso I	40	2
51	Estágio Supervisionado IV	80	-
	Total	480	20
	8º SEMESTRE	C.H.	Nº Aulas
52	Política Social VI	80	4
53	Processos de Trabalho e Serviço Social III	80	4
54	Seminários Temáticos	80	4
55	Métodos e Técnicas de Supervisão em Serviço Social II	40	2
56	Trabalho de Conclusão de Curso II	40	2
57	Estágio Supervisionado V	90	-

	Total	410	16
	RESUMO		
	Disciplinas	2760	138
	Atividades Complementares	150	8
	Estágio Supervisionado	450	23
	Total Geral do Curso	3.360	168

**ANEXO E - MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA FEF
DE 2008**

SERVIÇO SOCIAL		
ESTRUTURA CURRICULAR - 2008		
1º SEMESTRE	C.H.	Nº Aulas
Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social I	60	3
Sociologia Política	60	3
Economia Política	60	3
Formação Sócio-Histórica do Brasil	60	3
Comunicação e Expressão	40	Semi-presencial
Filosofia, Ética e Cidadania	40	Semi-presencial
Sub Total	320	12
Atividades Complementares	40	Integralização conforme regulamento
Total	360	
2º SEMESTRE	C.H.	Nº Aulas
Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social II	60	3
Psicologia Geral e Social	60	3
Serviço Social e Direitos Sociais	60	3
Estatística	60	3
Conjuntura Econômica	60	3
Metodologia do Trabalho Científico	40	Semi-presencial
Sub Total	340	15
Atividades Complementares	40	Integralização conforme regulamento
Total	380	
3º SEMESTRE	C.H.	Nº Aulas
Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social III	60	3
Política Social	60	3
Trabalho e Questão Social	60	3
Projeto de Investigação da Prática em Serviço Social	120	6
Estudos Sócio-Antropológicos	40	Semi-presencial
Educação Ambiental	40	Semi-presencial
Sub Total	380	15

Atividades Complementares	40	Integralização conforme regulamento
Estagio de Observação	20	Integralização conforme regulamento
Total	440	
4º SEMESTRE	C.H.	Nº Aulas
Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social IV	60	3
Ética Profissional I	60	3
Instrumentalidade do Serviço Social	120	6
Seguridade Social	60	3
Comportamento e Liderança	40	Semi-presencial
Empreendedorismo	40	Semi-presencial
Sub Total	380	15
Atividades Complementares	40	Integralização conforme regulamento
Estagio Supervisionado I	40	Integralização conforme regulamento
Total	460	
5º SEMESTRE	C.H.	Nº Aulas
Serviço Social e Processos de Trabalho I	60	3
Política de Assistência Social	60	3
Classes e Movimentos Sociais	60	3
Ética Profissional II	60	3
Supervisão Acadêmica	60	3
Saúde Ambiental	40	Semi-presencial
Sub Total	340	15
Atividades Complementares	40	Integralização conforme regulamento
Estagio Supervisionado II	60	Integralização conforme regulamento
Total	440	
6º SEMESTRE	C.H.	Nº Aulas
Serviço Social e Processo de Trabalho II	60	3

Políticas Públicas: Saúde e Previdência Social	60	3
Administração e Planejamento Social	60	3
Pesquisa em Serviço Social	60	3
Serviço Social e Relações de Gênero	60	3
Tecnologia, Ciência e Arte	40	Semi-presencial
Sub Total	340	15
Atividades Complementares	40	Integralização conforme regulamento
Estagio Supervisionado III	60	Integralização conforme regulamento
Total	440	
7º SEMESTRE	C.H.	Nº Aulas
Processo de Trabalho e Serviço Social em Saúde	60	3
Políticas Públicas: Habitação e Educação	60	3
Métodos e Técnicas de Supervisão em Serviço Social	60	3
Gestão Social	60	3
Trabalho de Conclusão de Curso I	60	3
Sub Total	300	15
Atividades Complementares	30	Integralização conforme regulamento
Estagio Supervisionado IV	60	Integralização conforme regulamento
Total	390	
8º SEMESTRE	C.H.	Nº Aulas
Processo de Trabalho do Serviço Social com Famílias	60	3
Processos de Trabalho do Serviço Social na Assistência Social	60	3
Seminários Temáticos	60	3
Serviço Social Organizacional	60	3
Trabalho de Conclusão de Curso II	60	3
Sub Total	300	15
Atividades Complementares	30	Integralização conforme regulamento
Estagio Supervisionado V	60	Integralização conforme regulamento
Total	390	
RESUMO		

Conteúdos curriculares	2700	
Atividades Complementares	300	9%
Estágio Supervisionado	300	9%
Total Geral do Curso	3300	

ANEXO F - MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA FEF DE 2010

SERVIÇO SOCIAL		
ESTRUTURA CURRICULAR - 2008		
1º SEMESTRE	C.H.	Nº Aulas
Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social I	60	3
Sociologia Política	60	3
Economia Política	60	3
Formação Sócio-Histórica do Brasil	60	3
Comunicação e Expressão	40	Semi-presencial
Filosofia, Ética e Cidadania	40	Semi-presencial
Sub Total	320	12
Atividades Complementares	40	Integralização conforme regulamento
Total	360	
2º SEMESTRE	C.H.	Nº Aulas
Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social II	60	3
Psicologia Geral e Social	60	3
Serviço Social e Direitos Sociais	60	3
Estatística	60	3
Conjuntura Econômica	60	3
Metodologia do Trabalho Científico	40	Semi-presencial
Sub Total	340	15
Atividades Complementares	40	Integralização conforme regulamento
Total	380	
3º SEMESTRE	C.H.	Nº Aulas
Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social III	60	3
Política Social	60	3
Trabalho e Questão Social	60	3
Projeto de Investigação da Prática em Serviço Social	120	6
Estudos Sócio-Antropológicos	40	Semi-presencial
Educação Ambiental	40	Semi-presencial
Sub Total	380	15

Atividades Complementares	40	Integralização conforme regulamento
Estagio de Observação	20	Integralização conforme regulamento
Total	440	
4º SEMESTRE	C.H.	Nº Aulas
Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social IV	60	3
Ética Profissional I	60	3
Instrumentalidade do Serviço Social	120	6
Seguridade Social	60	3
Comportamento e Liderança	40	Semi-presencial
Empreendedorismo	40	Semi-presencial
Sub Total	380	15
Atividades Complementares	40	Integralização conforme regulamento
Estagio Supervisionado I	40	Integralização conforme regulamento
Total	460	
5º SEMESTRE	C.H.	Nº Aulas
Serviço Social e Processos de Trabalho I	60	3
Política de Assistência Social	60	3
Classes e Movimentos Sociais	60	3
Ética Profissional II	60	3
Supervisão Acadêmica	60	3
Saúde Ambiental	40	Semi-presencial
Sub Total	340	15
Atividades Complementares	40	Integralização conforme regulamento
Estagio Supervisionado II	60	Integralização conforme regulamento
Total	440	
6º SEMESTRE	C.H.	Nº Aulas
Serviço Social e Processo de Trabalho II	60	3

Políticas Públicas: Saúde e Previdência Social	60	3
Administração e Planejamento Social	60	3
Pesquisa em Serviço Social	60	3
Serviço Social e Relações de Gênero	60	3
Tecnologia, Ciência e Arte	40	Semi-presencial
Sub Total	340	15
Atividades Complementares	40	Integralização conforme regulamento
Estagio Supervisionado III	60	Integralização conforme regulamento
Total	440	
7º SEMESTRE	C.H.	Nº Aulas
Processo de Trabalho e Serviço Social em Saúde	60	3
Políticas Públicas: Habitação e Educação	60	3
Métodos e Técnicas de Supervisão em Serviço Social	60	3
Gestão Social	60	3
Trabalho de Conclusão de Curso I	60	3
Sub Total	300	15
Atividades Complementares	30	Integralização conforme regulamento
Estagio Supervisionado IV	60	Integralização conforme regulamento
Total	390	
8º SEMESTRE	C.H.	Nº Aulas
Processo de Trabalho do Serviço Social com Famílias	60	3
Processos de Trabalho do Serviço Social na Assistência Social	60	3
Seminários Temáticos	60	3
Serviço Social Organizacional	60	3
Trabalho de Conclusão de Curso II	60	3
Sub Total	300	15
Atividades Complementares	30	Integralização conforme regulamento
Estagio Supervisionado V	60	Integralização conforme regulamento
Total	390	
RESUMO		

Conteúdos curriculares	2700	
Atividades Complementares	300	9%
Estágio Supervisionado	300	9%
Total Geral do Curso	3300	